



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES (CEAM)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA (PPGDH)

ELISA MEIRELLES REIS

ENTRE VERSOS E LUTAS:
O DIREITO ACHADO NA POESIA E NAS VOZES DE JOVENS POETAS
QUE FAZEM PARTE DO SARAU DA QUARTA, EM CEILÂNDIA, DF

Brasília - DF

2025

ELISA MEIRELLES REIS

ENTRE VERSOS E LUTAS:
O DIREITO ACHADO NA POESIA E NAS VOZES DE JOVENS POETAS
QUE FAZEM PARTE DO SARAU DA QUARTA, EM CEILÂNDIA, DF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania, na linha de pesquisa Democracia, Constitucionalismo, Memória e História.

ORIENTADOR: Prof. Dr. José Geraldo de Sousa Júnior

Brasília - DF

2025

A reprodução e divulgação deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, está autorizada para fins acadêmicos, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

REIS, Elisa Meirelles. **Entre Versos e Lutas: O Direito Achado na Poesia e nas Vozes de Jovens Poetas que fazem parte do Sarau da Quarta, em Ceilândia, DF.** Brasília: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

120 fls.

Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania. Brasília (UnB).

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo de Sousa Júnior.

1. Direitos Humanos. 2. Direito Achado na Rua. 3. Poesia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES (CEAM)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
(PPGDH)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania, da linha de pesquisa: Democracia, Constitucionalismo, Memória e História.

Aprovada por:

Prof. Dr. José Geraldo de Sousa Júnior
(Orientador - Presidente)

Profa. Dra. Adriana Andrade Miranda
(Examinadora Externa à Instituição)

Prof. Dr. Breitner Luiz Tavares, UnB
(Examinador Externo ao Programa)

Prof. Dr. Menelick de Carvalho Netto, UnB
(Examinador Interno)

Brasília, 27 de outubro de 2025

*A cada jovem poeta e poetisa que sobe,
corajosamente, ao palco do Sarau da Quarta,
na busca por um mundo melhor*

AGRADECIMENTOS

“Tem palavras que chegam como um abraço.

Tem abraço que não precisa de palavras”

Sérgio Vaz

Escolhi abrir estes agradecimentos com uma poesia porque, quem sabe, seja ela a maneira mais simples de explicar tudo o que tenho a agradecer. Chegar aqui hoje e finalizar esta dissertação de Mestrado é parte de uma grande história, permeada de muitas palavras que chegam como abraços e muitos abraços que expressam tudo o que não é possível colocar em palavras.

Começo agradecendo ao espaço cultural Cio das Artes, a Reginaldo, Bruna, Dora, João Gabriel, Rubens e Vitor que me acolheram de forma generosa desde o primeiro momento em que cheguei ao Sarau da Quarta, como fazem com cada pessoa que aparece naquela porta, toda quarta-feira à noite. Nestes dois anos, os olhares, os sorrisos, os abraços, as poesias e as palavras de vocês foram cura, foram potência e foram revolução. Obrigada por tanto! Agradeço também ao querido amigo Daniel, que me apresentou o Sarau, e Ray e Sabrina, que estiveram comigo neste espaço em muitas quartas-feiras.

Agradeço imensamente ao meu orientador, professor José Geraldo de Sousa Júnior, uma das pessoas mais inspiradoras, generosas, coerentes e amáveis que já conheci. Suas palavras, desde a primeira aula que assisti, online, ainda na pandemia, chegaram como abraços em um momento de distanciamento social, e seguiram transformando a minha vida ao longo destes anos de convivência, como aluna especial, como orientanda, como monitora e, ousaria dizer, amiga. Obrigada por cada palavra, conselho, provocação e afeto!

Agradeço, também, aos professores Fernanda Natasha e Menelick de Carvalho Netto, que com carinho, competência e cuidado participaram de minha banca de qualificação, trazendo orientações e sugestões preciosas, que incorporo nesta dissertação. Agradeço, também, aos professores Adriana Andrade Miranda e Breitner Luiz Tavares que, juntamente com os professores Menelick e José Geraldo, aceitaram ser parte desta banca de dissertação e trazer seus olhares e contribuições. Junto com eles, agradeço a cada professor, professora, servidor e colega do PPGDH e do PPGD, que contribuíram para que esta trajetória de Mestrado fosse uma caminhada linda, marcada por muita troca,

muitas aprendizagens e muita cumplicidade. A cada uma e cada um de vocês, meu muito obrigada!

Agradeço ao meu trabalho, à minha supervisora, à minha equipe e aos meus colegas, que generosamente me incentivaram e apoiaram nestes dois anos malucos, em que tentei conciliar trabalho e Mestrado. Sei que as ausências em alguns momentos significaram sobrecarga a vocês, e sou muito grata a cada uma e cada um!

Olhando para minha trajetória de vida, agradeço às minhas amigas e amigos de São Paulo, em especial Cris, Julia e Fê, que sempre estão comigo, mesmo cada uma em uma parte do mundo. Agradeço às minhas amigas e amigos de Brasília, em especial Jane(s), Amanda, Jéssica e Paula, que se tornaram família e rede de apoio e afeto. Obrigada, queridas!

Por fim agradeço à espiritualidade que me guia e a pessoas muito especiais, que são parte de mim, de tudo o que sou e da minha jornada. Se estou aqui hoje, é porque recebi muitos abraços, palavras, amor e incentivo ao longo da vida. Nas conversas profundas, risadas, inspirações e trocas constantes com minha mãe, Ana Helena. Na presença, conselhos e carinho de meu pai, Augusto. Na enorme cumplicidade, presença, trocas e alegria da minha irmã, Claudia. Na determinação, no carinho, nas falas certeiras e nas corridas com meu irmão, Felipe. No amor, carinho, colo, cumplicidade e alegria – permeada das melhores receitas – do meu companheiro, Bruno. E no amor incondicional e alegre do meu sobrinho Martin, e do meu novo sobrinho Lukas, que acaba de chegar.

Em cada uma e cada um de vocês me inspiro, e a vocês decido esta dissertação!

Que sorte a minha, só agradeço!

*“Sorrir enquanto luta
é uma ótima estratégia
para confundir os inimigos”*
Sérgio Vaz

RESUMO

Partindo das bases de O Direito Achado na Rua – entendendo que os Direitos Humanos se constroem a partir das lutas dos grupos oprimidos em busca de uma legítima organização social da liberdade –, esta dissertação discute O Direito Achado na Poesia, por meio das contribuições de jovens poetas e poetisas que participam do Sarau da Quarta, sarau de poesia realizado no Cio das Artes, em Ceilândia, Distrito Federal, para o debate e a construção de conhecimento sobre Direitos Humanos. Entendidas como um Sujeito Coletivo de Direito, essas juventudes utilizam a poesia como forma de expressão para dar voz a suas demandas, construir e disseminar saberes e lutar por Direitos. O presente projeto coloca luz sobre essas poesias, poetas e poetisas, construindo junto com elas e eles uma análise das principais contribuições que o Sarau e as juventudes que o frequentam trazem para o debate acadêmico sobre Direitos Humanos.

Palavras-chave: Direito Achado na Poesia; Juventude Periférica; Sarau da Quarta; Cio das Artes; Sujeito Coletivo de Direitos; Direitos Humanos; Direito Achado na Rua

ABSTRACT

Based on the foundations of The Law Found on the Street – which understands that Human Rights are built through the struggles of oppressed groups in pursuit of a legitimate social organization of freedom – this dissertation discusses The Law Found in Poetry, through the contributions of young poets who participate in the Sarau da Quarta, a poetry gathering held at Cio das Artes, in Ceilândia, Federal District, aimed at fostering debate and the production of knowledge on Human Rights. Understood as a Collective Legal Subject, these youths use poetry as a form of expression to give voice to their demands, to construct and disseminate knowledge, and to fight for rights. This project sheds light on these poems and poets by building, together with them, an analysis of the main contributions that the Slam and the participating youths bring to the academic debate on Human Rights.

KEYWORDS: The Law Found in Poetry; Peripheral Youth; Sarau da Quarta; Cio das Artes; Collective Legal Subject; Human Rights; The Law Found on the Street

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto da entrada do Cio das Artes	14
Figura 2 – Foto do Sarau da Quarta, realizado no espaço cultural Cio das Artes	15
Figura 3 – Fotos dos cinco entrevistados: Reginaldo Dias da Silva; Dora Revolusie; Bruna Paz; Vitor Miguel Mendes Dias; João Gabriel Santos Dias	49
Figura 4 – Mapa do Distrito Federal, localizando os territórios de Sol Nascente/Pôr do Sol, Ceilândia, Núcleo Bandeirante, Plano Piloto e Lago Sul, além da Praça dos Três Poderes	54
Figura 5 – Foto de Reginaldo Dias da Silva	59
Figura 6 – Foto do Sarau da Quarta, realizado no espaço cultural Cio das Artes	65
Figura 7 – Foto de jovens poetas e poetisas no Sarau da Quarta	70
Figura 8 – Foto da Capa do livro “Sarau da Quarta: Antologia Poética”	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados Demográficos relativos às populações de Sol Nascente/Pôr do Sol e Ceilândia	56
Tabela 2 – Comparação de dados de renda, segurança alimentar e infraestrutura urbana nos territórios	57
Tabela 3 – Comparação de dados de acesso a serviços domésticos, horas dedicadas por mulheres ao trabalho doméstico, educação e lazer	58
Tabela 4 – Lista de poesias analisadas, organizadas de acordo com cada conceito operacional	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – De onde partimos para falar sobre Direitos Humanos?	25
1.1 Falamos sobre Direitos Humanos	25
1.2 Falamos com base em O Direito Achado na Rua	27
1.3 Dialogamos com o Sujeito Coletivo de Direito	28
1.4 Dialogamos com juventudes periféricas, em sua interseccionalidade	32
1.5 Falamos por meio da Poesia	37
CAPÍTULO 2 – Licença para pisar neste chão, entrar e escutar	44
2.1 O compromisso de ODANR com a realidade que se apresenta	44
2.2 A investigação por meio da Pesquisa Ação-Participativa	46
2.3 Colocando em prática uma pesquisa <i>sentipensante</i>	48
CAPÍTULO 3 – Um espaço de cultura e resistência	51
3.1 Ceilândia é vida, é voz, é alma	51
3.2 Cio das Artes e seus 40 anos de luta	58
3.3 O Sarau não chegou aqui por um acaso	64
CAPÍTULO 4 – Um sarau que luta, coletivamente, por Direitos	69
4.1 Reconfigurando a partilha do sensível	69
4.2. Um novíssimo Sujeito Coletivo de Direito	75
CAPÍTULO 5 – Poetas e poetisas, e O Direito Achado na Poesia	78
5.1 Por dentro da Antologia Poética	80
5.2 A palavra é nosso escudo	82
5.3 A cura está em nós	93
5.4 Somos a revolução	95

CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICE	109

INTRODUÇÃO

Há muitas linguagens para falar sobre Direitos Humanos e lutar por eles. Uns escolhem as teorias acadêmicas e as salas de aula. Outras discursam em palanques e carros de som. Umas sobem às tribunas do Congresso. Outros protestam nas ruas, ou se unem em fábricas, movimentos de base e coletivos. Muitas fazem da sobrevivência diária a sua bandeira, dispostas a viver e morrer pelos seus. Diversos expressam essa luta por meio das Artes, incluindo a poesia – tema da presente dissertação. E algumas pessoas, como eu, escolhem o jornalismo, usando a curiosidade e o encantamento como instrumentos para encontrar experiências emancipatórias e contá-las para que ecoem mais e mais, fortalecendo a luta por um mundo melhor.

Foi esse olhar de encantamento que me trouxe até aqui. Em 2022, estive pela primeira vez no Cio das Artes. Trata-se de um espaço cultural de resistência que sobrevive há mais de 40 anos em Ceilândia, Distrito Federal, criado e mantido pelo ativista e militante Reginaldo Dias da Silva. Contarei em maiores detalhes a história do espaço nos próximos capítulos, mas adianto aqui que o Cio tem como objetivo promover a Arte na periferia e apoiar as lutas de juventudes e dos artistas periféricos do DF.



Figura 1 – Foto Cio das Artes

Autor: Vitor Miguel - @zahiropoeta (2023). Disponível em:

https://www.instagram.com/p/Cw3cJu-JcOV/?img_index=1. Acesso em: 25 de outubro de 2025.

Conheci o Cio das Artes em uma quarta-feira à noite, dia de “Sarau da Quarta” – um sarau de poesia realizado, semanalmente, por jovens poetas e poetisas de Ceilândia e outras regiões periféricas do Distrito Federal. Opto por falar “poetas e poetisas” por ser a forma como parte das mulheres que participa do Sarau se autodenomina. A casa lotada chamava – e segue chamando – a atenção pela energia pulsante que emanava daquele público tão jovem, tão diverso e tão engajado.

Toda quarta-feira a partir das 20 horas, quem chega ao Cio das Artes encontra um espaço todo decorado, com um palco no centro, microfones, uma mesa de som – comandada pelo DJ Rubens MC –, e música tocando. Há uma grande estante de livros ao fundo, grafites pelas paredes, um bar funcionando, e um entra e sai animado de jovens poetas e poetisas. Aos poucos, o público vai se acomodando nas cadeiras, corredores e no mezanino. As mestres de cerimônia Bruna Paz e Dora Revolusie sobem ao palco e vem um grito: “Hoje é dia de quê, caralho?”. O público responde em coro “Sarau da Quarta, porra!!”. Aplausos. A primeira, ou primeiro, poeta sobe ao palco. Um novo grito das mestres de cerimônia: “O silêncio é uma...” “... prece!!”, gritam os jovens. Um silêncio enorme se instaura, com todo o respeito, para ouvir a primeira poesia. A lista é aberta e qualquer pessoa pode se inscrever para declamar sua poesia. E o Sarau vira a madrugada, até que todos os poetas e poetisas inscritos tenham seu espaço para declamar.



Figura 2 – Foto Sarau da Quarta, realizado no espaço cultural Cio das Artes
Fonte: Elaborada pela autora (2025)

Nas poesias autorais de cada adolescente e jovem está grande parte das teorias sobre Direitos Humanos que a Academia vem, há décadas, debatendo e discutindo. Nas quartas-feiras de Sarau, a formação, o debate e a luta por Direitos Humanos acontecem na prática. E esse movimento me encantou.

Um ano antes, em 2021, em plena pandemia da covid-19, havia tido os primeiros contatos com O Direito Achado na Rua (ODANR), por meio de uma disciplina da qual participei como aluna especial, ministrada pelo professor doutor José Geraldo de Sousa Júnior, reunindo estudantes de Mestrado e Doutorado da Universidade de Brasília (UnB), vindos dos Programas de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) e Pós-Graduação em Direito (PPGD).

Era uma turma diversa, que ficava até altas horas online às sextas-feiras, cada uma e cada um de sua casa, ouvindo o professor José Geraldo contar sobre o professor Roberto Lyra Filho e as bases dessa concepção teórico-prática de Direito que surge a partir da ação de movimentos sociais e da experiência popular, baseada na liberdade conscientizada e conquistada nas lutas sociais, e que formula os princípios supremos da Justiça Social que nelas se desvenda (Lyra Filho, 1982).

Esse primeiro contato com ODANR foi um divisor de águas na minha vida, sendo o lugar em que encontrei teorias sobre o Direito e os Direitos Humanos que ecoavam tudo o que eu sentia em relação ao tema, sem nunca ter sabido ao certo como explicar. A partir de então, fui tentando me aproximar desse grupo. Cursei a disciplina novamente no ano seguinte, 2022, e comecei a planejar um possível Mestrado.

Foi nesse momento que o Sarau da Quarta entrou na minha vida. Logo nas primeiras edições que assisti, fiquei muito impactada e pensando em como aquele espaço se relacionava com tudo o que vinha começando a aprender em ODANR. Nas aulas, líamos sobre o Sujeito Coletivo de Direito e sobre o protagonismo dos movimentos sociais na busca por liberdade e emancipação, e sempre me vinha à mente o Sarau, com as juventudes que tornam aquele espaço vivo, e suas poesias tão potentes.

Aos poucos, as ideias foram se conectando. Procurei e encontrei referências importantes sobre o hip-hop na Ceilândia e nas periferias do Distrito Federal e do País, sobre o sujeito periférico, a cultura e a política nas periferias, e sobre a potência das juventudes periféricas – que apresento nos próximos capítulos. Não encontrei, no entanto,

dissertações ou teses específicas na UnB sobre o Sarau da Quarta e o espaço cultural Cio das Artes, olhando particularmente para seus jovens poetas e poetisas, e suas poesias.

Decidi, então, direcionar meu olhar para esse tema. Desenvolvi esta dissertação com o objetivo de apresentar e discutir as contribuições do Sarau da Quarta – por meio de suas poesias e das vozes dos poetas e poetisas que dele participam – para a luta por Direitos Humanos, sob a perspectiva de O Direito Achado na Rua.

Conversei com Reginaldo Dias da Silva, criador do espaço cultural Cio das Artes, que até hoje luta para manter o espaço vivo e ativo, e expliquei a ideia. Ele generosamente aceitou minha proposta e abriu as portas do Cio das Artes. E aqui estou, pedindo licença e com muito respeito, adentrando nesse espaço.

O lugar de onde falo e alguns compromissos

Antes de seguir, gostaria de fazer uma pausa para explicar quem sou, de onde vim, e de que lugar falo. Eu não nasci na Ceilândia e não subo, corajosamente, ao palco do Sarau, toda quarta-feira, para declamar uma poesia que escrevi. Eu também não nasci em nenhuma das periferias deste mundo nem vivi na pele os atravessamentos das diversas avenidas identitárias que, como bem explica Carla Akotirene, atravessam mulheres negras na sobreposição de gênero, raça e classe (Akotirene, 2019).

Sou uma mulher branca, de São Paulo, nascida em uma família com boa condição financeira. Sou jornalista, vivo há quase 10 anos no Plano Piloto, em Brasília, trabalho com Direitos Humanos e me considero de esquerda. Como toda pessoa branca de classe média, tive – e continuo tendo – minha trajetória marcada pelos privilégios de um país racista, cisheteronormativo, aporofóbico e excludente. Como conceitua Cida Bento, cresci rodeada pelos privilégios dos Pactos Narcísicos da Branquitude (2002), que abriram caminhos e tornaram mais fácil e possível ter um emprego, viver em Brasília e cursar o Mestrado na UnB.

Tampouco sou da mesma geração da grande maioria de jovens que participam do Sarau da Quarta. Tenho hoje 43 anos e, até meu último ano da Educação Básica, celulares eram raridade e os smartphones nem sequer tinham chegado ao Brasil. Não vivenciei na pele, portanto, os desafios de ser adolescente e iniciar a vida adulta em um mundo cada vez mais conectado e marcado por todas as oportunidades, perigos e ansiedades que essa realidade traz consigo.

Então, por que escrever sobre algo que não faz parte da minha trajetória? Seria ingênuo abrir esta dissertação dizendo que não escolhi nascer onde nasci, que obviamente não compactuo nem concordo com o racismo e todas as desigualdades e injustiças que construíram as bases de nosso País, e encerrar a reflexão.

Opto, assim, por abrir esta dissertação aprofundando um pouco mais a reflexão, em especial um ponto relacionado à branquitude e meu lugar de fala. Embora não seja este o foco da minha pesquisa, acho importante trazê-lo na introdução – mesmo sabendo que, obviamente, não vá conseguir me estender o quanto gostaria, nem esgotar o debate – pois há sensibilidades, fragilidades e compromissos que precisam ficar expressos desde o início.

A escolha do Sarau da Quarta como foco de minha pesquisa está baseada, como disse, no meu encantamento com esse movimento e esse coletivo, e em uma certeza de que ele tem impactos profundos na luta por Direitos Humanos no Distrito Federal, e tem muito a dizer à Academia.

Pensei muitas vezes, no entanto, se faria sentido seguir com a pesquisa. Questionei se não estaria sendo eu, mais uma vez, uma pessoa branca, de fora, se apropriando de saberes negros, de vivências de outras pessoas para colocar em um trabalho autoral. Pensei muito em quais cuidados tomar e como fazer com que esta dissertação pudesse, verdadeiramente, trazer alguma contribuição e retribuir de alguma forma – mesmo que pequena – a imensa generosidade do espaço cultural Cio das Artes e de cada pessoa ali em abrir as portas e dedicar tempo e energia para conversar comigo, trocar e ensinar.

Ainda não me sinto completamente satisfeita com as respostas que encontrei para esse desconforto – como disse João Gabriel Santos Dias, um dos jovens entrevistados nesta dissertação, quem sabe meu desconforto seja intrínseco ao enfrentamento do racismo estrutural e das desigualdades brasileiras. O fato é que encontrei, nas trocas com os próprios jovens poetas e poetisas, nos diálogos com meu orientador, nas bases de O Direito Achado na Rua, e na leitura de algumas autoras – em especial Cida Bento (2002), Djamila Ribeiro (2019) e Lia Vainer Schucman (2012) –, possibilidades que foram me ajudando a construir meu papel neste trabalho e estabelecer compromissos profundos com meu fazer enquanto pesquisadora.

- **Primeiro compromisso**

O primeiro compromisso é o de me implicar no processo, fugindo ao erro de buscar um olhar “neutro e universal”. Como explica Lia Vainer Schucman, pesquisadora branca de São Paulo especializada no tema da branquitude, a identidade racial branca é, muitas vezes, caracterizada pela ideia de invisibilidade. A pessoa branca não se enxerga como alguém racializado, entendendo a brancura como algo natural e colocando seu olhar como o “padrão universal”, versus as visões não-brancas – estas sim entendidas como olhares racializados (Schucman, 2012). A pretensa visão universal do branco é baseada em uma lógica de reprodução de privilégios e exclusão de pessoas não-brancas, sendo um dos aspectos que caracterizam os chamados Pactos Narcísicos da Branquitude (Bento, 2002). Para enfrentá-los, é necessário que pessoas brancas adotem uma atitude antirracista, aprendendo a conviver com o significado de sua branquitude e desaprendendo ideologias e histórias que os ensinaram a colocar o outro em lugar de inferioridade.

Ao longo da pesquisa, seguindo os ensinamentos de Cida Bento (2002), Lia Vainer Schucman (2012) e muitas outras e outros pesquisadores que embasam esta dissertação, tento fugir à hipocrisia de uma visão “universal” ou “neutra”, assumindo meu lugar de privilégio branco, me implicando no processo e na luta antirracista. Isso significa olhar atentamente para as incoerências e desconfortos, entendendo minhas fraquezas e limitações, que incluo na pesquisa. Foram dois anos de muita leitura e escuta, me abrindo a ouvir cada vez de forma mais atenta, me desconstruir e aprender. Esse processo de perceber-se é importante, como diz Djamila Ribeiro (2019), pois permite situar nossos privilégios e nos responsabilizar diante de injustiças contra grupos sociais vulneráveis.

Sei que, mesmo com esses cuidados, é bem provável que muito tenha me faltado, que aspectos importantes de uma poesia, de uma fala, de uma conversa tenham me escapado por estarem longe de minhas vivências ou encobertos pela (in)cômoda miopia de que sofrem pessoas brancas, em uma sociedade estruturada pelo racismo, machismo e exclusão social.

- **Segundo compromisso**

Tendo esse cuidado em mente, coloco aqui meu segundo compromisso: não falar ou tirar conclusões por ninguém, mas abrir espaço, ao longo do texto, para que o Sarau da

Quarta, com seus poetas e poetisas, fale por si. Esta preocupação esteve presente em muitas das minhas conversas com o professor José Geraldo de Sousa Júnior, meu orientador. Reproduzo aqui as sábias palavras dele, em uma de nossas reuniões de orientação, em um café perto de sua casa: “Você não é jornalista? Pois bem, abra o espaço, escute e traga as e os autores para o texto. Deixe que elas e eles falem e apresente o que você ouviu”.

Sabendo que as pessoas têm voz própria, e não precisam que ninguém lhes dê voz, meu compromisso nesta dissertação é ouvir as vozes e ensinamentos dos poetas e poetisas do Sarau da Quarta, e usar este meu espaço de privilégio atual – de estar cursando o Mestrado na Universidade de Brasília (UnB) – para dar destaque às contribuições que poetisas e poetas trazem ao debate acadêmico.

Ao longo do texto, apresento poesias que fazem parte do livro “Sarau da Quarta: Antologia Poética” (Cio das Artes et al., 2024). Opto por reproduzi-las na íntegra e exatamente como foram escritas, mesmo que ocupem algumas páginas e que os textos estejam um pouco diferentes da norma padrão de escrita. Faço essas opções, entendendo ser um compromisso com cada poeta e poetisa de manter sua obra e a mensagem inteira, sem edições, cortes ou seleções arbitrárias de minha parte. Entendendo cada poesia como um grito de liberdade e emancipação, quero que a(o) leitor(a) desta dissertação tenha contato com o conteúdo completo, com sua forma preservada.

Opto, também, por colocar, ao final de cada poesia, a minibiografia do poeta ou poetisa que a escreveu, transcrevendo-a diretamente do livro. Com essa escolha, trago para o texto mais informações sobre cada autor e autora, não escritas por mim, mas escritas por elas e eles, da forma como escolheram se apresentar ao público. Opto, ainda, por inserir o link para as páginas públicas em redes sociais de cada poeta e poetisa citado, quando estiverem disponíveis. Entendo ser essa uma forma de contribuir para divulgar o trabalho delas e deles.

- **Terceiro compromisso**

Por fim, estabeleço um terceiro compromisso: trazer as vozes das juventudes periféricas lado a lado com os grandes referenciais teóricos. Esse compromisso me levou a uma mudança na estrutura do texto, que explico a seguir. Quando iniciei a escrita, a dissertação estava estruturada de acordo com um modelo pré-estabelecido, em que a

discussão teórica principal se encerrava no Capítulo 1, e começava o “campo”, em que apresentava a metodologia da pesquisa, as entrevistas, a análise das poesias, e o que elas poderiam trazer de contribuição para o debate acadêmico sobre Direitos Humanos.

Ao longo da escrita, no entanto, a organização de capítulos foi me trazendo um grande incômodo e muitas perguntas. Qual o abismo que separa o que se teoriza sobre Direitos Humanos nos espaços mais formais e os saberes que se constroem no Sarau da Quarta? Como quebrar barreiras para que essas vozes – que falam contra os privilégios de quem se protege atrás das leis e do saber erudito – ocupem e tenham espaço legítimo de fala e decisão dentro dos espaços acadêmicos e de poder? Por que tudo que aprendi ao longo desta pesquisa, ouvindo pessoas que vivenciam na pele a luta por Direitos, não estava junto, em pé de igualdade, com as grandes teorias?

Olhando para essas perguntas, a proposta de separar, na dissertação, as referências acadêmicas que falam sobre a luta por Direitos Humanos e os saberes das juventudes que pensam e vivenciam ativamente essa luta, me pareceu sem sentido. Era como se estivesse reproduzindo exatamente a lógica que quero enfrentar por meio desta dissertação e fugindo dos compromissos que fiz ao início dela. A separação traria uma hierarquia de saberes, em que o conhecimento acadêmico estaria apenas no capítulo 1 e seria a referência, e o conhecimento de jovens poetas e poetisas entraria depois, sozinho, como um exemplo prático, algo excêntrico, interessante, mas talvez de menor relevância.

Esse é, quem sabe, um dos grandes desafios no debate sobre Direitos Humanos. Como, radicalmente, ouvir e aprender com outros atores, que não os já detentores dos espaços de poder?

Olhando quem tem voz no debate formal, acadêmico e legislativo sobre políticas públicas e Direitos Humanos, esbarramos muitas vezes nos Pactos Narcísicos da Branquitude (Bento, 2002), que cito ao longo desta dissertação. Em sua grande maioria, currículos e professores se pautam em referências do norte global – predominantemente brancas, masculinas, cisheteronormativas e economicamente privilegiadas –, contribuindo para perpetuar uma visão de mundo opressora e excludente. Como coloca a autora norte-americana bell hooks:

Se examinarmos criticamente o papel da universidade na busca da verdade e na partilha de conhecimento e informação, ficará claro, infelizmente, que as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o

sexismo e o racismo distorcem a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática de liberdade. (hooks, 2013)

Leitora e admiradora de Paulo Freire, hooks defendia uma mudança estrutural no ensino superior, voltado para uma educação de fato multicultural. A mudança proposta por ela – e com a qual concordo integralmente – inclui não apenas revisões nos currículos, mas a revisão da relação professor-estudante, com todo um processo de formação dos educadores para que consigam, de fato, trabalhar uma educação multicultural, em que o saber do branco não seja colocado como superior aos demais.

Como pontua a autora, muitos educadores – e ousaria dizer também acadêmicos – se perturbam com as implicações políticas de uma educação multicultural, pois têm medo de perder o controle da turma caso não haja um modo único de abordar um tema, mas sim modos múltiplos e referências múltiplas (hooks, 2013).

Acredito, em contrapartida, que seja exatamente nessas múltiplas referências que esteja a construção de saberes de fato emancipatórios e transformadores. Seguindo o que nos ensinou Paulo Freire:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. (Freire, 1996)

Concordando com o mestre, e sabendo que a Educação – e a produção acadêmica – é política, optei por mudar um pouco a lógica da dissertação. Minha primeira ideia era trazer, já no Capítulo 1, os poetas e poetisas que frequentam o Sarau da Quarta. Fiz a tentativa, mas percebi que ficava um pouco difícil, para quem ainda não conhece a história do Cio das Artes e do Sarau da Quarta, compreender de onde partiam as falas.

Sendo assim, fiz uma segunda opção: deixar as bases iniciais do referencial teórico no Capítulo 1, para que a(o) leitor(a) entenda de forma geral com quais linhas de pensamento dialogo e o que baseia minhas reflexões. Mas retomar os teóricos mais para a frente, no Capítulo 5, já trazendo poetas, poetisas e suas produções para o diálogo.

Parece uma mudança sutil, mas o propósito de estruturar a dissertação assim foi abrir espaço e colocar poetas e poetisas lado a lado com grandes especialistas em Direitos

Humanos para aprofundar a conversa sobre conceitos, lutas e poesia. Sei que é uma escolha que pode deixar a dissertação um pouco diferente do padrão, mas tomando a subversão como parte integrante das mudanças e da luta por Direitos Humanos, acredito que a escolha é justificável, do ponto de vista epistemológico.

Tendo em mente esses compromissos, detalho, no Capítulo 2, um pouco mais os caminhos que percorri ao longo da pesquisa e as minhas escolhas metodológicas. E explico, a seguir, como o texto está estruturado.

Como está organizada a dissertação

Esta dissertação foi desenhada usando como base O Direito Achado na Rua (ODANR), e olhando para esse Direito que emerge dos espaços públicos, onde se dá a formação de sociabilidades reinventadas que permitem abrir a consciência de novos sujeitos para uma cultura de cidadania e de participação democrática (Escrivão Filho; Sousa Júnior, 2016).

A dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro apresenta as bases teórico-conceituais que fundamentam meu trabalho enquanto pesquisadora. Começo falando sobre o conceito de Direitos Humanos e a linha de pensamento de ODANR. Em seguida, apresento o conceito de Sujeito Coletivo de Direito – cunhado por ODANR –, propondo um diálogo entre esse conceito e os novíssimos movimentos sociais, buscando sinergias e caminhos argumentativos para também olhar coletivos e movimentos de juventudes, mais orgânicos e descentralizados, como um Sujeito Coletivo de Direito. Falo, então, sobre as juventudes periféricas, olhando para as periferias e os sujeitos periféricos, utilizando a lente da interseccionalidade, conceito que permeará toda a dissertação. Em seguida, falo sobre a poesia enquanto linguagem para expressar Direitos, e sua conexão com o rap e o movimento hip-hop.

No segundo capítulo, apresento a metodologia da pesquisa. Começo explicando que ODANR olha para a realidade que se impõe, buscando compreender: o espaço político no qual se desenvolvem práticas sociais que enunciam Direitos; o sujeito coletivo que luta por esses Direitos; e as práticas sociais advindas dessa luta (Sousa Júnior, 1993). Esses três pontos – a rua, o sujeito e as práticas – são o fio condutor desta dissertação. Explico, em seguida, o método de pesquisa que escolhi: a Pesquisa-Ação Participativa, proposta pelo pesquisador e sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (2007). Com base

na PAP, conto como organizei as observações de campo, as entrevistas e a análise que fiz do livro “Sarau da Quarta: Antologia Poética” (Cio das Artes et al., 2024).

A partir do terceiro capítulo, organizo as reflexões seguindo a estrutura de pesquisa proposta por Sousa Júnior (1993) – que opto por chamar, acordado com ele, de “mediadores de ingresso no real”. Começo determinando o espaço político em que as práticas sociais que enunciam Direitos se desenvolvem. Apresento um pouco da história do território de Ceilândia, no Distrito Federal, com seus desafios e sua força; apresento o espaço cultural Cio das Artes, em seus mais de 40 anos de luta e resistência; e explico como surgiu e o que é o Sarau da Quarta. A escolha se justifica ao entender ser necessário contextualizar o Sarau no tempo e no espaço, registrando, compreendendo e valorizando o que veio antes – os caminhos traçados pelo espaço cultural Cio das Artes que tornaram possível a criação do Sarau da Quarta.

No quarto capítulo, aprofundo o olhar sobre o Sarau da Quarta, entendido como Sujeito Coletivo de Direito. Por meio de entrevistas com jovens poetas e poetisas que frequentam o Sarau, mostro como esse coletivo se organiza e as bases que o definem. A proposta do capítulo é trazer a voz das e dos jovens e, junto com eles, contar o que é o Sarau, como ele foi pensado, com quais intenções e aspirações, o que embasa seu fazer e o que faz dele um Sujeito Coletivo de Direito.

Por fim, o quinto capítulo é dedicado às práticas sociais criadoras de Direitos. Por meio da análise das poesias produzidas por jovens poetas e poetisas que frequentam o Sarau da Quarta, reflito sobre a conexão delas com o debate teórico sobre Direitos Humanos, e sobre as contribuições que trazem à Academia.

1. DE ONDE PARTIMOS PARA FALAR SOBRE DIREITOS HUMANOS

1.1 Falamos sobre Direitos Humanos

Começo este capítulo dialogando sobre os marcos teóricos nos quais me baseio e as principais autoras, autores e linhas de pensamento, com as quais dialogo ao falar de Direitos Humanos. Começo trazendo duas perguntas: O que são Humanos? E o que são Direitos? Imagino que as indagações soam estranhas, mas elas estabelecem um bom ponto de partida para entender que, dentro desta pesquisa, entendo os Direitos Humanos não como algo dado e estático, mas como resultado instável de lutas pela dignidade e liberdade.

Partindo do conceito de Humanidade, é interessante observar que não há, necessariamente, um entendimento único e comum a todos os grupos, culturas e momentos históricos sobre quem é considerado Humano. Tomemos como exemplo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Ela afirma, em seu Art. 1, que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e Direitos”. No entanto, em 2021, ainda havia 49,6 milhões de pessoas vivendo em situação de escravidão moderna no mundo (OIT, 2022). Se todos os humanos são livres, como ainda existem pessoas vivendo situações de escravidão? Não são elas consideradas humanas? A provocação ajuda a entender que mesmo o conceito de Humanidade ainda é um campo em disputa, sendo importante nos mantermos atentos.

Contradições surgem, também, ao buscar entender o que é Direito. Roberto Lyra Filho dizia que a maior dificuldade não será mostrar o que o Direito é, mas dissolver as imagens falsas ou distorcidas que muita gente aceita como seu retrato fiel (Lyra Filho, 1984). Concordando com ele, recorro a Joaquim Herrera Flores, e à Teoria Crítica dos Direitos Humanos, para afirmar os Direitos como processos institucionais e sociais que possibilitam a abertura e a consolidação de espaços de luta pela dignidade humana. Para o autor, a Teoria Crítica deve se sustentar em dois pilares principais: de um lado, o reforço das leis – garantias formais – e de outro o empoderamento dos grupos mais desfavorecidos para lutar por novas formas de acesso aos bens protegidos pelo Direito (Flores, 2021).

Concordando com Herrera Flores (2021), nesta dissertação entendo que os Direitos Humanos não são algo fixo nem são as normas em si. Eles são o “objeto” que as normas internacionais e nacionais pretendem regular, e nem sempre conseguem. Os Direitos Humanos estão, portanto, para além das leis e tratados, não podendo ser reduzidos a uma única dimensão normativa, mas sendo fruto de um processo sempre provisório de lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso à dignidade, em espaços diversos – incluindo, mas indo muito além do âmbito formal jurídico, dos fóruns internacionais e do mundo acadêmico.

Os Direitos Humanos não se iniciam, por exemplo, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) ou outras que a ela se seguiram. Embora tenha uma importância ímpar para a luta por Direitos Humanos no mundo, a Declaração é datada e reflete uma visão específica – europeia –, desenvolvida em um contexto específico de pós-Segunda Guerra Mundial, e expressando princípios e valores caros a quem a produziu e ao momento em que foi publicada. Os Direitos Humanos já existiam antes dela, existem para além dela e até contra ela. Como explica Lyra Filho:

Para termos uma ideia da *diferença* entre as Declarações dos Direitos Humanos e esses mesmos Direitos, basta pensar que a declaração “oficial” mais recente *já é inatual*, na medida em que *ainda não incorpora* outros aspectos da libertação, surgidos em lutas sociais posteriores. (Lyra Filho, 1984)

Essa visão – com a qual concordo e que baseia esta dissertação – não é consenso. Sousa Júnior e Escrivão Filho (2021) explicam que a modernidade ocidental operou três grandes reduções: do conhecimento à Ciência, da política ao Estado e do Direito à Lei.

Nas sociedades ocidentais, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial, se consolidou uma ideia equivocada de que Direito é apenas o que está na lei – modelo denominado *juspositivismo*. Esse reducionismo, explicam os dois autores, coloca a lei como algo universal e estático, sem levar em conta os interesses do legislador, o contexto, o local e os processos socio-históricos em que ela foi criada. Exclui-se do Direito as necessidades e desejos de grupos que, por vezes, não estão contemplados na lei, ou inclusive se colocam de forma contrária a ela. Ficam de fora, também, Direitos específicos e novos grupos que vão surgindo e se tornando importantes, em uma sociedade em constante mudança (Escrivão Filho; Sousa Júnior, 2021).

De outro lado, está a ideia de que o Direito está relacionado apenas ao empírico, colado aos fatos de determinado contexto e momento histórico. Esse reducionismo – chamado *jusnaturalismo* – carrega desafios semelhantes ao anterior ao tentar criar um Direito único e imutável, baseado na tradição de determinado lugar e nas forças que ali exercem poder naquele momento, sem levar em conta que as realidades são complexas, diversas e mutáveis (Escrivão Filho; Sousa Júnior, 2021).

Em outras palavras, ambos os paradigmas terminam por reproduzir lógicas legalistas e de privilégio, fortalecendo a manutenção de desigualdades e criando barreiras para que o Direito se constitua como instrumento de mudança social e promoção de Direitos das populações espoliadas e oprimidas.

1.2 Falamos com base em O Direito Achado na Rua

Diante dessa crise de paradigmas, e do esgotamento dos modelos juspositivista e jusnaturalista, na década de 1980, Lyra Filho (1984) começa a cunhar as bases de O Direito Achado na Rua (ODANR) – referencial teórico em que se ancora esta pesquisa. Em uma de suas principais obras, o autor se pergunta o que é Direito, dentro e fora das leis. Ele pondera que a resposta a essa indagação não pode ser dada de forma estanque e definitiva – uma vez que “nada é, num sentido perfeito e acabado, mas tudo é, sendo” –, mas que há caminhos para determinar sua essência. Nas palavras do autor:

(...) quando buscamos o que o Direito é, estamos antes perguntando o que ele vem a ser, nas transformações incessantes do seu conteúdo e forma de manifestação concreta dentro do mundo histórico e social. Isto não significa, porém, que é impossível determinar a “essência” do Direito – o que, apesar de tudo, ele é, enquanto vai sendo: o que surge de constante, na diversidade, e que se denomina, tecnicamente, ontologia. (Lyra Filho, 1984)

A essência do Direito, segundo Lyra Filho, está baseada na liberdade conscientizada e conquistada por meio das lutas sociais. O Direito, para o autor, nasce na rua, como resultado do clamor e da luta dos espoliados e oprimidos, até se consumir, pela mediação dos Direitos Humanos, na enunciação dos princípios de uma legítima organização social da liberdade (Escrivão Filho; Sousa Júnior, 2021).

Essa concepção orienta a reflexão e a prática de um grupo de intelectuais reunidos por Lyra Filho na chamada Nova Escola Jurídica Brasileira – NAIR – nome dado em homenagem à professora e pesquisadora Nair Heloisa Bicalho de Sousa. A proposta da Nova Escola insere-se na conjuntura de luta social e de crítica teórica. Como explica o

próprio Lyra Filho, em entrevista recuperada pelo coletivo ODANR e publicada em 2021 (Sousa Júnior, 2021), trata-se de uma Escola filosófica ou científica, que reúne de forma livre e espontânea um grupo de produtores intelectuais que seguem uma orientação mais ou menos harmoniosa e defendem – apesar das diferenças individuais – certos princípios e teses comuns. Entre eles, está a luta social e a crítica teórica voltada à construção de um saber alternativo, heterodoxo e não conformista, comprometido com a análise da estrutura social e sua transformação nacional.

Concordando com Sousa Júnior (1993), acredito na condição emancipatória dos Direitos Humanos, baseada no combate às violações e desigualdades, e na luta pela efetivação de Direitos ora previstos na lei e sonogados, ora deixados de lado na formulação das leis, ora até violados por elas. Estamos falando de um Direito – e uma poesia – que não surge do nada, mas que vem sendo conquistado diariamente, nas ruas, por meio de embates, lutas, e também por meio da Arte e das palavras.

Desde essa perspectiva, destaco a força do Direito Achado na Poesia e dos jovens poetas e poetisas que a declamam, semanalmente, no Sarau da Quarta, em Ceilândia, DF. Dialogo, nesta dissertação, com essas juventudes periféricas no plural, buscando um olhar democrático, popular, antissexista, antirracista, anticapacitista, inclusivo e progressista – que ficará expresso de forma mais detalhada a partir do Capítulo 3, quando adentro nos achados da pesquisa.

1.3 Dialogamos com Sujeito Coletivo de Direito

A poesia que emana das ruas expressa as vozes de sujeitos que lutam por seus Direitos e os Direitos dos seus. Olhando para a relevância jurídica desses sujeitos enquanto grupo, em 1991, Sousa Júnior definiu o Sujeito Coletivo de Direito como uma categoria analítica do Direito. Partindo da definição de Eder Sader (1988) sobre “sujeitos coletivos”, Sousa Júnior amplia o conceito para o Direito:

O meu propósito, derivado da continuidade de estudos já referidos que têm por base a qualificação teórica do pluralismo jurídico, é o de investigar a dimensão instituinte dos espaços sociais instaurados por esses movimentos e aquilatar a capacidade constitutiva de Direitos decorrentes dos processos sociais novos que eles desenvolvem. (Sousa Júnior, 1991)

Como explica Sousa Júnior, o Sujeito Coletivo de Direito é aquele que adquire fundamento jurídico por meio da ação coletiva dos movimentos sociais. A experiência de ação coletiva de novos sujeitos sociais, realizada por meio de uma cidadania ativa,

designa uma prática social que autoriza estabelecer, na perspectiva jurídica, novos espaços sociais a partir dos quais se enunciam Direitos novos, processos sociais novos, e a afirmação teórica do Sujeito Coletivo de Direito (Sousa Júnior, 1991).

O conceito se baseia, portanto, na legitimidade dos movimentos sociais enquanto grupos que reúnem bagagem histórica e conhecimento prático e que podem reivindicar, coletivamente, seus Direitos no contexto político e social em que se encontram. Esse sujeito é social e coletivo, reunindo indivíduos até então dispersos e diversos, que passam a se autoreconhecer e agir em conjunto, em um novo modo de produção do social, do político e do jurídico.

O Sujeito Coletivo de Direito surge em um processo que une negação de Direitos e luta por conquistá-los, contribuindo para legitimar – jurídica e socialmente – movimentos sociais e grupos ativistas que se unem, muitas vezes por meio de processos mais orgânicos e não tão formalmente estruturados, para buscar uma experiência emancipatória.

Embora o conceito de Sujeito Coletivo de Direito tenha surgido no início da década de 1990, a atuação desses sujeitos no Brasil já estava presente de forma intensa no País nas décadas de 1960 a 1980 – quando grupos e movimentos sociais surgiram com o propósito de lutar pela liberdade, encorajar a participação coletiva e principalmente reivindicar Direitos, em meio à crise política e institucional brasileira advinda do regime militar. Diante de um cenário de repressão, esses sujeitos emergiram como uma manifestação contrária ao regime e voltada à reivindicação de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária – contribuindo, entre outros temas, para o processo da Constituinte e da redemocratização do País.

Passados muitos anos, estamos diante novamente de um cenário complexo. O País tenta se reestruturar, após anos de desmonte dos Direitos Sociais e de reformas neoliberais que se intensificaram nos quatro anos de governo de extrema direita, fazendo com que muitas das reivindicações e lutas dos Sujeitos Coletivos de Direito fossem deixadas de lado e as desigualdades e exclusões advindas da necropolítica (Mbembe, 2003), do biopoder (Foucault, 2005), do racismo e do cisheteropatriarcado ganhassem força.

Diante desse cenário, há também mudanças nas estruturas de mobilização da sociedade civil, apontadas por quem olha para os novos e, especialmente, os novíssimos movimentos sociais. Não será possível, dentro desta dissertação, dar conta e detalhar em profundidade toda a complexidade que envolve os diferentes debates e teorias sobre os movimentos sociais nas últimas décadas. Opto, então, por me ater a alguns aspectos específicos que podem ajudar a traçar paralelos e estabelecer possíveis conexões entre algumas dessas análises e o conceito de Sujeito Coletivo de Direito.

Alberto Melucci (1989), escrevendo no final dos anos 1980, fala sobre a evolução dos movimentos sociais nas sociedades capitalistas pós-industriais. Entre diversos outros pontos, o autor argumenta que os movimentos sociais passaram a não se restringir mais apenas aos conflitos econômicos, mas estavam se expandindo para áreas culturais e simbólicas. Essas novas formas de ação tinham como foco a mudança dos códigos culturais e a criação de novas formas de organização social que desafiavam as normas dominantes.

Partindo de Melucci (1989), chama a atenção o fato de que havia mudanças em curso não apenas no ordenamento jurídico vigente, mas com relação ao pluralismo e à luta de novos atores por novos Direitos.

Escrevendo em 2008, Maria da Glória Gohn mostra como novíssimos sujeitos entram em cena – como os movimentos sociais anti ou alterglobalização –, ao mesmo tempo em que as lutas sociais se internacionalizam e novos conflitos sociais eclodem, abrangendo diferentes temáticas (Gohn, 2008). Para entender a complexidade desses novíssimos movimentos sociais, a autora destaca as categorias “rede” e “mobilização social”, que são particularmente interessantes para esta dissertação. A rede, segundo a autora, permite abarcar a diversidade sociocultural e política existente, articulando a multiplicidade de pautas e grupos. Já a mobilização social abarca o processo político e cultural presente em todas as formas de organização das ações coletivas, podendo ter diversos sentidos, segundo a fonte ou o campo onde se articula – em ONGs isoladas ou atuando em redes e por meio de políticas públicas estatais.

Para Gohn (2008), no contexto da América Latina, os movimentos sociais não se limitam mais à política, à religião ou às demandas socioeconômicas e trabalhistas. Movimentos por reconhecimento, identitários e culturais, e por Direitos socioculturais

ganham destaque ao lado de movimentos sociais autodenominados como anti ou alterglobalização, com agendas de demandas e formas de articulação globais.

Seguindo e concordando com essa análise, trago para o debate uma reflexão mais recente, proposta por Cristina Nunes (2014). Ao analisar os embates e aproximações teóricas entre diferentes correntes de pensamento que discutem os movimentos sociais desde a década de 1960 até os dias atuais, a autora explica que a conceituação em si do termo “movimento social” vem perdendo relevância nos debates acadêmicos, sendo substituída por análises mais específicas sobre as dinâmicas e peculiaridades inerentes aos movimentos sociais atuais. Se a necessidade de clarificação do conceito de movimento social era uma preocupação dos diferentes autores dos anos de 1960 e de 1970, atualmente parece não se constituir como uma discussão central nos debates sobre os movimentos sociais (Nunes, 2014).

O principal ponto que a autora defende é que as novas formas de organização social são cada vez mais como redes fluidas, horizontais e descentralizadas, nas quais a defesa da subjetividade identitária é muito importante para o envolvimento dos indivíduos. Segundo Nunes (2014), essas particularidades, hipoteticamente, poderão tornar menos necessária – e mais difícil de estabelecer – a unidade empírica que nos habituamos ser essencial na definição de movimento social.

A hipótese de Nunes (2014) dialoga com outros autores que vem pensando os novíssimos movimentos sociais. Entre eles, Olívia Perez e Alberto Luís Araújo Silva Filho, que escrevem um interessante texto procurando entender como a literatura acadêmica tem abordado os coletivos como novas formas de mobilização da sociedade civil. Fazendo uma revisão bibliográfica em diferentes países, os autores apontam que ainda há pouca produção sobre o tema, mas já é possível levantar quatro aspectos fundamentais que caracterizam os movimentos autodenominados coletivos: a horizontalidade, a não institucionalidade, a auto-organização e a temporalidade (Perez; Silva Filho, 2017).

Esses movimentos também não vivem isolados. Como explica Ilse Scherer-Warren (2006), é necessário olhar não só cada coletivo ou movimento, mas as redes de movimentos sociais e os múltiplos tipos de ações coletivas do novo milênio. A autora explora a diversidade identitária dos sujeitos – que podem ser parte de mais de um movimento ao mesmo tempo, e transitar entre eles. Fala também da transversalidade nas

demandas por Direitos, das formas de ativismo e de empoderamento que surgem por meio de articulações em rede, e da participação política das organizações em rede. Scherer-Warren (2006) defende que, em sociedades cada vez mais globalizadas, as redes de movimentos sociais possibilitam a transposição de fronteiras territoriais, articulando as ações locais às regionais, nacionais e transnacionais.

Analisando os aspectos apontados por Nunes (2014), Gohn (2008), Perez e Silva Filho (2017) e Scherer-Warren (2006), pode-se dizer que há uma mudança interessante em curso na forma de se autodeterminar e organizar das mobilizações sociais atuais – dentro do que tem se chamado novíssimos movimentos sociais –, quando comparadas aos movimentos sociais mais clássicos. Há algo de mais efêmero e mais plural nos movimentos sociais atuais, que se organizam de forma menos institucionalizada e se transformam, nascem, mudam, morrem, em um rápido espaço de tempo.

Tendo esses novos olhares como parte desta pesquisa, e sabendo do potencial emancipatório dos movimentos sociais, entendo haver espaço frutífero para compreender o Sujeito Coletivo de Direito, em um universo muito mais efêmero, em que não é tão nítida a delimitação dos diversos grupos, coletivos e movimentos sociais. Partindo da proposta de Lyra Filho (1984) de que “nada é, num sentido perfeito e acabado, mas tudo é, sendo”, entendo que o conceito de Sujeito Coletivo de Direito não é algo datado e fixo, mas uma categoria que se adapta, de acordo com as novas dinâmicas sociais, de modo a manter sua coerência teórica e, ao mesmo tempo, abarcar os novíssimos movimentos sociais e as mudanças que a realidade atual impõe.

Retomando a definição de Sousa Júnior (1991), de que o Sujeito Coletivo de Direito é aquele que adquire fundamento jurídico por meio da ação coletiva dos movimentos sociais, entendo que esses novíssimos movimentos sociais – nos quais coletivos como o Sarau da Quarta se enquadram – mesmo sem uma organização fixa e formal, conseguem experienciar uma ação coletiva, por meio de uma cidadania ativa, e estabelecem novos espaços sociais a partir dos quais se enunciam Direitos.

1.4 Dialogamos com juventudes periféricas, em sua interseccionalidade

Entendido o conceito de Sujeito Coletivo de Direito, vale olhar com atenção para as individualidades e identidades que compõem esse sujeito. As juventudes que participam do Sarau da Quarta, ao mesmo tempo em que têm uma série de características

que as unem, não podem ser entendidas como um grupo homogêneo. Há que se levar em conta, em toda a análise, as características e desafios comuns enfrentados por essas juventudes, mas também as especificidades, singularidades e avenidas identitárias que perpassam os corpos que compõem esse grupo. Opto, então, por falar em “juventudes”, no plural, como forma de colocar em destaque as diversidades e a interseccionalidade que se entrelaçam nesse contexto, e por caracterizá-las como “periféricas”, conceituando o que essas juventudes têm em comum.

Falar de juventudes periféricas é falar, primeiramente, sobre periferias e sujeitos periféricos. Sabendo da complexidade e da ampla literatura existente sobre os dois conceitos – e entendendo que não seria possível trazer todos para o debate –, escolho seguir com um olhar específico, de Tiarajú Pablo D’Andrea, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Coordenador do Centro de Estudos Periféricos (CEP). A escolha se justifica pela conexão entre a obra de D’Andrea (2013) e o tema desta dissertação. O professor estuda a influência da atuação de coletivos artísticos da periferia – em especial o grupo Racionais MC’s¹ – na formulação de um novo significado para o termo “periferia” e, a partir dele, propõe uma conceituação dos “sujeitos periféricos”.

D’Andrea explica que, nos últimos vinte anos – ou trinta anos, pensando que ele escreve em 2013 –, houve um alargamento do significado do termo “periferia”, que já não passa a ser definido somente pelo binômio pobreza-violência, mas também pelos elementos cultura e potência. Analisando em profundidade a obra dos Racionais MC’s, o autor explica como a arte e os coletivos artísticos de periferia influenciaram na ressemantização do termo “periferia”, mudando como a sociedade em geral entende o tema, e influenciando a autoimagem que os moradores das periferias passam a possuir de si mesmos (D’Andrea, 2013).

D’Andrea conta que, em 1993, quando Itamar Franco assumia a presidência do Brasil e Paulo Maluf iniciava seu período como prefeito de São Paulo – em uma administração que seria marcada pelo investimento em infraestrutura em bairros nobres e pela precarização das periferias –, o grupo Racionais MC’s lançava o CD Raio-X Brasil, contribuindo para mudar a forma como a periferia é, até hoje, entendida no País.

¹ Racionais MC’s, grupo brasileiro de rap formado em 1988 na cidade de São Paulo, criado pelos *rappers* Mano Brown, Ice Blue, Edi Rock e KL Jay.

Racionais MC's (...) a partir daquele trabalho inundava as periferias paulistanas com seus raps e suas ideias radicais. A influência do grupo foi aumentando com o passar do tempo e sua obra foi determinante para a cristalização de uma forma de pensar as periferias a partir do ponto de vista dos próprios moradores da periferia. (D'Andrea, 2013)

Essa nova forma de se entender como periferia vinha embasada em um olhar de luta e de força, que mostrava que a periferia não estava parada ou era apenas uma vítima do sistema, mas estava acordada e lutando por seus Direitos, usando muitas vezes da Arte, em especial o rap, como instrumento de denúncia, de identificação e de luta.

D'Andrea explica que, a partir de 2002, começa a haver também, no País, um forte movimento da indústria cinematográfica, impulsionado pelo lançamento do filme Cidade de Deus², para também se apropriar do conceito de periferia. Nas palavras dele:

(...) esse filme marcou a passagem da preponderância sobre o termo periferia dos coletivos artísticos da periferia para a indústria do entretenimento. Esse filme foi o catalizador da entrada em cena nas prateleiras do mercado cultural de uma série de produtos que tinham por característica a apresentação da pobreza, da favela e da periferia. Por fim, periferia passou a ser vendável e virou moda. (D'Andrea, 2013)

Mesmo diante dessa disputa narrativa, o autor apresenta três grandes legados da obra dos Racionais MC's que se sustentam até hoje – e que me interessam para construir o olhar desta dissertação sobre periferias e seus sujeitos.

O primeiro é que os Racionais MC's se tornaram os detentores de uma fala legítima sobre o que seria a periferia em um dado momento histórico. Isso foi importante para o fortalecimento da ideia de periferia como potência e espaço de luta, que se mantém até hoje.

O segundo é que os Racionais MC's criaram um novo modo e forma de enxergar, representar e falar sobre a periferia e os elementos a ela imediatamente associados: pobreza, violência, cidade, favela, música, racismo, desigualdade social. Esta nova forma teve consequências na maneira como outros campos passaram a representar a periferia – incluindo, em certa medida, as produções acadêmicas.

² CIDADE de Deus. Direção: Fernando Meirelles; codireção: Kátia Lund. Produção: Andrea Barata Ribeiro, Mauricio Andrade Ramos. Roteiro: Bráulio Mantovani. Brasil: O2 Filmes; Videofilmes; Globo Filmes, 2002.

O terceiro foi a contribuição para criar uma nova subjetividade, que muitas vezes se desdobrou em uma gramática política. Na conclusão de sua tese de doutorado, D'Andrea afirma: “Os indivíduos que mobilizam politicamente essa subjetividade calcada no reconhecimento, na pertença, nos atributos e, fundamentalmente, no orgulho de viver na periferia, esta tese denomina sujeito periférico” (D'Andrea, 2013).

Esse sujeito periférico que D'Andrea (2013) conceitua, fundamentado no orgulho de suas raízes e na luta por seus Direitos, contribui para entender as características que unem as juventudes periféricas enquanto grupo, mesmo que um grupo diverso e heterogêneo.

Concordando com esse olhar sobre a potência do sujeito periférico, é necessário também entender o que significa falar em “juventudes”. Para tanto, reproduzo nesta dissertação e concordo com o olhar do professor Breitner Luiz Tavares, da Universidade de Brasília (UnB), que discorre sobre a complexidade de se construir e delimitar um campo de pesquisa sobre juventude, sem amarrá-lo a antigos paradigmas que narram as juventudes de maneira espetacular e superficial (Tavares, 2009). Segundo o professor:

Para enfrentar tal situação, requer-se a construção de uma metodologia explicativa desses fenômenos presentes nas orientações coletivas juvenis, que considere aspectos relacionados ao consumo da juventude pobre das classes trabalhadoras, bem como as dimensões relativas à construção de um sistema de distinções sociais pautado em categorias como raça-etnia, gênero e sexualidade. (Tavares, 2009)

Tavares (2009) mostra que as juventudes estabelecem seu próprio sistema de comportamentos sociais, sendo influenciadas pela estrutura social em que se encontram e pelos desafios que as atravessam. Quando falamos de juventudes periféricas, estamos falando de juventudes majoritariamente negras e com menor poder aquisitivo, que vivem nas periferias dos grandes centros e lutam por seus Direitos, vivendo em um país que se construiu, ao longo dos séculos, colocando barreiras para impedir que pessoas negras, indígenas e de camadas populares tivessem acesso a Direitos fundamentais – assim como tivessem sua voz ouvida e considerada dentro de instâncias formais de produção de conhecimento e de poder.

São juventudes que vivem nas grandes cidades ou no campo e se apropriam de elementos advindos de um processo mundial de construção de suas orientações coletivas,

materializadas sob a perspectiva de novas formas de expressão estético-políticas e de consumo, capazes de traduzir suas questões específicas em ações sociais (Tavares, 2009).

Analisar os desafios enfrentados por essas juventudes periféricas passa, necessariamente, por falar sobre as lutas por Direitos Humanos em um País constituído e ancorado no racismo (Theodoro, 2022). Corpos negros vivenciam as diferentes facetas do racismo desde a primeira infância, dificultando ou impedindo suas trajetórias escolares, impactando seu ingresso no mundo acadêmico, dificultando sua permanência nele, e criando barreiras formais e difusas para sua chegada a instâncias oficiais de poder. Dados do Censo da Educação Básica mostram que a exclusão escolar é historicamente maior entre meninas e meninos negros e indígenas. No Brasil, em 2019, 623 mil estudantes de redes estaduais e municipais abandonaram a escola – sendo 51% pretas(os) e pardas(os), 2% indígenas e 19% brancas(os). Ou seja: a exclusão de negras(os) foi quase 3 vezes maior do que a de brancas(os) (UNICEF, 2021).

Essa exclusão não acontece ao acaso. Como explica Sueli Carneiro, “o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual” (Carneiro, 2011). Esses processos não acontecem apenas no âmbito da Educação Básica, mas também no Ensino Superior e no mercado de trabalho.

Violações de Direitos recaem também sobre as populações e juventudes indígenas, sob a roupagem de mecanismos semelhantes, mas distintos. Enquanto a cor da pele é utilizada para excluir a população negra dos espaços de produção de conhecimento e poder, outros mecanismos são utilizados para excluir a população indígena. Mais do que as características físicas – como acontece com a população negra – o racismo contra a juventude indígena se dá relacionando ao território e ao modo de vida (Cruz, 2019). Aos olhos da branquitude, em um perverso reducionismo e em um processo de apagamento, só é indígena quem mora em um território indígena, vivenciando práticas tradicionais.

Ao sair desse contexto, o jovem indígena perde o Direito à própria identidade e passa a ser desqualificado ao tentar se inserir no debate sobre seus Direitos. Como explica Felipe Sotto Mayor Cruz (2019), a racialização indígena foi calcada em cima de uma pretensa fragilidade, uma vez que o único destino para essa raça era o desaparecimento. Enquanto a racialização negra foi pautada na cor, mantendo essa população excluída.

Ambos os processos contribuem de forma acentuada para afastar juventudes negras e indígenas dos espaços de poder, de construção de conhecimento e de decisão sobre Direitos, e manter os privilégios da branquitude que hoje os ocupa.

Olhar para as juventudes periféricas passa, também, por entender os desafios que se atravessam. Trazendo como base a reflexão das feministas negras, faz-se necessário olhar as juventudes periféricas por meio de uma lente de interseccionalidade, entendendo as avenidas identitárias que se cruzam e sobrepõem. Como explica Carla Akotirene:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (Akotirene, 2019)

Partindo do conceito formulado pela teórica afro-americana Kimberlé Crenshaw (1989), Akotirene (2019) explica que, na interseccionalidade, não se trata de criar hierarquias de opressões, mas de entender como as opressões se entrecruzam, atingindo a mesma pessoa de diferentes lados. Por meio da interseccionalidade, recomenda-se a articulação das clivagens identitárias de negros, mulheres e pessoas com deficiência, para defender a identidade política contra a matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças às engrenagens do racismo cisheteropatriarcal capitalista.

Concordando com ela e com as e os demais autores citados nesse subcapítulo, dialogo nesta dissertação com as juventudes periféricas, em sua interseccionalidade, entendidas como sujeitos periféricos, que se orgulham de suas raízes e lutam coletivamente por Direitos, ao mesmo tempo em que mantém sua individualidade, em corpos atravessados por avenidas identitárias que se cruzam na conexão entre raça, classe e gênero.

1.5 Falamos por meio da Poesia

De mesma forma que as juventudes são múltiplas e diversas, também é a maneira como cada uma e cada um luta por Direitos. Essas lutas se constroem por meio de diversas linguagens e expressões, nem sempre alinhadas à norma formal. Arte, cinema, música, dança, literatura, poesia têm – e sempre tiveram – papel fundamental na construção de conhecimento, na expressão e na luta por Direitos Humanos.

Como explica Sousa Júnior, existe, na relação Direito, Direitos Humanos, Arte e Literatura, “uma racionalidade expressiva que permite ao discurso literário conduzir temas densos e, com linguagem persuasiva própria da retórica, traduzir o discurso epistemológico da ciência³”. Em outras palavras, a Arte muitas vezes transborda e expressa o que nenhuma teoria consegue colocar em parágrafos acadêmicos.

A literatura – incluindo a poesia – é um modo de representar o mundo e conhecer a realidade que complementa e amplia nosso olhar sobre o real, sendo necessário reivindicar esse campo epistemológico como algo legítimo. Lyra Filho (1972), citando Castro Alves, explica que a poesia assimila em si todas as nuances das ideias de sua época. Cada poeta apresenta, por meio da poesia, um dos inúmeros retratos possíveis de um determinado momento histórico, trazendo a fala de um grupo – ou de diversos – ao qual pertence. Ou seja, a poesia nos ajuda a entender um pouco mais a realidade em suas múltiplas complexidades, e a compor saberes para aprender sobre cada momento e realidade, e construir conhecimento a partir deles (Lyra Filho, 1972).

O próprio Lyra Filho trazia consigo a vertente jurista, mas também a vertente artista. O grande pensador de ODANR era também o poeta Noel Delamare, e dedicava suas horas à produção autoral e ao estudo da literatura, da prosa e da poesia. A Arte, para Lyra Filho, não era algo menor, mas um caminho possível e importante para a reflexão política. Como explicam Adriana Andrade Miranda e Mariana Veras, as dimensões jurista e artista se confundem e dialogam na obra de Lyra Filho:

A leitura integral de sua obra nos mostra que a dimensão poética e artística transcende o campo lúdico e estético. Arte e Direito se confundem. O lírico e o jurídico se complementam na construção de uma só concepção sobre o mundo e sobre o homem. Um diálogo se estabelece entre o Direito, sinônimo de liberdade, e a arte, como caminho genuíno para emancipação. (Miranda; Veras, 2006)

Dialogando com as autoras, entendo que a força emancipatória da poesia está em sua capacidade de expressar o indizível, de colocar em palavras a dor extrema, a força do coletivo, as desigualdades do mundo. Um poema não se esgota nas palavras em si. Ele é um conjunto de expressões que unem a forma, os gritos, os pontos, as pausas, os “não ditos”, o tom de voz, para criar algo novo, que vai além das palavras e do racional. Ao

³ Trecho retirado da coluna “Direitos Humanos nas entrelinhas das crônicas de Carlos Drummond de Andrade”, em que José Geraldo de Sousa Júnior comenta a dissertação de mestrado de Luiza de Andrade Penido. Coluna disponível em <https://estadodedireito.com.br/literatura-livros-folhasfonte-pixabay/>, acessada em 09.06.2024.

ouvir alguém declamar uma poesia, é possível sentir de forma potente, na voz, na entonação, na expressão corporal, o que cada poeta e poetisa quis expressar. E aí está a força da Arte, em trazer o debate para o campo do sentir, e agregar uma camada a mais à luta por Direitos Humanos, sendo capaz de expressar o que poucos textos teóricos conseguem dizer.

Concordando com Miranda e Veras (2006), a Arte é o fio condutor para uma apurada reflexão sobre política, Direito, ciência e vida. Uma reflexão vinculada à luta contra todas as formas de opressão e injustiça.

Prova disso é que o próprio nome de ODANR surge inspirado por uma poesia. Em 1986, em um curso ministrado na Universidade de Brasília, Lyra Filho usa a expressão pela primeira vez, citando o epigrama hegeliano de Marx, por ele traduzido:

Kant e Ficht buscavam o país distante,
Pelo gosto de andar lá no mundo da lua,
Mas eu tento só ver, sem viés deformante,
O que pude encontrar bem no meio da rua.
(Marx-Engels, Werke, Berlin, Dietz, 1968)

O que era uma citação poética se torna a melhor forma de expressar a visão de Direito que a Nova Escola Jurídica Brasileira queria propor: um Direito Achado na Rua. A partir desse poema e de toda a construção teórico-prática de ODANR, vão surgindo O Direito Achado no Campo (Sousa, 2012), O Direito Achado na Encruza (Ramos, 2019), O Direito Achado na Noite (Moura, 2022), entre tantos outros.

E também O Direito Achado na Poesia. Esse Direito pode ser encontrado nas Mulheres Coralinas, que se reúnem na Cidade de Goiás, em torno da arte feita com as mãos, da gastronomia e da leitura de poesia – retratadas na tese de doutorado de Adriana Andrade Miranda (2025). Ele está nas entrelinhas das crônicas de Carlos Drummond de Andrade (Penido, 2022). Está nas palavras do poeta Noel Delamare. E pode ser encontrado, também, às quartas-feiras, em Ceilândia, na voz de jovens poetisas e poetas que participam do Sarau da Quarta.

Não me refiro aqui a qualquer poesia, mas àquela engajada e comprometida com o real, com as ruas de que fala ODANR. Rua essa entendida como espaço público e político, como esse lugar simbólico em que os protestos, as reivindicações, os debates, as lutas acontecem, protagonizado por seus sujeitos coletivos. Falar em um Direito, e uma Poesia, “achados na rua” é trazer essa dimensão fundamental do real e do social para o

centro da conversa. Não se trata de um Direito ou uma Poesia burgueses, vazios, mas de um Direito e uma poesia que se conectam com as principais mazelas e demandas da sociedade, e surgem em resposta a elas.

As diferentes formas de colocar o Direito como organização de uma legítima expressão social da liberdade passam, muitas vezes, por um olhar também poético e sensível para os Direitos Humanos. Aqui, dialogo com o conceito de *sentipensar*, cunhado por Orlando Fals Borda (1979) – que está também na base metodológica desta dissertação, que detalho no próximo capítulo.

Borda (2007) explora essa interconexão entre sentimento e pensamento, mostrando que é possível superar a dicotomia entre ciência e experiências cotidianas, e valorizar os sentimentos e vivências das populações locais e dos movimentos sociais nas análises relacionadas aos Direitos Humanos. Dessa forma, o autor propõe tirar das classes dominantes e do saber erudito a hegemonia da produção intelectual, dando força aos saberes, sentimentos e bandeiras que movem a luta popular, estabelecendo um olhar *sentipensante* para os Direitos Humanos.

A busca por ouvir e priorizar saberes, sentimentos e bandeiras que vêm das ruas está também em Lyra Filho, enquanto poeta e enquanto jurista. Como colocam Miranda e Veras (2006), “assim como na poesia o ritmo dita todo o processo, no pensamento jurídico lyriano sempre foi possível escutar também o pulsar de um ritmo, ritmo cadenciado nas ruas, nos reclames sociais, no mundo da vida, um mundo cheio de poesia e de lirismo”.

Essa conexão entre sentir e pensar, defendida por Borda, conectada às ruas e ao protagonismo dos movimentos sociais defendido por ODANR, ajuda a entender a importância da Arte, incluindo a poesia, na luta por Direitos Humanos. Ela pode ser instrumento ou caminho para colocar luz sobre cada realidade, abrir espaço às vozes que emanam das ruas, e potencializar essas vozes e suas mensagens, unindo coração e cabeça.

No caso específico desta dissertação, que versa sobre O Direito Achado na Poesia e nas vozes dos jovens poetas e poetisas que participam, semanalmente, do Sarau da Quarta, em Ceilândia, faz-se necessário explicar como essa poesia engajada se conecta com o hip-hop e, dentro dele, com a linguagem do rap – tão presente, importante e

potente na história e na vida das juventudes periféricas do Distrito Federal e do resto do País – e por que escolhi falar especificamente de poesia.

Mundialmente, o movimento hip hop é conhecido por sua natureza multifacetada e costuma ser apresentado em função de quatro ou cinco elementos: o rap, o *breaking*, o grafite, a discotecagem e a filosofia ou o conhecimento (Peres, 2022). Dentro desses elementos, o rap – originado da sigla em inglês "Rhythm and Poetry" (ritmo e poesia) – é o estilo que combina batidas intensas com letras rimadas e poéticas, geralmente abordando contextos sociais e culturais.

No Distrito Federal, o movimento hip-hop começou no Plano Piloto, mas foi para as periferias e se misturou à história de Ceilândia e sua trajetória de resistência. Machado e Sousa (1999) contam que, nos anos 1990, muitos filhos da geração que construiu Ceilândia passaram a optar por outras formas de manifestação cultural, especialmente o rap e o grafite. Era um movimento predominantemente jovem, que surgia como forma de resistência e contestação em relação às violências e discriminação que impactavam os habitantes de Ceilândia (Machado; Sousa, 1999).

Como explica Tavares (2009), ao pesquisar sobre a juventude hip-hop no Distrito Federal, essa forma de cultura popular engajada em discursos de uma “missão transformadora” foi uma referência motivadora do envolvimento das primeiras gerações de jovens no hip-hop no DF. Através de uma inserção nos meios de produção musical do rap, muitos jovens conseguiram redefinir suas pautas reivindicatórias na esfera política, no sentido de um reconhecimento positivo da juventude das periferias de Brasília.

O professor conta que a criação dos primeiros espaços para encontro de jovens envolvidos no hip-hop através do break e do rap ocorreu no Plano Piloto, mas seu público era majoritariamente da periferia, vindo das cidades-satélites em busca de entretenimento e das inovações musicais que a cidade oferecia. A partir daí, o hip-hop vai se voltando, cada vez mais, para a periferia.

A interação entre os jovens de famílias mais abastadas do Plano Piloto e dos jovens pobres das cidades-satélites gerou uma polarização de um campo de produção do hip-hop que uniu DJ, b-boys, rappers e grafiteiros, no sentido de estabelecer contatos com um circuito mais estruturado. (...) gradualmente, os espaços representativos do hip-hop no Distrito Federal voltam-se mais para as cidades-satélites, como foi o caso de Ceilândia, representada por grupos de break como Reforços, DF Zulu Breakers, grafiteiros e rappers, como os do grupo Câmbio Negro. (Tavares, 2010)

Esse deslocamento do movimento para a periferia faz com que, já no final dos anos 1980 e no início da década de 1990, Ceilândia ganhe representatividade no circuito de produção do rap nacional, lançando grupos de destaque, como GOG, Câmbio Negro, Álibi, Cirurgia Moral, Viela 17, Tropa de Elite, entre outros (Tavares, 2010). Os próprios Racionais MC's, destacados por D'Andrea (2013) por sua relevância na redefinição da ideia de “periferia” no País, passaram por Ceilândia e dialogaram com o movimento que vinha sendo criado no território.

Pensando na força do movimento hip-hop, e do rap nacional, busco aqui olhar para um ponto específico: a poesia contida nessa nova forma de expressão que move as juventudes periféricas e ganha espaço como linguagem para lutar por Direitos. Como explica D'Andrea, o rap nacional ganha espaço e promove duas grandes rupturas, uma poética e outra musical:

Uma das experiências mais bem sucedidas nos últimos anos no que tange à busca pela recolocação do conflito na esfera pública e por meio da produção artística ocorreu com a publicização do rap nacional, que soube empreender um olhar com alta voltagem crítica sobre a sociedade se comparado com expressões hegemônicas de nossa tradição musical. Na tentativa de tratar o terror como terror, e apresentar com uma radicalidade inédita as mazelas da sociedade brasileira, o rap representou também uma dupla ruptura. De um lado, uma ruptura poética, expressa no ineditismo do conteúdo de suas letras. De outro, uma forma musical adequada à enunciação desse conteúdo e também rompedora de uma dada tradição musical brasileira. (D'Andrea, 2013)

Destaco aqui, para o foco desta dissertação, a primeira ruptura promovida pelo rap: a ruptura poética, expressa pelo conteúdo das letras. Ao trazer para dentro da poesia temas como racismo, violência, discriminação e luta por Direitos, o rap consegue ressignificar o olhar sobre o fazer poético, e coloca as juventudes – incluindo os homens periféricos – dentro do campo da poesia, um espaço até então restrito à elite.

Antecipando a fala de um dos jovens entrevistados para esta dissertação, ao falar sobre poesia, ele afirma ser “coisa de boy ou de mina”. Ou seja: a poesia, até hoje, não é vista, por grande parte das juventudes periféricas, em especial pelos meninos, como um espaço que pode ser ocupado por eles.

Entendo estar aqui o principal conector entre o rap e O Direito Achado Na Poesia. Sei que a conexão entre rap e poesia nas periferias está dada e é indissociável. Como veremos mais à frente, o Sarau da Quarta, inclusive, começa como uma batalha de rima,

no formato *slam*, seguindo a tradição do rap como forma de expressão das juventudes periféricas de Ceilândia.

Reconheço e enfatizo, também, que o hip-hop – e dentro dele o rap – tem sido fonte, ao longo de décadas, de importantes estudos acadêmicos, teses e dissertações que vieram antes desta aqui, que me inspiraram e com as quais dialogo. Destaco especificamente Tavares (2009), que aprofunda e analisa as características da juventude hip hop, suas lutas e a construção do imaginário na periferia. E Peres (2022), que olha para o movimento hip-hop enquanto uma experiência legítima de construção de políticas públicas.

Sem perder de vista essas referências e conexões, ou desconsiderar a longa trajetória do rap nas periferias, a proposta desta dissertação é deslocar um pouco o olhar, analisando não o rap ou o hip-hop na Ceilândia, mas a poesia em si, declamada semanalmente no Sarau da Quarta – algumas vezes, inclusive, por meio do rap. Em outras palavras, busco compreender esse fazer poético que vem engajando as juventudes e olhar para a autoidentificação desses jovens como poetas e poetisas.

Entendo que a escolha se justifica por colocar as produções poéticas e seus autores em um lugar simbólico muitas vezes atribuído apenas às elites – abrindo espaço para que vozes jovens e periféricas sejam escutadas a partir de seu fazer poético e da qualidade, profundidade e potência do que escrevem.

Quero, com isso, contrapor uma visão deturpada que muitas vezes existe, baseada nos Pactos Narcísicos da Branquitude (Bento, 2002), que consegue aceitar o jovem negro como *rapper*, mas não consegue vê-lo como poeta. Como se apenas a linguagem do rap, com suas batidas mais fortes, e em certo sentido violentas, fosse aceita como um espaço a que esse jovem pode pertencer. O lugar da poesia, declamada em um palco, com a plateia em silêncio, é muitas vezes visto como espaço apenas do saber erudito.

Estudar o Sarau da Quarta pelo viés da poesia é uma tentativa de abrir espaço e campos de escuta para poetas e poetisas jovens e periféricos, em seu lugar de autores e autoras de renome, que têm suas poesias em livros, que podem ser lidos, estudados, e tem muito a dizer.

2. LICENÇA PARA PISAR NESTE CHÃO, ENTRAR E ESCUTAR

2.1. O compromisso de ODANR com a realidade que se apresenta

Neste capítulo, explico a metodologia escolhida para esta pesquisa e como foi aplicada. Meu objetivo, nesta dissertação, é apresentar e discutir as contribuições do Sarau da Quarta – por meio de suas poesias e das vozes dos poetas e poetisas que dele participam – para a luta por Direitos Humanos, sob a perspectiva de O Direito Achado na Rua. Como jornalista, sempre tive a curiosidade e a escuta como práticas que me acompanham, quase sem perceber. Sempre gostei de observar, conversar, perguntar e ouvir as histórias das pessoas, buscando compreender – nessa mirada para as experiências do dia a dia – as realidades que nos cercam.

Quando cheguei ao Mestrado, me deparei com o desafio de entender os métodos de pesquisa acadêmica e buscar as melhores referências para guiar um fazer científico mais embasado. Sem a pretensão de criticar nenhuma das muitas teorias sobre metodologia de pesquisa, sentia que esbarrava sempre em um olhar que me soava um pouco frio, que colocava o pesquisador em um lugar de superioridade, de observador externo e isento, que aplica um método bem objetivo e chega a grandes conclusões certeiras. Sentia falta desse sentir, da troca, de ter as percepções, as sensações e os diferentes olhares como parte igualmente significativa do processo de investigação e construção de saberes.

Em diálogos com meu orientador, fui entendendo que esse dilema faz sentido e, em certa medida, compõe o olhar proposto por ODANR. Falar de O Direito Achado na Rua, e das pesquisas nesse campo, é falar daquele Direito que está acontecendo naquele instante, está em constante transformação. Citando Lyra Filho:

O Direito não é uma “coisa” fixa, parada, definitiva e eterna, mas um processo de libertação permanente. (...) A luta social constante, com suas expressões de vanguarda e suas resistências e sacanagens reacionárias, com suas forças contraditórias de progresso e conservantismo, com suas classes e grupos ascendentes e libertários e suas classes e grupos decadentes e opressores - é todo o processo que define o Direito, em cada etapa, na procura das direções de superação. (Lyra Filho, 1982)

Concordando com Lyra Filho, entendo que uma pesquisa dentro de ODANR precisar estar ancorada na realidade que se apresenta, bebendo dessa realidade e dos atores nela implicados para produzir reflexões e novos saberes. Como Sousa Júnior sempre nos lembra, citando uma máxima freiriana, o saber se forma na prática cotidiana, na realidade vivida, e a cabeça pensa onde os pés pisam (Freire, 1996).

Em linha com esse compromisso com o real, Sousa Júnior propôs, em 1990, em tese apresentada durante a XIII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, em Belo Horizonte (Sousa Júnior, 1990), uma estrutura de pesquisa que depois foi sistematizada no texto “O Direito Achado na Rua: concepção e prática”, publicado no volume 1 da Série O Direito Achado na Rua (1993).

Nele, o professor propunha que:

O sentido que orienta o trabalho político e teórico de O Direito Achado na Rua consiste em compreender e refletir sobre a atuação jurídica dos novos sujeitos sociais e, com base na análise das experiências populares de criação do direito:

1. Determinar o espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais que enunciam Direitos, a partir mesmo de sua constituição extralegal, por exemplo, direitos humanos;
2. Definir a natureza jurídica do sujeito coletivo capaz de elaborar um projeto político de transformação social e elaborar a sua representação teórica como Sujeito Coletivo de Direito;
3. Enquadrar os dados derivados destas práticas sociais criadoras de Direitos e estabelecer novas categorias jurídicas para estruturar as relações solidárias de uma sociedade alternativa em que sejam superadas condições de espoliação e de opressão do homem pelo homem e na qual o Direito possa realizar-se como projeto de uma legítima organização social da liberdade. (Sousa Júnior, 1993)

Tenho a impressão de que, em aula, Sousa Júnior chamou esses três olhares – para a rua, o sujeito e as práticas – de “mediadores de ingresso no real”. Ele diz não ter certeza se, de fato, os chamou assim em aula e nas conversas que tivemos ao longo do processo de orientação, mas não se opôs ao uso do termo nesta dissertação.

Sendo assim, estruturei a pesquisa com base na estrutura proposta por Sousa Júnior em 1993, optando por chamar os três aspectos apresentados por ele de “três mediadores de ingresso no real”. A partir deles, decidi estudar:

1. O espaço Cio das Artes e, dentro dele, especificamente o Sarau da Quarta, enquanto espaço político no qual se enunciam Direitos, por meio de O Direito Achado Na Poesia;

2. O Sarau da Quarta, enquanto Sujeito Coletivo de Direito, que tem legitimidade, produz conhecimento e luta coletivamente por Direitos;
3. As possíveis contribuições do Sarau da Quarta, por meio de suas poesias, poetas e poetisas, para o debate acadêmico sobre Direitos Humanos.

2.2. A investigação por meio da Pesquisa Ação-Participativa

Entendidos e nomeados esses três mediadores de ingresso no real, era necessário definir quais seriam as bases metodológicas de minha pesquisa. Para tanto, optei por me aproximar da Pesquisa-Ação Participativa (PAP), proposta pelo pesquisador e sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (2007), juntamente com outros pensadores latino-americanos.

Como explica o autor, essa proposta surge ainda nos anos 1970, em um momento de grandes transformações no campo dos Direitos Humanos na América Latina. A região estava diante de um “contingente *sentipensante*” composto por sociólogos, antropólogos, economistas, teólogos, artistas, agricultores, educadores e trabalhadores sociais, que vinham articulando pensamento e ação de uma maneira diferente, combinando “coração e cabeça” para propor técnicas e procedimentos de pesquisa que satisfizessem suas angústias como cidadãos e como cientistas sociais (Fals Borda, 2007).

A proposta era encontrar uma resposta *sentipensante* e interdisciplinar de pesquisa, que tem como base a ideia de participação, estabelecendo um compromisso genuíno e radical, desde o início, com as classes populares.

Para dar conta desse compromisso, a PAP se coloca três tensões estratégicas, que levei em conta ao longo desta dissertação. A primeira delas, explica Fals Borda (2007), é a tensão entre teoria e prática. Em vez de partir de uma hipótese desenvolvida a priori, a PAP propõe um processo com menos certezas, com um ritmo mais lento de reflexão e ação, que abre espaços aos ajustes que surgem ao longo do caminho e às transformações e mudanças necessárias, realizadas com a participação dos atores de base. A proposta, portanto, é que a pesquisa vá se desenhando ao longo do tempo, no campo, de forma colaborativa.

A segunda tensão se dá na relação entre sujeito e objeto. Fals Borda acredita ser contraproducente considerar pesquisador e pesquisado, professor e estudante, como polos distantes ou discordantes. Faz-se necessário fugir das relações hierárquicas e entender

ambos como pessoas vinculadas por sentimentos e ações, com opiniões e experiências diversas que podem ser levadas em conta de maneira conjunta e colaborativa. Nas palavras dele, em livre tradução minha: “Para resolver esta tensão e chegar a uma relação de sujeito a sujeito que fosse horizontal ou simétrica, era imperativo que os indivíduos respeitassem e apreciassem as contribuições dos outros” (Fals Borda, 2007).

Essa mudança de paradigma, que coloca pesquisadores e atores sociais em pé de igualdade, é chamada por Fals Borda de “participação autêntica”, em oposição às versões neoliberais e manipuladoras de participação. Como diz o autor:

Na “participação autêntica”, trata-se de reduzir a distância entre superior e subalterno, entre opressor e oprimido, explorador e explorado. Além disso, se combinam e dialogam diferentes tipos de conhecimento, por exemplo, a erudição acadêmica e a sabedoria popular. (Fals Borda, 2007 – com tradução minha)

Trata-se, assim, de um processo realmente voltado à investigação participativa, conjunta e disposta ao diálogo e à troca.

Por fim, a terceira tensão proposta pelo autor se apresenta por meio da ideia de participação como filosofia de vida, e da busca de conhecimentos válidos para a mudança social. Fals Borda defende que um estudo relevante não precisa, necessariamente, ser complicado ou caro, nem deve ser um monopólio da Academia. Criticando a ideia de superioridade acadêmica, o autor propõe uma atividade mais empática para com os outros, baseada em compromissos, experiências e propostas autênticas de participação. Nas palavras dele:

Estes e outros exemplos de humildade científica e realismo contextual, assim como as atitudes coletivas emancipadoras determinadas em campo, contribuíram para que redefiníssemos a pesquisa-ação e o aprendizado participativo como vivências necessárias para o sucesso do progresso coletivo e da democracia. (Fals Borda, 2007 – com tradução minha)

A visão de Fals Borda se assemelha às bases de ODANR e às propostas da Nova Escola Jurídica Brasileira (NAIR), que se insere na conjuntura de luta social e de crítica teórica, como um pensamento alternativo, heterodoxo e não-conformista, voltado para a formação de uma concepção jurídica da transformação social (Sousa Júnior, 1993).

Como explica Sousa Júnior (1993), a práxis derivada das exigências de uma conjuntura de luta social e de crítica teórica conduz à construção de um saber alternativo,

naturalmente comprometido com a análise da estrutura social e voltado à transformação nacional.

É o que Lyra Filho designa de “humanismo dialético” (1983), defendendo que a construção do Direito e de novos saberes deve estar mais próxima da prática e da rua, em suas diversas simbologias, do que da teoria legalista.

Assumindo um posicionamento que designa humanismo dialético, Lyra Filho ratifica a opção de um posicionamento que é político e teórico: “adotando esse caminho – ele diz – o humanismo dialético está mais próximo da prática, da vida jurídica real, do que a teoria legalista (não confundamos a legalidade com o legalismo que é a sua transformação em fetiche, desconhecendo tudo o que fica juridicamente situado fora do bitolamento legislativo e canonizando como jurídico tudo que ali se põe, ainda que não seja o Direito autêntico, mas o soco do autoritarismo). (Sousa Júnior, 1993)

2.3. Colocando em prática uma pesquisa *sentipensante*

Concordando com Lyra Filho (1983), Sousa Júnior (1993) e Fals Borda (2007), procurei desenvolver esta dissertação ao longo de dois anos, de uma maneira *sentipensante*, por meio de uma pesquisa-ação participativa.

Comecei acompanhando e observando o Sarau da Quarta. Ao longo de dois anos, estive mais de 20 vezes no Cio das Artes, nas noites de quarta-feira, na plateia do Sarau da Quarta. Sem um processo muito estruturado, esses momentos mais silenciosos tinham como objetivo realmente observar o lugar, escutar cada poesia declamada, compreender o que diziam e o que não diziam, observar a reação de cada jovem poeta e poetisa no palco, conversas, sentir a reação do público, observar os olhares, as emoções, o silêncio, o respeito, os aplausos. Foi uma fase de observação, sem anotações escritas.

Sendo eu uma pessoa de fora, que não mora na Ceilândia nem tem as mesmas vivências e a mesma idade de jovens poetas e poetisas que frequentam e organizam o Sarau da Quarta, esses momentos iniciais de observação foram importantes para tentar aprender o máximo possível e ampliar os limites da minha cognição. Como diz Sousa Júnior, nossa percepção, como cosmovisão, só nos permite enxergar o que já temos escrito na nossa cognição⁴. Nesse sentido, ao longo desta pesquisa, busquei observar, sentir e inscrever novas referências em minha cognição. Faço aqui a ressalva de que

⁴ Citação de fala recorrente do professor José Geraldo de Sousa Júnior em sala de aula e outros espaços de debate público.

sempre haverá algo que eu não vi, não entendi, ou não consegui perceber em sua totalidade.

Em adição aos momentos de observação, a pesquisa envolveu muitas trocas, conversas e cinco entrevistas individuais. A primeira entrevista individual foi com Reginaldo Dias da Silva, militante e criador do Cio das Artes, ocorrida em março de 2024, à tarde, no Cio das Artes. Eu tinha um pequeno roteiro anotado no caderno, com três perguntas básicas: qual era a história de vida de Reginaldo, qual era a história do Cio das Artes e como o Sarau se conectava a essa história. Pensando que sou jornalista, e que meu objetivo era obter essas três respostas – e que queria abrir espaço para que ele falasse – conduzi a entrevista em formato de conversa, deixando bastante espaço para que ele contasse o que julgasse importante.

Em duas horas de conversa, ele contou sobre a trajetória desse espaço de resistência, desde sua criação em 1984 até o momento atual. Falou sobre os objetivos e lutas pela produção cultural periférica, o surgimento do Sarau da Quarta, o protagonismo das juventudes, as realidades vivenciadas por elas, os desafios, as potencialidades e o impacto do Sarau da Quarta em suas vidas. Além dessa entrevista maior, tive diversas outras conversas mais informais com Reginaldo ao longo destes dois anos, em que fui conhecendo cada vez um pouco mais da história e das lutas do Cio das Artes.



Figura 3 – Fotos dos cinco entrevistados: Reginaldo Dias da Silva; Dora Revolusie; Bruna Paz; Vitor Miguel Mendes Dias; João Gabriel Santos Dias.

Autor: Vitor Miguel - @zahiropoeta. Disponíveis em:

<https://www.instagram.com/saraudaquarta/>. Acesso em: 25 de outubro de 2025.

Além de Reginaldo, entrevistei, individualmente, quatro jovens organizadores do Coletivo Sarau da Quarta: Dora Revolusie, 23 anos, poetisa, estudante de Artes Cênicas na UnB e mestre de cerimônia do Sarau (entrevista realizada em 26 de junho de 2025, à tarde, na lanchonete Espaço Chico Mendes, na UnB); Bruna Paz, 29 anos, historiadora, multiartista e mestre de cerimônia do Sarau da Quarta (entrevista realizada no Cio das Artes, no final da tarde de 20 de agosto de 2025); Vitor Miguel Mendes Dias, conhecido

por Zahir, 23 anos, produtor cultural do Cio das Artes e estudante de Teoria, Crítica e História da Arte na UnB (entrevista realizada no Cio das Artes, na manhã de 27 de junho de 2025); e João Gabriel Santos Dias, conhecido como Ambrósio, 29 anos, professor de Sociologia da rede pública do Distrito Federal e parte do grupo que coordena o Sarau – esses últimos dois são filhos de Reginaldo Dias da Silva (entrevista realizada no Cio das Artes, na noite de 13 de agosto de 2025).

Adicionalmente a essas entrevistas maiores, conversei de forma um pouco menos aprofundada dia 13 de agosto de 2025, no Cio das Artes, com Rubens MC, artista independente, produtor audiovisual e DJ do Sarau da Quarta. Conversei, ainda, de forma mais pontual, com diversos poetas e poetisas ao longo da pesquisa, que me ajudaram a entender melhor como o Sarau funciona. Não tenho transcrições dessas conversas, mas ajudaram a compor e confirmar as informações que coloco no texto.

Por fim, esta pesquisa contou com a análise das poesias produzidas pelo Sarau da Quarta. Para tanto, utilizei como referência o livro “Sarau da Quarta: Antologia Poética”, lançado em 2024, reunindo escritos de 45 poetas e poetisas periféricos que passaram pelos palcos do Sarau em seus dois primeiros anos. Como está no prefácio do livro, suas narrativas “envolvem a crítica do sistema, as opressões entre classes – racial ou de gênero –, a revolução, o abismo existencial e o amor, que continua florescendo como uma flor em meio ao lixo” (Cio das Artes et al., 2024).

O livro e as cinco entrevistas foram a base principal de minhas análises. Por meio dessas referências, fui conseguindo relacionar as poesias e as lutas do Sarau da Quarta com marcos teóricos dos Direitos Humanos, apontando correlações e pontos de contato. Dessa forma, consegui elencar possíveis contribuições que esses poetas e poetisas, por meio do coletivo Sarau da Quarta, trazem para o debate sobre os Direitos Humanos.

Sabendo que a proposta era fazer uma pesquisa dialogada, participativa e *sentipensante*, enviei o texto final da dissertação previamente aos entrevistados para que pudessem ler e opinar, antes de enviar à banca. Entreguei, em primeira mão, uma cópia do texto final a Reginaldo Dias da Silva, durante o Sarau da Quarta de 22 de outubro de 2025, quarta-feira que antecedeu a defesa. A entrega a ele foi registrada em vídeo⁵ no dia, publicado posteriormente no Instagram do Sarau da Quarta.

⁵ https://www.instagram.com/p/DQbeqg0DYWxwb0-kCbfaTmxnXAqSVz-7SkrlHU0/?img_index=4

3. UM ESPAÇO DE CULTURA E RESISTÊNCIA

Seguindo a estrutura de pesquisa proposta por Sousa Júnior (1993) – que opto por denominar, nesta dissertação, de “três mediadores de ingresso no real” –, este capítulo está dedicado ao primeiro deles: determinar o espaço político no qual se desenvolvem práticas sociais que enunciam Direitos. No contexto desta dissertação, a determinação do espaço político passa por localizar o território de Ceilândia, no Distrito Federal; aprofundar, dentro dele, o olhar sobre o espaço cultural Cio das Artes; e colocar as lentes especificamente sobre o coletivo Sarau da Quarta.

Como esta é uma dissertação *sentipensante*, que quer destacar o Direito Achado na Poesia, a partir daqui, opto por trazer para dentro do texto – junto com dados históricos, referências bibliográficas e entrevistas – a voz dos poetas e poetisas, por meio de suas poesias.

3.1. Ceilândia é vida, é voz, é alma

Para entender o Cio das Artes e o Sarau da Quarta, é preciso voltar cinquenta anos no tempo, e conhecer um pouco mais sobre a história do território de Ceilândia, oficializado como região administrativa do Distrito Federal em 1971.

A história do território está documentada em importantes dissertações, teses, livros, filme – e poesias – que investigam o processo de expulsão dos trabalhadores que construíram Brasília para uma região distante do centro da recém-criada capital federal, e as lutas populares desse território. Um pouco dessa história e dessa potência foi expresso pela poetisa Cristyle, no poema *Ceilândia*, publicado no livro “Sarau da Quarta: Antologia Poética” (Cio das Artes et al., 2024):

Ceilândia
Cristyle

Ceilândia.
Campanha de Erradicação de Invasões,
CEI... lândia,
As ruas aqui, definitivamente, não são como as da Disneylândia,
muitos odeiam, mas nós amamos.
Quiseram nos afastar da, então, mais nova capital,
jogando o povo pobre e os nordestinos no meio do matagal.
Sem asfalto, sem saneamento básico, sem água encanada e sem
iluminação,
e assim fomos,

com coragem e força abrindo caminho no corte do facão.
 Não sou cega, conheço os defeitos, as dificuldades e os problemas,
 sei das preocupações diárias e dos dilemas,
 mas quando se trata da minha Ceilândia eu sou mesmo ufanista,
 não venha falar mal perto de mim, desista.
 HRC sem médico, UPA lotada,
 escolas sem estrutura, mães desempregadas,
 as verbas destinadas pra cá quase nunca são repassadas.
 Por que a favela é sempre negligenciada?
 Mesmo com a vida dura, o menor com a arma na cintura e a sirene da
 viatura,
 essa terra tem a essência pura, tem autenticidade, força, cultura.
 Uma cidade erguida com madeira, sangue e suor é uma ci-
 dade sagrada com texturas,
 cheiros que eu já sei de cor.
 Porém, recentemente, ouvi algo que me levou a pensar,
 disseram os gringos: Ceilândia é perigosa, não andem por lá!
 Ai fiquei a me perguntar: quem, por isso, devemos culpar?
 De uma coisa eu sei,
 não é sua população que todos os dias padece sem oportunidades,
 sem investimento
 e sem proteção,
 mas, sim, os engravatados que só lembram de nós na época de eleição,
 fazendo promessas que jamais se cumprirão.
 Ahhh, como eu queria ter ouvido uma coisa diferente,
 algo que exaltasse nossa gente,
 que mostrasse que mesmo em meio à diversidade a gente segue em frente,
 pacientes, devagar e sempre.
 Mas quer saber, que se foda, não dá nada!
 Ceilândia é forte! Ceilândia é quebrada!
 De fato, não é nenhum conto de fadas,
 mas de degrau em degrau 'nois' sobe a porra dessa escada,
 se os *playboys* tem beira de lago,
 'nois' têm a caixa d'água.
 Aqui é resistência, se equivoca quem pensa que Ceilândia
 é só violência.
 Nossa juventude tem força, coragem e inteligência,
 qualidades adquiridas depois de muita vivência.
 Ceilândia é linda, seu céu me traz calma,
 Ceilândia é vida, é voz, é alma.

Hemilly Barros, que atende pelo nome artístico de Cristyle, nasceu e
 cresceu em Ceilândia e desde muito cedo se interessou pela arte e cultura
 urbana pulsante existente na cidade. Atualmente é fonoaudióloga formada
 pela Universidade de Brasília, além de MC, poeta, produtora cultural e
 educadora ambiental no Instituto Filhas da Terra. Cristyle acredita que
 para uma sociedade com mais equidade e justiça se faz necessário
 políticas públicas e um olhar mais atencioso para a arte, cultura e
 educação. (Cio das Artes et al., 2024)
[instagram.com/cristylecei/](https://www.instagram.com/cristylecei/)

A poetisa não está sozinha em sua escolha por escrever sobre Ceilândia. Muito
 antes de ela nascer, Carlos Drummond de Andrade incluiu o território e suas contradições
 dentro do poema *Confronto*. Diz ele:

A suntuosa Brasília, a esquelética Ceilândia

contemplam-se.
Qual delas falará primeiro?
Que tem a dizer ou a esconder uma em face da outra?
Que mágoas, que ressentimentos prestes a saltar
da goela coletiva e não se exprimem?
Por que Ceilândia fere o majestoso orgulho da flórea Capital?
Por que Brasília resplandece
ante a pobreza exposta dos casebres de Ceilândia,
filhos da majestade de Brasília?
(Andrade, 1984)

Como colocam a poetisa e o poeta, ao mesmo tempo em que traz consigo as marcas dos processos de exclusão e as contradições presentes na criação e consolidação da capital federal, Ceilândia carrega uma história de luta por Direitos e toda a potência de sua população, incluindo suas juventudes.

Localizado a 30 quilômetros da Praça dos Três Poderes, o território tem esse nome por conta da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), protagonizada pelo Governo do Distrito Federal, em 1971. A criação de Ceilândia foi a primeira experiência de remoção de favelas do Governo do DF e tinha como foco retirar as comunidades do Iapi e das Vilas Tenório, Bernardo Sayão, Esperança e Morro do Querosene, que estavam estabelecidas na região onde hoje é o Núcleo Bandeirante, e enviá-las para um local distante, fora do Plano Piloto (*veja mapa abaixo*).

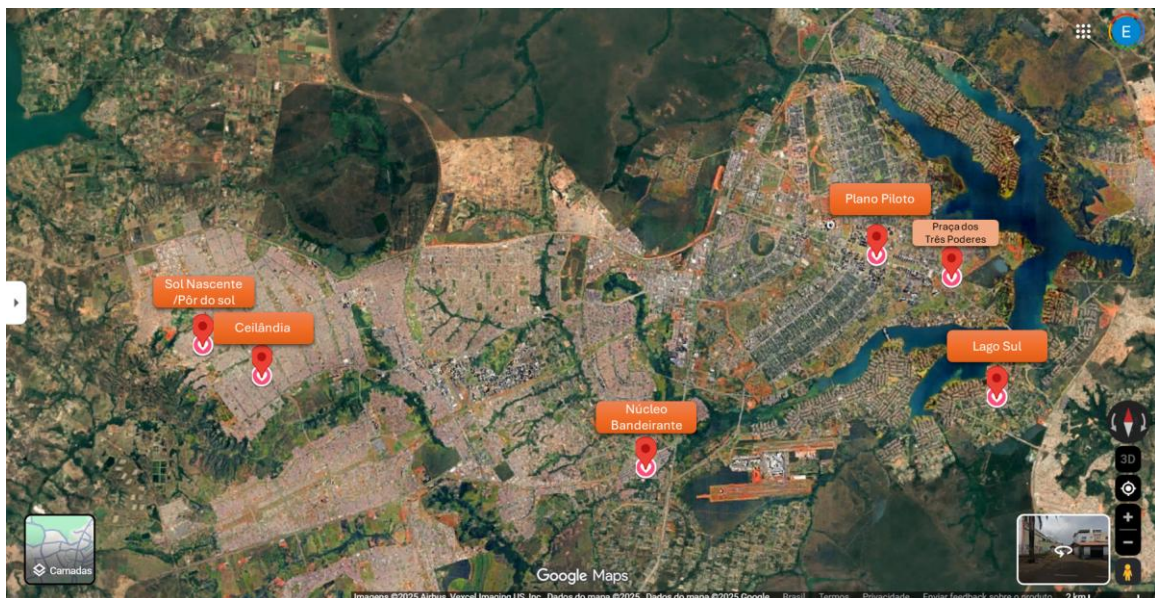


Figura 4 – Mapa do Distrito Federal, localizando os territórios de Sol Nascente/Pôr do Sol, Ceilândia, Núcleo Bandeirante, Plano Piloto e Lago Sul, além da Praça dos Três Poderes.
Fonte: Google Maps, com intervenções da autora (2025). Disponível em: <https://www.google.com/maps>.
Acesso em 25 de outubro de 2025.

Como explicam as professoras Nair Bicalho de Sousa e Maria Salete Kern Machado (1999) – que desenvolveram uma pesquisa no território para identificar

movimentos sociais locais e as potencialidades para a formação de uma rede em defesa dos Direitos Humanos – esse processo impactou cerca de 80 mil pessoas, a maioria famílias de trabalhadores vindos de Estados do Nordeste, que trabalhavam na construção da nova capital, e foi marcado por forte resistência e recusa.

A história de Ceilândia retrata um processo segregador na constituição do espaço urbano de Brasília, onde predominou a expulsão para as cidades-satélites de inúmeros trabalhadores que vieram para construir a capital. Esta história pode ser compreendida por meio de três períodos significativos: a fase de remoção dos favelados, a implantação da rede urbana e a atualidade. (Machado; Sousa, 1999)

Os moradores que se opunham à remoção destacavam a distância da nova cidade em relação ao local de trabalho, a perda de laços de vizinhança e amizade, e a falta de equipamentos públicos e infraestrutura da nova cidade. Como explicam Machado e Sousa (1999), ao serem transferidos para o novo território, eles depararam-se com uma situação de total desamparo – falta de água, luz elétrica, transporte coletivo, saneamento básico e escolas – e passaram a se mobilizar por Direitos.

Este período de consolidação de Ceilândia, até meados dos anos 1980, foi marcado por inúmeras mobilizações populares. As precárias condições de vida, a dificuldade de pagar e legalizar os lotes, a necessidade de buscar formas de identidade coletiva, valorizando o habitante e o espaço habitacional, deram origem a movimentos sociais e à formação de várias lideranças locais. (Machado; Sousa, 1999)

Esses movimentos sociais não aconteciam em Ceilândia de forma isolada, mas se conectavam ao momento histórico do País, que vivenciava a redemocratização e os debates nacionais sobre Direitos, incluindo a Constituinte de 1988. Era o momento de emergência de grandes mobilizações por moradia, da criação associações de moradores, do fortalecimento do movimento sindical e da ebulição de diversas manifestações culturais e artísticas.

Foi nesse contexto, em 1984, que surgiu o espaço cultural Cio das Artes – na época, chamado de Viva a Voz – de quem falaremos em detalhes no próximo tópico.

Ao longo dos últimos 40 anos, o território de Ceilândia cresceu em população e se desenvolveu, mas ainda enfrenta desafios estruturantes que impactam a vida de seus moradores. Para entender o cenário, apresento a seguir dados do Censo Demográfico (IBGE, 2022) e da Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílios – PDAD (Codeplan, 2021) – a última disponível com desagregações por região administrativa.

Para que a análise das duas pesquisas esteja em consonância com as realidades do território em que o Sarau da Quarta nasceu e consolidou suas raízes, fiz a opção metodológica de olhar não apenas os dados da atual região administrativa de Ceilândia, mas também os da região do Sol Nascente/Pôr do Sol. Explico essa escolha: historicamente, os dois territórios faziam parte de uma mesma região administrativa, chamada Ceilândia, compartilhando sua história e população. Em 2019, o Sol Nascente/Pôr do Sol foi separado de Ceilândia, e transformado em uma região administrativa independente.

Isso não significa, obviamente, que as histórias de Ceilândia e Sol Nascente/Pôr do Sol, e de suas populações e juventudes, se separaram. Falar dessas juventudes, do Cio das Artes e do Sarau da Quarta passa, necessariamente, por olhar as duas regiões como partes de um mesmo território, trazendo dados de ambas para que o(a) leitor(a) consiga entender mais a realidade que as permeia. Foi isso que fiz a seguir, sempre que houvesse dados disponíveis.

Iniciemos pela dimensão do território. Hoje, sozinha, Ceilândia já é a região administrativa mais populosa do Distrito Federal, com 287.023 habitantes. Agregando aqui a população do Sol Nascente/Pôr do Sol (101.866), estamos falando de um território em que vivem quase 390 mil pessoas. Sabendo que o Distrito Federal tem 2,8 milhões de habitantes, isso significa que, a cada 100 moradores do DF, 14 estão no território da Ceilândia/Sol Nascente/Pôr do Sol (IBGE, 2022).

	Sol Nascente /Pôr do Sol	Ceilândia
População*	287.023	101.866
Idade média**	28,6	34,3
% de mulheres**	50,3%	52,6%
% pessoas negras**	67,9%	59,8%

Tabela 1 – Dados Demográficos relativos às populações de Sol Nascente/Pôr do Sol e Ceilândia

*Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022)

**Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – PDAD (Codeplan, 2021)

Olhando os dados desagregados, a população do território é bastante jovem, com uma idade média de 28,6 anos (Sol Nascente/Pôr do Sol) e 34,3 anos (Ceilândia); é predominantemente feminina (Sol Nascente/Pôr do Sol, 50,3% de mulheres - Ceilândia, 52,6%); e se declara majoritariamente como negra (Sol Nascente/Pôr do Sol, 67,9% de pessoas negras - Ceilândia, 59,8%) (Codeplan, 2021).

Seguindo sua história como berço dos trabalhadores que vieram para Brasília, a região mantém suas raízes nordestinas. Entre os habitantes que vivem na Ceilândia e no Sol Nascente/Pôr do Sol hoje, mas nasceram fora do Distrito Federal, a maioria veio do Piauí, Bahia e Maranhão.

Para entender as exclusões que atravessam as populações desse território, selecionei dados das regiões administrativas de Ceilândia e Sol Nascente/Pôr do Sol, estabelecendo comparações com a média do Distrito Federal e a região administrativa do Lago Sul. Fiz essa escolha por ser o Lago Sul a área de maior poder aquisitivo da cidade, o que pode nos ajudar a mostrar as distâncias, desigualdades e exclusões que existem dentro do Distrito Federal.

Começo com o indicador de renda (*tabela a seguir*). Segundo a PDAD, no Sol Nascente/Pôr do Sol, a renda domiciliar bruta é de R\$ 2.188 e, na Ceilândia, é de R\$ 4.491. O valor fica abaixo da média do DF (R\$ 6.938) e é quinze vezes menor do que a do Lago Sul – onde a renda domiciliar bruta é de R\$31.322 (Codeplan, 2021).

	Sol Nascente /Pôr do Sol	Ceilândia	Lago Sul	Média do DF
Renda domiciliar bruta	R\$ 2.188	R\$ 4.491	R\$ 31,322	R\$ 6.938
% em insegurança alimentar grave	12,7%	9,5%	0%	3,9%
% convive com ruas esburacadas	56%	36,4%	2,8%	27,6%
% leva mais de 45 min para trabalho	44%	34,9%	6%	26%

Tabela 2 – Comparação de dados de renda, segurança alimentar e infraestrutura urbana nos territórios.
Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – PDAD (Codeplan, 2021)

Vale lembrar que o Sol Nascente é, segundo o último Censo Demográfico (IBGE, 2022), a segunda maior favela do Brasil em população, atrás apenas da Rocinha, no Rio de Janeiro.

As dificuldades de renda se refletem em inúmeros aspectos da vida da população, incluindo a saúde e a sobrevivência. O Sol Nascente/Pôr do Sol é a região no DF com maior percentual de pessoas em insegurança alimentar grave (12,7%), e Ceilândia é a terceira (9,5%). A insegurança alimentar grave é quando há ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores da casa, incluindo as crianças. A média do DF é de 3,9%. No Lago Sul, não foi registrado nenhum domicílio em situação de insegurança alimentar moderada ou grave (Codeplan, 2021).

Com relação à infraestrutura pública, mais de metade dos moradores do Sol Nascente/Pôr do Sol (56%) e 36,4% dos moradores de Ceilândia convivem com ruas esburacadas e malcuidadas, enquanto a média do DF está em 27,6%, e, no Lago Sul, não chega a 3% (Codeplan, 2021).

Chama a atenção, também, as questões de tempo e sobrecarga de trabalho que recai sobre as populações de territórios periféricos, em especial as mulheres. Segundo a PDAD, 44% dos moradores do Sol Nascente/Pôr do Sol e 34,9% dos de Ceilândia levam mais de 45 minutos por dia para se deslocar para o trabalho. Em média, 26% dos moradores do DF gastam tanto tempo assim com deslocamento, sendo que, no Lago Sul, menos de 6% enfrenta esse desafio (Codeplan, 2021).

A isso se soma o trabalho doméstico (*tabela a seguir*). Enquanto 66% dos moradores do Lago Sul contam com serviços domésticos contratados para cuidar de suas casas, na Ceilândia são apenas 4,7% e o Sol Nascente/Pôr do Sol nem aparece nas estatísticas (Codeplan, 2021).

	Sol Nascente /Pôr do Sol	Ceilândia	Lago Sul
% contam com serviços domésticos	0%	4,7%	66%
Horas dedicadas por mulheres ao trabalho doméstico	16	12	8
% com curso superior	6,7%	14,2%	87,2%
% sem acesso a espaços culturais públicos próximos	95,7%	60,5%	40%

Tabela 3 – Comparação de dados de acesso a serviços domésticos, horas dedicadas por mulheres ao trabalho doméstico, educação e lazer.

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – PDAD (Codeplan, 2021)

Em vez de contar com um apoio, geralmente, são as mulheres desses territórios que realizam as tarefas domésticas nas casas mais ricas, retornando tarde da noite a suas casas para dar conta, também, dos cuidados com suas casas e famílias. Outro dado da mesma pesquisa mostra que mulheres do Sol Nascente/Pôr do Sol dedicam mais de 16 horas por semana aos afazeres domésticos, na Ceilândia 12 horas e no Lago Sul, 8 horas. Em relação aos homens, em nenhuma das três regiões a média semanal de trabalho doméstico passa de seis horas.

Todos esses desafios de renda, infraestrutura, insegurança alimentar, saúde, e sobrecarga familiar, impactam, também, o campo da Educação, comprometendo o pleno acesso de crianças e adolescentes a uma educação básica de qualidade e o acesso de

jovens ao ensino superior. No Sol Nascente/Pôr do Sol, apenas 6,7% e na Ceilândia apenas 14,2% dos moradores têm curso superior. A média do DF é de 36,3% e no Lago Sul são 87,2% (Codeplan, 2021).

Essa situação é reflexo de desafios multidimensionais enfrentados pelas populações de territórios vulnerabilizados, que impactam o acesso, a permanência na escola e a aprendizagem. Embora não haja dados desagregados para a região de Ceilândia, sabemos que, no Distrito Federal, havia 11.620 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola em 2024. Desses, 72% eram pretos, pardos e indígenas – e mais de 5 mil vinham das famílias do quintil de renda mais pobre, que geralmente vive em regiões periféricas, como Ceilândia (IBGE, 2024).

Ou seja, há uma relação direta e intrínseca entre desigualdade social e educação. Uma criança que vive em um domicílio precário, não tem acesso a água e saneamento, está em insegurança alimentar, enfrenta privação de renda, e outras violações de Direito, certamente terá mais dificuldades de se manter na escola, aprendendo (UNICEF, 2024).

Por fim, a grande maioria da população do Sol Nascente/Pôr do Sol (95,7%) e a maioria da população de Ceilândia (60,5%) não tem acesso a espaços culturais públicos nas cercanias do domicílio. A média do DF é de 59,7%, mostrando que essa situação não atinge apenas a Ceilândia, mas outras regiões periféricas da cidade. Brasília concentra grande parte dos equipamentos públicos e privados de cultura na região do plano piloto. No Lago Sul, 40% da população diz não ter acesso a espaços culturais públicos (Codeplan, 2021), mas a região conta com diversos outros equipamentos privados de cultura – o que não ocorre nos territórios periféricos.

A ausência de espaços culturais nas periferias – e a importância deles – é uma das grandes bandeiras do Cio das Artes, cuja história contarei a seguir.

3.2. Cio das Artes e seus 40 anos de luta

A história do espaço cultural Cio das Artes se mistura à história de Ceilândia e à trajetória do ativista Reginaldo Dias da Silva, criador do espaço. Em duas horas de entrevista em 21 de março de 2024, Reginaldo contou sua vida, desde a chegada a Brasília no final dos anos 1970 até o momento atual do Cio das Artes, com o Sarau da Quarta e outros projetos.



Figura 5 – Foto de Reginaldo Dias da Silva
Autor: Vitor Miguel - @zahiropoeta (2023). Disponível em:
https://www.instagram.com/p/DAWvHZ-vbM3/?img_index=16. Acesso em: 25 de outubro de 2025

Deixei a entrevista completa como um apêndice desta dissertação, e recomendo a leitura por trazer detalhes e sutilezas que ajudam a compreender os enormes desafios enfrentados por quem dedica a vida a fazer e promover a Arte nas periferias.

Da entrevista, reproduzo os principais trechos que ajudam a compreender a história do Cio das Artes, os desafios pelos quais o espaço passou, e como ele chegou até aqui. Como grande parte dos moradores de Ceilândia, Reginaldo Dias da Silva nasceu no Maranhão e veio com a família para a nova capital do País, no final dos anos 1970.

Eu sou filho de quebradeiras de coco, sobrevivente do Sarney. Cheguei aqui em 1979, meu pai conseguiu uma casa. A ditadura pegando fogo e nós tava, inocentemente, vivendo num assentamento da ditadura chamado Agrovila dos Currais. Eram 100 famílias lá em Barra do Corda, Maranhão. Aí meu pai vendeu aquilo lá, colocou a gente num pau-de-arara e nós viemos parar aqui. A família veio um pouco antes, no início do ano. Eu vim seis meses depois porque estudava no CNEC – Centro Nacional de Educação Comunitária. Aí eu consegui um emprego público aqui em 1980. (Reginaldo Dias da Silva, 2024)

Ao chegar à capital, a família se instalou na Ceilândia, na região do P-Norte. Foi nos fundos da primeira casa deles que, em 1984, Reginaldo montou o primeiro bar, chamado naquele momento de Viva a Voz – que depois se tornaria o espaço cultural Cio das Artes. Como grande parte dos movimentos sociais em sociedades pós-industriais, o espaço surge em um movimento de experimentação, ainda sem um projeto fechado, e olhando para as mudanças nos códigos culturais e para a organização de respostas aos

desafios da organização social dominante (Melucci, 1989). Como conta Reginaldo, refletindo sobre o início do Cio das Artes, o espaço foi se consolidando aos poucos e criando relevância:

Em torno desse biombozinho, se formou uma geração inteira de pessoas militantes. Hoje, eles se manifestam sempre. Quando eu vejo essas manifestações daquela época, daqueles meninos... era uma iniciativa tão pequena, a gente nem tinha noção do que aquilo era. A gente só queria estar ali. Brincar ali. Às vezes, a gente faz as coisas e não tem noção do que você está fazendo. A gente não sabe a importância disso pro teu contexto, para as pessoas que estão vivendo ali. (Reginaldo Dias da Silva, 2024)

Reginaldo seguiu trabalhando como servidor público na Capital Federal e cuidando do Viva a Voz até o início dos anos 1990. O ativista lembra que, nesse momento, sua vida passou por uma grande mudança. O governo militar tinha chegado ao fim, com a eleição indireta do presidente Tancredo Neves, em 1985. O país entrava no período de redemocratização, com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, e a ascensão do movimento operário, que culminou com a fundação do Partido dos Trabalhadores – PT (1980), da Central Única dos Trabalhadores – CUT (1983), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST (1984), e de muitas outras organizações que hoje estão atuando no país. Nesse momento, Reginaldo ingressou na militância política.

Me tornei simpatizante marxista, a partir do movimento de 1988, e me tornei marxista. Tive a felicidade de entrar no PT, dentro de uma organização revolucionária, e hoje eu sou filiado ao PT. Mas eu também sou fundador do PCO [Partido da Causa Operária]. Durante 10 anos, eu fui do Comitê Central. Depois, tive umas divergências que eu não consegui superar. Nessas divergências, o Partido estava certo e eu era errado. Só que hoje eu ainda sou parte. Ainda hoje, sou partidário. Me considero mais marxista do que nunca, mais trotskista do que nunca, dando a minha contribuição à organização da classe trabalhadora dessa forma. (Reginaldo Dias da Silva, 2024)

Ao ingressar na militância política, em 1988, Reginaldo manteve o emprego como servidor público, mas passou o bar Viva a Voz para colegas, que o mantiveram funcionando. Quase 10 anos depois, em 1996, após um desentendimento que o levou a romper com o Partido, Reginaldo retomou o bar, que passou a se chamar Cio das Artes. Trazendo consigo a visão marxista e os ensinamentos desses primeiros anos de militância, o ativista retomou o espaço já com uma ideia mais consolidada sobre os impactos que ele poderia ter na luta por Direitos.

Quando esse rompimento com o Partido se deu, eu fiquei desorientado. Aí, pensei, caralho, o que vou fazer agora? Depois de chegar aqui e voltar? Aí eu tomei uma decisão e falei: eu vou para a periferia, retomar as minhas atividades culturais, fazer aqui uma frente com PT, com o PCO e com toda a esquerda. Aí foi a hora que voltei e retomei o Cio (...) A gente queria fazer a cultura mesmo, sabe? Não é um sonho na merda. Mas é uma coisa, assim, de querer algo que não era muito a nossa realidade. Isso é o mais importante. (Reginaldo Dias da Silva, 2024)

A partir daí, o Cio das Artes foi se consolidando, sendo vanguarda e também acompanhando e participando das tendências culturais de resistência que emergiam na periferia do Distrito Federal e em todo o País. Nesse cenário de lutas, o espaço mudou muitas vezes de lugar, sempre dentro da Ceilândia, e sempre em processos de resistência, dificuldades financeiras e enfrentamentos com o poder público local.

Dentre os momentos impactantes dessa história, o ativista relembra a fase do rock, nos anos 1990. Reginaldo conta que era o momento de emergência do rock nacional, visto por ele como uma reação à invasão musical estrangeira. Valorizar a música brasileira era parte do ativismo e da proposta de formação política e cultural do Cio das Artes e de outros movimentos culturais da época.

Foi o melhor momento nosso, a época do rock, das bandas de rock. Foi uma parte que tem poucos registros dessa época. Não tinha celular, era polaroide na Kodak. Estou buscando nos grupos sociais, desesperadamente, alguém que tenha uma imagem do meu banquinho, que eu construí com um facão lá onde a gente começou. Mas foi uma fase importante. Ontem mesmo eu peguei o ônibus, é o motorista, todo cabeludo, perguntou: “e o rock?”. Falou com aquela intimidade e perguntou: “E o barzinho tal?” É assim. (Reginaldo Dias da Silva, 2024)

Reginaldo destaca, também, outro momento importante da história do Cio das Artes, com a chegada do rap, parte do movimento hip-hop, às periferias do Distrito Federal. Seguindo o que acontecia em toda Ceilândia, a ideia do rap como forma de expressão e resistência ganhou espaço no Cio das Artes, e coincidiu com um momento em que o Reginaldo e seus parceiros construíram um espaço grande, com estrutura permanente, tendas, um palco e som, que diziam acomodar cerca de 2 mil pessoas. No espaço, começou um movimento pulsante, que atraía as juventudes, mas o espaço acabou sendo fechado pela Agência de Fiscalização do Distrito Federal (AGEFIS).

Foi uma fase muito boa porque a gente conseguiu fazer uma estrutura, um espaço. Eu sou maluco, né? Cheguei lá, aluguei lá quase o quarteirão inteiro. O meu problema é que a gente pode estar com o pé na merda, mas eu só vejo o Sol.. ahahah. Mas o espaço começou a crescer demais, aí o administrador ficou enciumado, colocou Ministério Público e os moradores, e demoliram nosso

espaço. Eu estava trabalhando, ainda não estava aposentado. Um parceiro me ligou, ‘Reginaldo, estão derrubando o teu espaço, o nosso espaço’. Cheguei lá, não tinha mais nenhuma tenda, a AGEFIS tinha levado tudo, o todo o espaço. Até recuperar as tendas foram mais de 3 anos. Aí, a essa altura fiquei muito chateado, vim parar aqui no P-Sul. Aí recomeçamos das cinzas, como fênix. (Reginaldo Dias da Silva, 2024)

O ativista conta que, depois desse problema, o Cio das Artes mudou para alguns outros endereços, até chegar ao endereço atual – Setor P EQNP 10/14, Ceilândia, Brasília. Hoje, o espaço fica em uma loja que Reginaldo aluga de um amigo chamado Edson Castro e onde construiu uma nova estrutura. A reforma e ampliação do espaço, como conta o ativista, veio graças a uma conjuntura de fatores, que incluiu a oferta do amigo para o aluguel e um empréstimo que Reginaldo conseguiu, e segue pagando.

O Edson me permitiu vir pra cá. ‘Vai lá para loja, velho, essa loja é minha, e fica. E me paga um aluguelzinho’. Aí ligaram para mim um dia e falaram: ‘Reginaldo, nós temos aqui um empréstimo para você de 60 mil reais’. Então eu falei assim: ‘60 mil? 20 mil para construção, 20 mil para o capital de giro, 20 mil para a gente comprar um veículo para a gente se movimentar e tal, levar som, trazer som, levar palco, fazer palco’. E eu fiz um projeto para implementar, minha irmã. A necessidade da favela começou a se manifestar aqui. Eu digo: é nós. Agora é nós, caralho, agora nós vamos! Dali umas 2 semanas, tinha lá 60 mil reais. Eu tinha mais um colega meu que mandou mais 10. Aí foi essa obrinha aqui com 20 mil, os 10 mil que o cara mandou, o carro, o capital de giro e meu juízo, que eu comecei a ficar doido. Bom, mas está aí a porra toda, está aqui assim até hoje! (Reginaldo Dias da Silva, 2024)

Tantos esforços e mudanças têm um propósito. Ao falar sobre a trajetória do Cio das Artes, Reginaldo explica que ela tem dois aspectos principais. O primeiro é o ponto de vista estrutural, que ele relatou nesta primeira parte da entrevista, falando sobre os desafios que o espaço enfrentou e superou para sobreviver por mais de 40 anos.

O segundo diz respeito ao porquê de lutar para manter um espaço cultural na periferia. Esse tema pautou a segunda parte da entrevista, e trago algumas reflexões importantes aqui. Relembrando o que coloquei no início deste capítulo, a grande maioria da população do Sol Nascente/Pôr do Sol (95,7%) e a maioria da população de Ceilândia (60,5%) não tem acesso a espaços culturais públicos nas cercanias do domicílio (Codeplan, 2021). Como coloca Reginaldo, a falta de espaços culturais é realidade no território onde o Cio das Artes está, impactando diretamente as juventudes.

Qual é a questão, qual é o grande problema da cultura na periferia? Estrutura. Porque não tem aparelho de cultura. Aqui, por exemplo, você junta Recanto, Riacho, Samambaia, Ceilândia, Sol Nascente e Pôr do Sol. Essa área aqui, se você somar os dados, são quase 1,2 milhões de habitantes. Agora, imagina uma

cidade com um milhão e 200 mil habitantes. E quais são os aparelhos públicos que a gente tem? A Casa do Cantador, o Complexo Cultural de Samambaia, praças, escolas que não deixam a gente participar – as igrejas fazem até culto nas escolas, mas para a gente não é aberta. E essa cidade toda tem esses aparelhos só de cultura. (Reginaldo Dias da Silva, 2024)

Diante desse cenário, o ativista conta que artistas e produtores culturais enfrentam, já no início de suas carreiras, uma série de barreiras que dificultam o trabalho e, muitas vezes, os levam a desistir. Com a falta de apoio, diante de um problema estrutural agudo, o artista independente precisa, muitas vezes, tirar dinheiro de onde não tem para tentar financiar sua arte e encontrar espaços para apresentá-la. Sem recursos e experiência com produção cultural e divulgação, a maioria – segundo Reginaldo – acaba ficando no prejuízo, se endividando e desistindo.

Impressionante como os caras conseguem demolir esses espaços. Da nossa época, não sobreviveu nenhum. Quase só o Cio das Artes sobreviveu. Sobreviveram projetos, mas espaços nenhum. Projeto que o cara fica em casa, que é o caso da Arte CEI, que não tem uma sede, que é o caso do Ferrock também. Somos companheiros, nós fundamos e participamos. O Menino de Ceilândia, que é que nem nós, sobreviveu. É um projeto e eles são mais articulados, conseguiram montar lá e ter uma sobrevida. Mas os outros, os espaços culturais com essa característica, ninguém sobreviveu. A gente sobreviveu primeiro por conta do salário que eu tinha. Estou endividado por mais 3 anos por conta disso... acho que 4 talvez. (Reginaldo Dias da Silva, 2024)

É nesse lugar de resistência e crença no poder transformador da Arte na periferia que o Cio das Artes se coloca. Nas palavras de Reginaldo, o local tem como propósito ser esse espaço em que o artista pode chegar e se apresentar, pode começar a carreira, pode ter um teto, microfone e estrutura para mostrar e divulgar sua Arte. Um espaço realmente emancipatório, de encontros e troca, em que a promoção da cultura periférica é o objetivo principal.

Como funciona isso aqui? Isso aqui é um ponto de encontro. Qual era o sonho do Cio? Era ter um espaço onde o artista entrasse com a Arte, e todas as coisas estivesse garantido. Nós, com grande sacrifício, conseguimos montar esse espaço de equilíbrio que é feito para evento de 150 pessoas. Aqui, o artista chega, ele acha o palco armado, o som, a estrutura de bar vendendo, e uma estrutura para ele se movimentar. Então, ele vai só divulgar um evento dele. Se o evento der bom, aí nós divide a bilheteria, o cara leva 70% e nós leva 30%, porque nós é de barro. Às vezes, é muita gente para tão pouco dinheiro. Nós fica com tanta dó, que nós liberamos nossos 30%. E nós vai que se lasca nesses 30%. Mas essa é a experiência que a gente tem aqui. (Reginaldo Dias da Silva, 2024)

Olhando para trás, o ativista se emociona ao contar que, em torno dessa iniciativa, surgiram muitas histórias bonitas. Segundo ele, no espaço surgiram, desde 2015, mais de

20 agrupamentos de produtores que tiveram a sua primeira ação ali. “Grande parte dos artistas da cidade tiveram no Cio das Artes seu primeiro palco e ganharam aqui o seu primeiro real. Então nós lutamos muito para atingir essa condição, né? A gente faz isso” (Reginaldo Dias da Silva, 2024).

Dentre as muitas iniciativas que tiveram o Cio das Artes como primeira incubadora, está o Sarau da Quarta, foco desta dissertação, e cuja história conto um pouco mais a seguir.

3.3. O Sarau não chegou aqui por um acaso

Para contar a história do Sarau da Quarta, além do ativista Reginaldo Dias da Silva, apresento trechos de entrevistas e conversas com jovens poetas e poetisas que coordenam e fazem parte da história desse movimento artístico, e alguns trechos do livro “Sarau da Quarta: Antologia Poética” (Cio das Artes et al., 2024).

Como explica Reginaldo, “o Sarau não chegou aqui por um acaso, não se construiu sozinho, em uma quarta-feira. Para estar aqui, ele teve uma longa história”.



Figura 6 – Foto Sarau da Quarta, realizado no espaço cultural Cio das Artes
Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Começamos, então, pelo nome do movimento. Como pode parecer à primeira vista, o Sarau não recebe esse nome por conta do dia da semana, quarta-feira. O nome “Sarau da Quarta” é uma referência à Quarta Internacional, criada em 1938 por Leon Trótski e voltada à convocação a uma luta revolucionária, antiautoritária e anticapitalista.

Definindo-se como militante trotskista e marxista, Reginaldo optou por assim batizar o Sarau para homenagear as bases de sua militância, trazendo com o nome do movimento os ensinamentos e trocas que têm com jovens poetas e poetisas que por ali passam. Como explica Vitor Miguel Mendes Dias, filho de Reginaldo:

Não é só um Sarau que acontece na quarta-feira, tá ligado? Mano, o bagulho é muito mais profundo, é por causa da Quarta Internacional, e toda essa historinha que meu pai conta para nós de uma forma muito incisiva. Acho que essa organização, essa consciência política, se dá de forma individual, mas ela também ela cria força e se potencializa com essa história e a trajetória política que existe dentro do espaço. (Vitor Miguel Mendes Dias, 2025)

Sabendo a origem do nome do Sarau da Quarta, fica mais interessante entender como ele surgiu. A primeira edição do Sarau da Quarta aconteceu em 2018. Na época, jovens que frequentavam o Cio das Artes tiveram a iniciativa de organizar o evento, e Reginaldo trouxe a perspectiva de realizar um Ato Internacional no Sarau da Quarta.

A gente fez, em 2018, o primeiro número do Sarau da Quarta. Aí, nós convidamos, para dar esse aspecto internacional a esse Sarau, gente das embaixadas de Cuba e da Venezuela. Como não tinha artistas continentais aqui, nós fomos aqui na rua e achamos um monte de malabares e trouxemos. Tinha um argentino, o Alê, que hoje é casado com uma menina daqui... Fizemos um teste de um ato Internacional no Sarau da Quarta, e daí surgiu o Sarau da Quarta, o primeiro. (Reginaldo Dias da Silva, 2024)

Após esta primeira edição, o Sarau foi aos poucos tomando forma. Como apresentado no Capítulo 1, naquele momento, o movimento hip-hop, com suas batalhas de rima, era bastante frequente nas periferias, incluindo a Ceilândia. Bebendo dessas referências, o que hoje é o Sarau da Quarta começou promovendo os chamados *slams* – nome dado às batalhas de poesia falada criadas nos Estados Unidos nos anos 1980 – e foi atraindo a atenção das juventudes.

Algum tempo depois, no entanto, o formato de batalha – ancorado na premissa de competição, ganhadores e perdedores – começou a incomodar tanto Reginaldo quanto parte dos jovens.

A batalha tem muito esse lance da competição, né? Você vai para uma batalha de rima, e é um argumento que vai prevalecer sobre o outro. Só que, para além disso, o MC produz também poesia, para fora desse lugar da competição. Querendo ou não, a batalha é um instrumento de visibilidade que os MC's veem como uma forma de serem notados, uma estratégia para tentar furar o funil de alguma forma. (Vitor Miguel Mendes Dias, 2025)

Aqui começou com batalha de rima. Depois, a gente tirou esse aspecto da batalha, competitiva, de que todo dia tinha um ganhador. Pô, eu ficava sempre

chateado... alguém perde sempre. Por que que a gente não pode fazer algo que todo mundo ganha? Aí eu tive a ideia de a gente fazer o Sarau com esse formato que ele é hoje, que não tem o *slam*. (Reginaldo Dias da Silva, 2024)

Em vez de uma competição, a proposta era dar visibilidade ao fazer poético em si, a cada poeta e poetisa, valorizando, escutando, acolhendo e unindo. E as juventudes começaram a entender que isso era muito potente.

As pessoas começaram a perceber que o mais importante não era a concorrência. Era o moleque chegar aqui, pessoas que nunca tinham subido no palco, pegar o microfone, subir e dizer um sentimento. Isso aqui transformou se num local de cura em que a juventude da periferia vem respirar. Tantas amarras, tantas cercas. Então eles chegam aqui, velho, diz do seu sentimento, diz da sua angústia em casa, da sua dificuldade, da sua tristeza de não ter o dinheiro do ônibus, de não poder fazer um rolê. (Reginaldo Dias da Silva, 2024)

A ideia de reunir jovens para declamar poesias não era algo completamente inédito na Ceilândia, nem em outras periferias do País. Na Zona Sul de São Paulo, por exemplo, foi criado no início dos anos 2000 o Sarau da Cooperifa⁶, coordenado pelo Poeta Sergio Vaz – autor da poesia que coloquei na epígrafe desta dissertação. No território de Ceilândia, já existia o Sarauvã⁷, também um Sarau voltado para as juventudes, que havia nascido um pouco antes do Sarau da Quarta.

Deve ter começado em 2012, mas em 2013 eu estava mais frequente. Surgiu um movimento lá no P-Norte nessa época, que existe até hoje, que é atuante aqui dentro da cena cultural de Ceilândia: o Sarauvã. Já existia muito essa questão dos jovens, que estava presente também no rap, criticando as desigualdades e tal. (João Gabriel Santos Dias, 2025)

Os dois movimentos de Ceilândia não passaram a competir. Vieram para somar, dentro de uma lógica de lutar pelo acesso das juventudes periféricas a espaços de cultura e arte – e ambos coexistem hoje.

Antes de seguir, abro aqui um pequeno parêntese, incluído a pedido de Reginaldo. Durante a entrevista, me pediu para destacar que a primeira pessoa que fez um Sarau no Cio das Artes, antes mesmo de os jovens começarem o Sarau da Quarta, foi um poeta

⁶ Sarau de poesia periférico, criado pelo poeta Sergio Vaz, que funcionou até 2024 na Zona Sul de São Paulo. Mais informações em: <https://www.instagram.com/cooperifa.official/>. Acesso em 15 de julho de 2025.

⁷ Sarau de poesia que acontece há 11 anos, em Ceilândia, Distrito Federal. Mais informações em: <https://www.instagram.com/sarauvozealma/>. Acesso em 15 de julho de 2025.

marginal chamado Francisco Morojó, o Pezão, que frequentava o Cio das Artes e faleceu em um acidente de carro em 2003.

Não sei se você chegou a conhecer, era um poeta marginal, das ruas. Ele chegava lá no Cio e descascava poesia. Eu não entendia muito... era tanta coisa para absorver que eu não compreendia a natureza artística do Pezão. Ele inventou uns livrinhos de poemas que ele só trocava a capa, provavelmente, e fazia um lançamento. Fizemos uma homenagem a ele nesse livro que você tem. (Reginaldo Dias da Silva, 2024)

Registrada aqui a presença e participação de Pezão, sigo para contar que o projeto do Sarau da Quarta – realizado toda quarta-feira à noite, em que qualquer poeta ou poetisa pode subir ao palco e declamar sua poesia, falar sobre o que sente, o que vive, suas dores e suas lutas – foi se tornando realidade e quebrando paradigmas. O movimento foi crescendo rapidamente, impactando profundamente a vida de cada jovem poeta e poetisa que dele participava.

Do nada, o movimento foi criando o tamanho, as pessoas começaram a falar no boca a boca: ‘ah, tem um lugar ali onde quarta-feira tu vai, se apresenta lá e as pessoas batem palma para tu. É muito massa!’. E foi rolando essa comunicação dentro da quebrada e foi trazendo mais o público para cá. (Vitor Miguel Mendes Dias, 2025)

A iniciativa seguia crescendo quando começou a pandemia da covid-19. A pausa por conta da crise global foi sentida pelos jovens, mas não fez com que o projeto morresse. Após uma parada por conta da pandemia, o Sarau da Quarta voltou em 2022, retomando a proposta de um evento semanal, com palco aberto para jovens poetas e poetisas, com mais força e determinação.

Pouco tempo depois, graças a uma Emenda Parlamentar da Deputada Distrital Erika Kokay (PT-DF), o Cio das Artes teve acesso a recursos para custear a realização do Sarau da Quarta. Com os valores em mãos, puderam financiar o dia a dia do projeto e produzir a antologia poética que analiso nesta dissertação, uma exposição de Arte e um Sarau Itinerante, realizado em diferentes Regiões Administrativas do Distrito Federal em 2024. Reproduzo aqui o texto que está na contracapa do livro, e exprime de forma bastante completa o que significa, hoje, o Sarau:

O Sarau da Quarta é um movimento artístico periférico organizado por artistas, arte/educadores e produtores culturais negros e periféricos realizado no espaço cultural Cio das Artes. O nosso trabalho busca despertar a escrita poética, o exercício da leitura e a garantia de um espaço de autoexpressão e cura para jovens periféricos do Distrito Federal. (Cio das Artes et al., 2024)

O Sarau da Quarta se entende, portanto, como esse espaço de luta das juventudes negras e periféricas, voltado à formação e conscientização das juventudes e ao exercício da escrita poética e da leitura. Esse olhar sensível para o movimento como um espaço de cura e autoexpressão – que usa a poesia como linguagem e a leitura e a escrita como instrumentos – é perceptível e emana do espaço Cio das Artes, a cada nova edição do Sarau, sendo percebido em cada detalhe.

4. UM SARAU QUE LUTA, COLETIVAMENTE, POR DIREITOS

Uma vez entendido o espaço político do Cio das Artes e do Sarau da Quarta, passamos ao segundo mediador de ingresso no real, seguindo a estrutura de pesquisa proposta por Sousa Júnior: definir a natureza jurídica do sujeito coletivo – neste caso o Sarau da Quarta – capaz de elaborar um projeto político de transformação social, lutar por Direitos, resistir e elaborar a sua representação teórica como Sujeito Coletivo de Direito (Sousa Júnior, 1993).



Figura 7 – Foto de jovens poetas e poetisas no Sarau da Quarta
Autor: Vitor Miguel - @zahiropoeta (2025). Disponível em:
https://www.instagram.com/p/DPh2mr9kStU/?img_index=9. Acesso em: 25 de outubro de 2025

4.1. Reconfigurando a partilha do sensível

O título deste tópico faz referência a um conceito que não conhecia antes desta dissertação, e me foi apresentado pelo jovem Vitor Miguel Mendes Dias: a ideia de “reconfigurar a partilha do sensível”. Logo no início da entrevista, perguntei como ele via o papel do Sarau da Quarta na vida de jovens poetas e poetisas que frequentam o espaço. Sendo Vitor um estudante de Teoria, Crítica e História da Arte na Universidade de Brasília (UnB), ele me respondeu da seguinte maneira:

Eu pego um termo de um filósofo francês, o Jacques Rancière. Ele vai falar dessa questão da partilha do sensível. É justamente esse lugar que eu acredito que o Sarau modifica. Nessa partilha do sensível, o Rancière fala que a gente está vivendo, cada um a sua função, as suas obrigações, mas o nosso tempo não é dividido e não é o mesmo. Então, rola essa desigualdade que já começa pelo tempo e pelo espaço em que a gente está inserido. Eu quis trazer um pouco para

essa questão de que o Sarau acontece dentro de uma periferia, a Ceilândia, e de que o Sarau é esse instrumento que fere os padrões de arte. A poesia é algo que foi, por muito tempo, visto como só um instrumento da elite. Eu acredito que essa é a visão da periferia diante da poesia.

(...) Quando eu descobri esse autor dentro da faculdade, eu falei ‘caralho, velho, o que nós faz é reconfigurar a partilha do sensível dentro do Sarau da Quarta’. Porque a gente tem esse modelo de arte. A poesia, dentro da academia, é uma coisa completamente distinta do que a gente faz, assim como as artes e as pinturas também são completamente distintas. Só que a gente está criando o nosso próprio lugar e a gente não precisa de uma legitimação desse sistema de arte, né?

Ao mesmo tempo em que a gente tem esses lugares, essas partilhas do sensível, esses lugares de desigualdade dentro do nosso cotidiano, a gente pode criar outros lugares para combater essas desigualdades. (Vitor Miguel Mendes Dias, 2025)

Sabendo que, nesta dissertação, me interessa a forma como jovens poetas e poetisas que participam do Sarau da Quarta se entendem como grupo e olham para o seu fazer como algo emancipatório e coletivo, a definição me pareceu bastante oportuna.

Sem adentrar de forma profunda nas teorias do filósofo francês Jacques Rancière – sob o risco de perder o foco do capítulo, que é entender o Sarau da Quarta enquanto Sujeito Coletivo de Direito –, olhei de forma mais específica e pontual para a questão da “partilha do sensível”, conceituada pelo autor e citada por Vitor.

Ao falar do “sensível”, Rancière se refere às experiências estéticas e políticas, olhando para o que é perceptível, valorizado e considerado pela sociedade e por quem detém o poder. O autor entende a “partilha” como essa divisão desigual, que estabelece quem pode, ou não, ser ouvido, visibilizado e considerado, e quem ficará excluído tanto do debate político quanto do fazer artístico (Rancière, 2005). Nesse sentido, a proposta de “reconfigurar a partilha do sensível” remete à subversão da ordem estabelecida e à emergência de novos atores e vozes coletivas que reivindicam esse espaço de fala e poder.

Relembrando a escolha que fiz de deslocar o olhar do rap para a poesia em si, destaco, da fala de Vitor, essa mudança importante de paradigma que ocorre quando as juventudes periféricas se colocam como poetas e poetisas, e ocupam esse espaço, reconfigurando a partilha do sensível e se colocando como autores.

Trazendo para cá o conceito de Sujeito Coletivo de Direito, entendo ser possível encontrar pontos de convergência entre essa proposta de subversão da ordem colocada

por Rancière e citada por Vitor, e o conceito de Sujeito Coletivo de Direito, cunhado por ODANR. Como explica Sousa Júnior:

A análise da experiência da ação coletiva dos novos sujeitos sociais, que se exprime no exercício da cidadania ativa, designa uma prática social que autoriza estabelecer, em perspectiva jurídica, estas novas configurações, tais como a determinação de espaços sociais a partir dos quais se enunciam Direitos novos, a constituição de novos processos sociais e de novos Direitos e a afirmação teórica do Sujeito Coletivo de Direito. (Sousa Júnior, 1993)

A proposta de um Sujeito Coletivo de Direito se pauta na defesa da legitimidade dos movimentos sociais enquanto grupos que reúnem bagagem história e conhecimento prático, e que podem reivindicar, coletivamente, seus Direitos no contexto político e social em que se encontram. Esses movimentos abrem espaços sociais inéditos, revelando novos atores capazes de se auto-organizar e de se autodeterminar, à margem ou até mesmo em contraposição aos espaços construídos para sua expressão tradicional (Sousa Júnior, 1993).

Relembrando o que diz o jovem Vitor na citação acima, ele entende o Sarau da Quarta como esse novo ator, que tem o propósito político de ocupar espaços até então distantes das juventudes periféricas – em especial o espaço da Arte e da poesia – e, a partir daí, enunciar Direitos e combater desigualdades.

A busca por ocupar um espaço até então negado às juventudes periféricas não é algo que ocorre de forma tranquila, mas por meio de muita luta. Como foi colocado anteriormente, o território de Ceilândia carece de espaços culturais e manter movimentos artísticos que contestam a situação de exclusão e reivindicam Direitos significa ir contra todo um sistema de opressão que, diariamente, tenta silenciar e afastar a Arte das periferias. Como reflete Vitor:

A gente está falando de um evento que acontece na maior RA [Região Administrativa] do DF, tá ligado? E a maior RA do DF carece de instrumentos culturais. A Ceilândia hoje se sustenta à base de algumas batalhas que rolam, o Sarau e os eventos que acontecem esporadicamente durante o mês.

A gente, fazendo o Sarau toda quarta-feira, confronta uma realidade. É por isso que mandam a gente calar a boca, agem de forma truculenta. É uma realidade, é um medo que a gente carrega. E o medo é uma parada que impede muitas outras produções e que matou várias outras produções culturais dentro dessa cidade. (Vitor Miguel Mendes Dias, 2025)

A fala do jovem mostra como os Direitos Humanos não são algo dado ou fixo, mas são frutos de uma luta contínua por Direitos. Trata-se, como explica Lyra Filho, de um processo constante de embate entre oprimidos e opressores.

A luta social constante, com suas expressões de vanguarda e suas resistências e sacanagens reacionárias, com suas forças contraditórias de progresso e conservantismo, com suas classes e grupos ascendentes e libertários e suas classes e grupos decadentes e opressores - é todo o processo que define o Direito, em cada etapa, na procura das direções de superação. (Lyra Filho, 1984)

A visão é compartilhada por outros jovens poetas e poetisas que participam do movimento. Bruna Paz, historiadora, multiartista e mestre de cerimônia do Sarau da Quarta, define o Sarau como algo potente e revolucionário.

Falamos sobre revolução porque é isso. Toda quarta-feira, se reunir para tomar o poder de assalto, essa revolta do proletariado, sabe? Tem muito esse peso porque somos revolucionários. Aqui não é um encontro, sei lá, de alguns jovens que se encontram para falar sobre poesia. Aqui, para mim, é um lugar de encontro de revolucionários, que estão pensando na sociedade. As poesias são isso. (Bruna Paz, 2025)

João Gabriel Santos Dias, professor de Sociologia da rede pública do Distrito Federal e parte do grupo que coordena o Sarau, amplia a discussão, falando sobre o papel político do Sarau da Quarta, enquanto movimento coletivo que busca a emancipação das juventudes periféricas e a luta contra o sistema de opressão. Diz ele:

Para mim, o que mais define o Sarau e o Cio das Artes é esse fundamento político. Você enxergar a sociedade, entender o capitalismo como um problema, educar as pessoas no sentido de terem consciência desse problema e de como elas estão posicionadas dentro dessa sociedade mercantil. É a principal função que a gente tem, de formar atores políticos conscientes. E aí a cultura, na verdade, é um instrumento facilitador disso. Ela proporciona a sensibilização das pessoas. (João Gabriel Santos Dias, 2025)

O papel da Arte como instrumento facilitador do diálogo, da expressão e da conscientização política tem sentido, pensando que a Arte, muitas vezes, é o espaço em que se torna possível transbordar e expressar de forma mais próxima da realidade e mais potente o que a teoria coloca. Trago novamente aqui a citação de Lyra Filho que coloquei no primeiro capítulo, em que o professor afirma que cada poeta apresenta, por meio da poesia, um dos inúmeros retratos possíveis de um determinado momento histórico, trazendo a fala de um grupo – ou de diversos – ao qual pertence (Lyra Filho, 1972).

O Sarau, sendo esse espaço coletivo de Arte e poesia, contribui para que as juventudes que o frequentam entendam, de forma *sentipensante*, por meio da palavra e do sensível, um pouco mais sua realidade, em suas múltiplas complexidades e opressões.

Olhando para essas opressões por uma lente da interseccionalidade, Dora Revolusie, poetisa, estudante de Artes Cênicas na UnB e mestre de cerimônia do Sarau da Quarta, explica como as diferentes lutas das juventudes que frequentam o Sarau se conectam e se unem:

O Sarau é um encontro de pessoas que se reúnem para poder ter essa via artística. Mas também político. Por mais que o Sarau, como nós conhecemos, tenha essa interseccionalidade gigantesca de gênero, raça e diversas lutas sociais, ele tem um rumo. O caminho que é a luta da classe trabalhadora. O nosso propósito é unir todas essas dores, todas essas lutas, esses lugares de fala em um só, porque assim é mais forte. Que as pessoas possam se emancipar mentalmente, socialmente e culturalmente para conseguir entender onde elas estão, quem elas são, para onde elas querem ir. (Dora Revolusie, 2025)

Essa visão de luta coletiva e união, sem deixar de lado as especificidades e bandeiras de cada grupo, ganha destaque nas falas de João Gabriel e Dora, que reforçam a visão do Sarau da Quarta de não excluir ninguém e basear sua atuação na tolerância e no diálogo, entendendo que as pautas se conectam e a luta é coletiva, não individual.

O palco é aberto para você falar sobre qualquer forma de opressão a que as pessoas estão sujeitas, dentro desse sistema capitalista. Nada disso se descola. O público, os nossos artistas, todos eles falam de raça, gênero, sexualidade, todas as pautas do movimento estão presentes (...). No momento do Sarau, na linguagem artística, as pessoas trazem a perspectiva delas sobre a desigualdade, a pobreza, o acesso à cidade, sobre a questão urbana, sobre autoestima. (João Gabriel Santos Dias, 2025)

A proposta de abarcar as diferentes lutas é a base para a união do Sarau da Quarta, enquanto movimento, e ajuda a caracterizá-lo como Sujeito Coletivo de Direito. Como sempre coloca Sousa Júnior, uma das premissas que fortalece o coletivo ODANR – e que estendo também aqui ao Sujeito Coletivo de Direito – é a capacidade de abarcar visões divergentes, porém não antagônicas, que trazem diferentes aspectos da luta por emancipação e por uma legítima organização social da liberdade.

Dentro dessa perspectiva emancipatória, é interessante destacar também o aspecto pedagógico do Sarau. Embora não seja um espaço de Educação formal, ao promover e incentivar as práticas de leitura e escrita, e se colocar como esse ambiente de troca e aprendizagem conjunta, o Sarau da Quarta se aproxima das propostas de Educação em

Direitos Humanos defendidas por ODANR, com vistas a um projeto de sociedade capaz de constituir o ato de educar como algo presente na vida familiar, nas ações cotidianas, nas escolas e universidades e nas lutas histórico-sociais (Miranda et al., 2021).

Ao incentivar a leitura e a produção autoral de poesias, e promover espaços seguros para declamar, escutar e trocar com outras e outros jovens, o Sarau da Quarta também contribui com a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades, apresentando resultados visíveis.

[Com o Sarau], eu acho que as pessoas vão mudando o próprio pensamento. Quando veem o próprio Sarau se desenrolar, percebem o que é a poesia marginal. Ela acessa tantos lugares e ela pode ser tão efetiva quanto o rap, saca? Não são, necessariamente, paradas distintas. A poesia é um requisito para o rap, a gente não está falando de linguagem diferente. A gente está falando de coisas muito semelhantes.

(...) O Sarau é essa grande incubadora de artistas. Para muita gente que está aqui hoje, o primeiro palco foi o Sarau, sabe? E você vê a evolução da pessoa. Uma pessoa que começa 100% tímida e ela tem no Sarau esse palco experimental, para ela se jogar, fazer o que ela quiser, testar essa possibilidade de Arte. E você percebe as pessoas evoluírem. Uma pessoa que antes só lia, só ia para frente lendo, ela agora já tá decorando as poesias dela, tá ligado? (Vitor Miguel Mendes Dias, 2025)

Dentro de uma perspectiva freiriana, o Sarau contribui com a formação de identidades, abrindo caminhos para cada poeta e poetisa assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar (Freire, 1997). Como explicam Bruna, Dora e Vitor, a possibilidade de ver o Sarau como espaço de acolhimento e poesia, como algo acessível e como uma linguagem possível para mulheres e, principalmente, para homens negros e periféricos, tem um impacto gigantesco nas juventudes.

O Sarau é esse instrumento que fere os padrões de Arte. A poesia foi, por muito tempo, vista como só um instrumento da elite. Na época da minha escola, eu lembro dos preconceitos. Ninguém queria ser poeta, todo mundo queria ser rapper. É muito difícil tu achar na periferia alguém que quer, de fato, só trabalhar com a poesia. Galera fala que poesia era coisa de mulher ou de boy. Por isso, eu vejo essa galera do Sarau hoje falando sobre poesia, eu acho muito massa. (Vitor Miguel Mendes Dias, 2025)

O Sarau vem com isso de preservar essa memória, vem com essa questão de emancipar esses artistas aqui na comunidade, sabe? Fazendo que eles saibam que estão sendo vistos, a gente está te escutando, a gente está observando, a gente está apoiando a sua arte. Venha, venha mais uma vez. Isso é muito acolhimento. (Bruna Paz, 2025)

Eu acho que uma das coisas mais preciosas – numa perspectiva mais pessoal minha – é quando eu vejo os homens e as mulheres conseguindo falar em lugares diferentes do que a gente tá acostumado, dos papéis da sociedade. Você, sim, é

uma pessoa. E é importante que você tenha acesso ao conhecimento, ao estudo para expressar. (Dora Revolusie, 2025)

Entendendo que o Sarau da Quarta como essa experiência de ação coletiva de novos sujeitos sociais – jovens poetas e poetisas de Ceilândia –, que aprendem em conjunto, se fortalecem, e exercem ativamente sua cidadania por meio da poesia, tida como uma prática social emancipatória voltada à enunciação de Direitos, é possível caracterizar o Sarau da Quarta como um Sujeito Coletivo de Direito.

4.2. Um novíssimo Sujeito Coletivo de Direito

Retomando a discussão que propus no primeiro capítulo, é interessante perceber que esse Sujeito Coletivo de Direito – o Sarau da Quarta – carrega consigo marcas compatíveis com os novíssimos movimentos sociais, caracterizados por dinâmicas um pouco diferentes dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. Estamos falando aqui de um movimento que se entende como “coletivo” e se caracteriza pela horizontalidade, não institucionalidade, auto-organização e temporalidade (Perez; Silva Filho, 2017).

Analisando o Sarau da Quarta, ele reflete as novas dinâmicas descritas acima, se auto-organizando de forma mais horizontal, não institucional e temporalmente mais dinâmica. Embora exista um grupo que coordena o Sarau, não há uma formalização e uma hierarquia rígida, documentada em um estatuto ou algo assim. Cada um tem uma função, que pode mudar, e muitos participam desse e de outros coletivos e iniciativas ao mesmo tempo. As decisões são tomadas em conjunto e há bastante flexibilidade. Como explica Dora:

Tudo funciona de uma maneira muito fluida, claro. Todos nós contribuímos. Eu me reconheço como colaboradora do Cio. Tenho a minha contribuição ali na coordenação de cerimônia do Sarau da Quarta (..) Foi um convite. Aí fui fazendo muito ali de maneira espontânea, sentindo. Hoje, a gente se organiza muito melhor. Eu e a Bruna Paz estamos, nós duas, nesse lugar [de apresentadoras]. E aí tem o Rubens como DJ, o Denaro também apresentava, hoje ele atua no audiovisual junto com o Zahir, na iluminação, na cobertura dos registros. Ele também faz parte de diversos outros coletivos que impulsionam. Isso acontece muito. Todos nós, que fazemos parte do Cio, temos outros vínculos culturais que fazem com que a gente se fortaleça e chegue a outros lugares. (Dora Revolusie, 2025)

Essa dinâmica, característica de novíssimos movimentos sociais, não faz com que o Sarau da Quarta perca seu valor como um Sujeito Coletivo de Direito, ou que o

conceito cunhado por ODANR esteja ultrapassado. Como coloquei anteriormente, defendo que uma das premissas de ODANR é ir se atualizando e mudando, de acordo com as novas realidades que se apresentam. Essa máxima tem sido colocada em prática desde Lyra Filho (1984), que sempre destacava a importância de entender que, na luta por Direitos e Direitos Humanos, “nada é, num sentido perfeito e acabado, mas tudo é, sendo”.

Olhando para o Sarau da Quarta e para a maneira como os próprios poetas e poetisas falam sobre esse coletivo, é possível identificar como as bases que compõem o conceito de Sujeito Coletivo de Direito e as características dos novíssimos movimentos sociais coexistem. Para exemplificar essa relação, reproduzo um texto escrito por Vitor para a abertura da exposição “Salão dos Oprimidos, Poesia marginal para gritar que resisto”, inaugurada no dia 30 de abril de 2024, reunindo fotos das inúmeras edições do Sarau:

Toda quarta-feira, no meio da cidade filha bastarda de Brasília a Ceilândia, na margem de tudo e de todos, onde a felicidade chora e a tristeza ri. Onde brota a vida que não se contenta com as mazelas, misérias e quer apenas uma coisa viver. Acontece o movimento Sarau da Quarta que surge a partir da necessidade do Direito da memória e território para que arte que acontece na periferia seja lembrada, incentivada e vista, um movimento que acontece com as singularidades de cada um dos participantes as(os) artistas e o público. mas que assumem uma identidade coletiva, não apenas criando um patrimônio imaterial, mas funcionando como um corpo que age em conjunto, que cansado da falta de visibilidade e de acesso aos circuitos artísticos e culturais formais, reconfigura a **Partilha do sensível** no campo de força da arte como projeto de dominação e cria uma nova partilha do sensível no campo de força da arte como resistência, Através da poesia, poesia falada, tocada, dançada, encenada ou pintada, os artistas buscam compartilhar suas mensagens, experiências e perspectivas não como competição, mas como cooperação onde o propósito é a celebração, cura e resistência, uma troca mútua do artista com o público e do público com o artista onde o ouvinte pode ser o próximo poeta e o poeta sempre será um eterno ouvinte. Os saraus se tornaram uma forma de relacionar-se com o próximo que quebra e ataca as próprias hierarquias das artes, buscando potencializar as vozes, traços e movimentos dos que não são vistos e muitas vezes nem tem oportunidade de ser. (DIAS, Vitor Miguel Mendes. Exposição “Salão Dos Oprimidos. Poesia marginal para gritar que resisto”. 1ª Edição. Cio das Artes, Ceilândia-DF. 2024)

Analisando o texto, observamos que as juventudes que frequentam o Sarau se enxergam como um Sujeito Coletivo de Direito, assumindo, nas palavras de Vitor, como “uma identidade coletiva (...) funcionando como um corpo que age em conjunto”. Ao mesmo tempo, vemos traços que caracterizam os novíssimos movimentos sociais, ao se entender como “um movimento que acontece com as singularidades de cada um dos

participantes as(os) artistas e o público”, de forma mais horizontalizada, não-institucionalizada e com tempos diferentes, unindo diversas artes e perspectivas em um mesmo ambiente.

Enxergando esses caminhos de conexão entre o Sujeito Coletivo de Direito e os novíssimos movimentos sociais, apresentamos, no próximo capítulo, as poesias e contribuições que esses jovens poetas e poetisas trazem ao debate acadêmico sobre Direitos Humanos.

5. POETAS E POETISAS, E O DIREITO ACHADO NA POESIA

Chegamos, por fim, ao ponto mais esperado desta dissertação: as poesias. Este quinto e último capítulo está pautado pelo terceiro mediador de ingresso no real, com base na estrutura de pesquisa proposta por Sousa Júnior (1993): enquadrar os dados derivados das práticas sociais e estabelecer novas categorias jurídicas para estruturar as relações solidárias de uma sociedade alternativa na qual o Direito possa realizar-se como projeto de uma legítima organização social da liberdade.

Para estabelecer essas relações, o capítulo traz as poesias ao conhecimento do leitor(a), estabelecendo conexões entre o que poetas e poetisas expressam por meio delas, e as teorias sobre Direitos Humanos, com alguns de seus autores e autoras.

Tendo como base o livro “Sarau da Quarta: Antologia Poética” (Cio das Artes et al., 2024), selecionei algumas poesias, agrupei-as de acordo com conceitos operacionais relacionados aos Direitos Humanos, e passei a estabelecer diálogos e convergências entre o que escrevem poetas e poetisas, e textos de autores e autoras de referência para cada conceito.

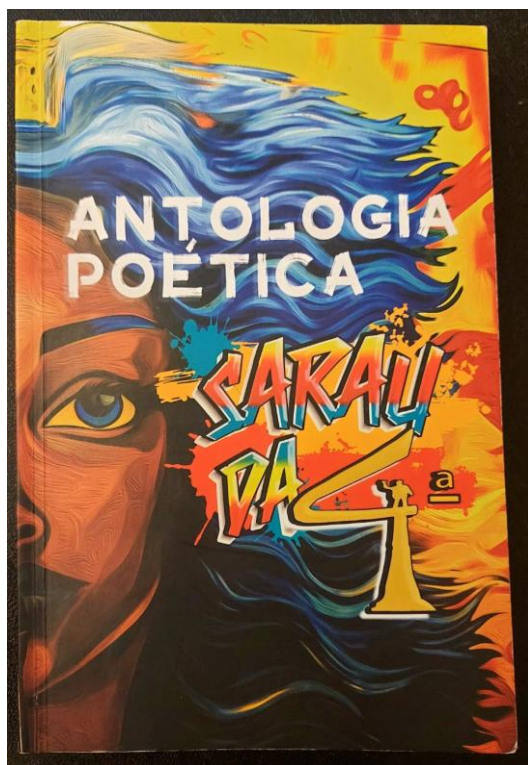


Figura 8 – Foto Capa do livro “Sarau da Quarta: Antologia Poética”
Fonte: Elaborada pela autora (2025)

A proposta não foi analisar as poesias em si, usando por exemplo técnicas de análise de discurso, ou fazer inferências e tirar conclusões a partir delas. Creio que as poesias falam por elas mesmas, e qualquer tentativa minha de explicá-las cairia em uma análise óbvia, ou em uma apropriação da mensagem para uma interpretação pessoal. A proposta foi apresentar as poesias como são e estabelecer essas pontes, colocando o que dizem poetisas e poetas por meio das poesias em diálogo com o que defendem as referências acadêmicas nas quais me baseio.

Tendo em conta a riqueza de cada poesia, gostaria de ter podido reproduzir todas na íntegra. Certamente, haveria material rico para isso. Infelizmente, sabendo que o livro conta com 49 poesias, de 45 poetisas e poetas, não haveria espaço nesta dissertação para transcrever cada texto em separado. Sendo assim, selecionei algumas poesias que reproduzo na íntegra, acrescidas das minibiografias de cada artista e suas referências em redes sociais, quando disponíveis.

Para dar conta das poesias que não entraram na análise direta, procuro incluir seus temas principais ao longo do texto – sabendo que, inevitavelmente, reflexões importantes e preciosas presentes nas poesias que não consegui transcrever para cá podem não ter sido suficientemente contempladas.

Acredito que essa estratégia de reproduzir uma seleção de poesias completas dentro deste quinto capítulo faz sentido ao abrir espaço para que poetisas e poetas falem por si, possibilitando que o(a) leitor(a) escute diretamente o que dizem, de forma atenta, completa e *sentipensante*, sentindo a potência que emana do Sarau da Quarta.

Para criar o diálogo, escolhi 11 poesias e relacionei-as com quatro conceitos operacionais presentes no debate teórico sobre Direitos Humanos, com seus respectivos autores de referência: Raça, Gênero e Classe (unidos pelas lentes da interseccionalidade); O Direito Achado na Rua (e na Poesia).

Poesia	Autor(a)	Raça	Gênero	Classe	ODANR
Maykon Guilherme	Matuta	X			
Cobrança da moça bela	Sarah Benedita		X		
Menina Sem Cor	Cigana		X		
Eu estou cheia de ódio	Gabs			X	
Não te amo, Brasília	Zimma Um Pivas			X	
Marcas de Batalha	Jão				X
Selva	Zahir				X
No meio da mata	Paz				X
Propaganda Artística	Dora Revolusie				X
Poetas Marginais	Nobre				X

Grito	LD Chefe				X
-------	----------	--	--	--	---

Tabela 4 – Lista de poesias analisadas, organizadas de acordo com cada conceito operacional

5.1. Por dentro da Antologia Poética

Antes de apresentar as poesias, gostaria de atentar à estrutura do livro “Sarau da Quarta: Antologia Poética” e sua divisão temática. Na contracapa do livro, autores explicam que a publicação tinha alguns objetivos principais:

Esta publicação tem o propósito de denunciar as desigualdades sociais, raciais e culturais e preservar a memória da produção poética periférica atual, pois é a partir da palavra que nós criamos novas realidades e novas narrativas sobre a periferia. Toda a quarta-feira nós fazemos reverberar vida e poesia pelas ruas da Ceilândia Sul. (Cio das Artes et al., 2024)

Tendo em vista esses objetivos, o livro está dividido em três capítulos: “A palavra é nosso escudo”, “A cura está em nós” e “Somos a revolução”. A divisão foi proposta pela jovem Bruna Paz, uma das responsáveis pela edição do livro, e tem uma intencionalidade, com vistas a contribuir para contar como o Sarau da Quarta enxerga seu papel na luta das e dos jovens periféricos por emancipação.

Como explica Bruna Paz, a seleção das poesias, o agrupamento delas nesses três blocos, a ordem em que cada poesia aparece, o título delas no índice e a opção de manter os textos exatamente como foram escritos – mesmo que diferentes da norma escrita padrão – foram intencionais e tiveram um porquê.

Essa divisão de capítulo foi muito uma coisa do feeling, eu lia as poesias e eu fui vendo onde se encaixava, o que fazia sentido. Até a questão dos títulos [das poesias] eu tentei puxar. Eu fui pegando, e fui puxando mensagens. Eu fui dialogando tanto com as poesias, quanto com os títulos. Fui levando isso para uma conversa. Para nós, a nossa escrita é política. A gente não arruma [o texto], coloca “nóis”. A gente não mexe para preservar a forma, que é o nosso dialeto, a forma como a gente fala com o outro. Então, é preservar essa memória, preservar a nossa escrita, preservar a nossa imagem também. (Bruna Paz, 2025)

Seguindo essa intencionalidade, no primeiro capítulo, poetas e poetisas trazem à tona, por meio de suas poesias, as principais opressões e violações que os atravessam e contra as quais lutam. São 17 poesias, das quais emergem temas fundamentais da luta por Direitos Humanos, incluindo: a opressão do Estado; o sufocamento advindo do sistema capitalista; o racismo, em suas múltiplas dimensões, incluindo a violência policial e o genocídio da juventude negra; o machismo, o patriarcado e a violência de gênero; a pobreza, a fome, as desigualdades sociais; a falta de oportunidades para jovens

periféricos, agravada pelo discurso da meritocracia; a negação do Direito à cidade e a falta de equipamentos públicos, de arte, cultura e lazer na periferia; e as diferentes violências simbólicas que atravessam as juventudes periféricas.

O título do capítulo foi pensado com esse intuito.

Vi que algumas poesias puxavam para esse lugar de denúncia. Coloquei, então, ‘a palavra é nosso escudo’, que são coisas que a gente fala também no microfone durante o Sarau, que a palavra é a nossa arma, que a palavra move. (Bruna Paz, 2025)

No segundo capítulo, “A cura está em nós”, poetas e poetisas falam da própria força. Em um movimento de resistência contra as opressões, elas e eles se colocam enquanto sujeitos e protagonistas, falando dos desafios que enfrentam, mas falando também de esperança, valorizando as próprias trajetórias, lutas, amores e o território em que vivem. São 16 poesias, das quais emergem temas como amor, orgulho, pertencimento, identidade, espiritualidade e força. Como explica Bruna:

Puxei para cá coisas que a gente falava muito, que a cura está em nós. A galera chega aqui com muita poesia depressiva, sobre suicídio. A gente recebe muita energia forte assim. Poesia sobre família, mas não é aquela poesia romantizada, mas sim trazendo os problemas que aquela pessoa está passando. Ai a gente vai ter o nosso exemplo de vida, para fazer com que toda a gente saiba que a cura está na nossa mão, está em nós. (Bruna Paz, 2025)

Por fim, o terceiro capítulo – “Somos a revolução” – traz a força da Arte, da poesia e da coletividade no enfrentamento das opressões e no processo de resistência, luta e emancipação. São 16 poemas em que a potência da Arte e da poesia emergem como instrumentos contundentes da luta por Direitos.

Essa última é a questão da revolução. Porque é isso: a galera está falando de revolução, da construção de uma nova narrativa, de um novo mundo. Então eu acho isso: que a gente realmente é revolucionário. Quando eu vi que as pessoas estavam falando muito de dor, de coisas existenciais, então pensei: ‘se a gente reflete sobre essas coisas, a gente coloca para fora na poesia’. (Bruna Paz, 2025)

Retomando o conceito que está no título dessa dissertação, o livro é a expressão do Direito Achado na Poesia, que quis apresentar por meio da dissertação. Entendo a poesia escrita, declamada, ouvida e compartilhada no Sarau como essa “rua” em que os Direitos estão em disputa, e são conquistados. Rua essa que é o espaço público e lugar

simbólico do acontecimento, do protesto, do gesto paradigmático que reivindica a rua para a vida humana (Sousa Júnior, 1993).

O Direito, e consequentemente os Direitos Humanos, são achados na poesia proferida por essas juventudes periféricas, que lutam diariamente por sua sobrevivência, seu Direito de ser, de existir e de viver de forma plena e ocupar espaços de luta e de poder. É um pouco dessa força que está em cada poesia que apresento a seguir.

5.2. A palavra é nosso escudo

Começamos, então, pela primeira parte do livro, que fala das opressões e violações de Direitos que impactam a vida das juventudes periféricas, e transbordam em suas poesias. Dividi essa discussão em três tópicos que se interconectam: raça, gênero e classe.

5.2.1. Poesias para enfrentar o racismo

Começo com um dos textos que mais me marcaram quando li pela primeira vez o livro "Sarau da Quarta: Antologia Poética", e que ainda me impacta profundamente, assinado pela poetisa Matuta:

Maykon Guilherme
Matuta

Nasce mais um preto
Na calada perigosa do gueto
Do Itapoã.
A mãe usuária sem condições, a avó não tem peito, só juntou com a irmã.
Já se insere sofrendo preconceito, racismo e discriminação,
e não pelos de fora, foi pelos de dentro... aham!!!
Violência, vias fáceis, falta de oportunidades,
“Fichado, eu não gosto de trabalhar”,
Mal sabia que ele era das artes.
Gostava de grafitar nos cadernos,
Escrevia poesia e se expressava pra caralho nos versos.
“Queria escrever sobre outra coisa, só consigo falar de amor”.
No escuro, sem comida na mesa, no barraco de madeira,
a cama embaixo da goteira, ele falava de amor.
Malandro, sabia chegar, sabia sair.
Homem de muitos amigos e risos.
Pena que na calada só eu sabia o quanto se sentia sozinho...
Colava nos bailes, nas batalhas, nos parceiros, nunca tachado de “tirador”.
Embora oportunidade pra atirar não faltou.
Que pena que o tiro o acertou,
Quando finalmente conseguiu sanar um pouco da dor
Que é só conseguir oportunidade de trabalho como ajudante de pedreiro
Conseguiu um trampo na padoca e a primeira coisa que fez foi presentear
a avó com uma cesta básica pra durar o mês inteiro.
Teu brilho nos olhos era real.
Corta o peito lembrar que tu querer justiça, te levou a um destino fatal...
Levou o inocente.

O que era a base da avó pra ainda conseguir acreditar,
Parem de matar a nossa gente!
Das milhões de possibilidades do que ele seria hoje, e nem consigo
imaginar.

Maykon Guilherme, 22 anos, morador do Itapoã morto com 1 tiro na cabeça e outro na coluna por roubar uma telha pra chuva não alagar seu barraco de madeira.

Jéssica Nascimento, vulgo Matuta, mulher preta de 21 anos, e moradora do Sol Nascente DF. Há dois anos, Matuta vem se redescobrimdo e ressignificando suas vivências no meio cultural da poesia urbana em Ceilândia, através dos Saraus e Slam's, vislumbrando mais uma forma de sentir a expressão e liberdade de poetas e artistas da periferia e se fazer ser sentida. (Cio das Artes et al., 2024)

De forma sensível e profunda, Matuta traz, na história de Maykon, elementos centrais da Sociedade Desigual descrita pelo professor Mario Theodoro, um dos grandes especialistas no tema do racismo no Brasil. O autor defende que o racismo, em uma perspectiva complexa e ampla, é o principal elemento organizador da desigualdade no País, criando uma sociedade marcada pela exclusão da população negra e com quatro características principais. Diz ele:

A primeira é que são sociedades que convivem com a situação de desigualdade extrema e persistente, em detrimento de um grupo racialmente discriminado, sem que esse quadro suscite seu enfrentamento efetivo por parte do Estado. Em segundo lugar, são sociedades que produzem assimetrias em áreas diversas e importantes da dinâmica social, como o mercado de trabalho, a educação, a saúde, a distribuição espacial da população, cada uma delas agindo como potencializadora das desigualdades; essas diferentes assimetrias se auto reforçam e são cumulativas, em desfavor do grupo discriminado. Em terceiro, essas sociedades estabelecem mecanismos jurídico-institucionais e repressivos que funcionam como elementos de estabilização social e de preservação do quadro de desigualdade. E, por fim, enfraquecem as forças contrárias ao status quo, notadamente os movimentos sociais, que não conseguem acumular recursos políticos, simbólicos ou econômicos, descaracterizando-os em suas demandas políticas, criminalizando qualquer reivindicação ou bandeira que possa alterar o quadro de iniquidade. (Theodoro, 2022)

Parte das características explicadas por Theodoro aparece como pano de fundo da poesia de Matuta. Quando relata os desafios enfrentados por Maykon ao longo da vida, começando com uma situação familiar miserável, a falta de oportunidades e o preconceito, ela dialoga com as duas primeiras características – explicando e dando consistência ao significado de uma sociedade que convive com a desigualdade extrema e persistente, e com as assimetrias no acesso a educação e trabalho, agravadas pela discriminação, que excluem sempre a pessoa negra. Também na poesia, ao trazer que as

violências estão o tempo todo rondando Maykon, até chegar à morte precoce por intervenção do Estado, a poetisa mostra por meio da dor de um menino o que é esse estado repressivo, descrito por Theodoro como a terceira categoria da Sociedade Desigual.

Como bem coloca Matuta, o homicídio de um jovem negro não é algo isolado, mas parte de um sistema de opressões e violências. “Parem de matar a nossa gente!”, diz a poetisa. E o apelo se faz urgente. Os dados mais recentes sobre violência no País escancaram uma realidade assustadora. Entre 2021 e 2023, mais de 15 mil crianças e adolescentes, com idades entre 0 e 19 anos, foram mortos de forma violenta no Brasil. A maior parte das vítimas tinham entre 15 e os 19 anos (91,6%), eram negros (82,9%) e do sexo masculino (90%) (UNICEF, 2024). No Distrito Federal, a configuração urbana criou periferias heterogêneas em termos de classe, mas homogêneas em termos étnico-raciais. Estamos falando de uma periferia racializada pela predominância de negros, que sofrem uma constante abordagem policial, considerada agressiva pelos jovens (Tavares, 2009).

Como explica Theodoro, o genocídio das juventudes negras tem como base o racismo, em sua dimensão mais ampla. O professor analisa o racismo a partir de dois vetores: o cotidiano, onde a vida flui entre discriminação e preconceitos; e, num patamar mais complexo, o macro, que considera também os conceitos de branquitude, biopoder e necropolítica (Theodoro, 2022).

Fazendo referência do conceito cunhado por Achille Mbembe (2003), Theodoro explica que a necropolítica é a política de perseguição e morte impetrada pelo Estado, realidade cada vez mais presente em todo o país, e se baseia em uma prática de seleção social que penaliza a população negra, preservando e beneficiando os brancos.

A morte de Maykon, contada nos versos de Matuta, é o último capítulo de toda uma história de racismo, tanto em nível cotidiano (“Já se insere sofrendo preconceito, racismo e discriminação”), quanto em nível macro, por meio da necropolítica (“morto com 1 tiro na cabeça e outro na coluna por roubar uma telha pra chuva não alagar seu barraco de madeira”), que interrompe precocemente a vida de milhares de Maykons em todo o Brasil.

Relendo a poesia, trago novamente o que comentei no capítulo primeiro desta dissertação, sobre o papel da Arte e da Literatura, incluindo a poesia, na construção de

saberes sobre Direitos Humanos. Citando Sousa Júnior, há “uma racionalidade expressiva que permite ao discurso literário conduzir temas densos e, com linguagem persuasiva própria da retórica, traduzir o discurso epistemológico da ciência⁸”. Como vemos na poesia acima, ela consegue transbordar a dor por trás do que teoriza Mario Theodoro, quebrando a barreira fria dos números e trazendo a conversa e a aprendizagem para o campo do sentir.

Ao ler a dor que fica com a morte precoce de um jovem negro chamado Maykon, de 22 anos, morador do bairro do Itapoã, que havia acabado de comprar uma cesta básica para a avó com seu primeiro salário, nos aproximamos um pouco mais de compreender a dimensão devastadora dessa Sociedade Desigual.

5.2.2. Poesias que olham para a questão de gênero

Seguindo a mesma lógica de diálogo, outro tema presente no livro “Sarau da Quarta: Antologia Poética” diz respeito ao conceito de interseccionalidade e à luta por Direitos das mulheres negras, que perpassa a interseção entre gênero, raça e classe. Para começar a conversa sobre o tema, trago aqui duas poesias, das poetisas Sarah Benedita e Cigana:

Cobrança da moça bela

Sarah Benedita

Hoje, eu não vim chorar,
aliás não tô aqui para amenizar,
e se não consegue enxergar, a certeza é que eu não vou desenhar.
Não rela.
Não olha.
Não toca sem permissão,
você não tem sempre razão.
Cansei de pedir e implorar por respeito.
É isso... vivo num mundo de sociedade egoísta e muito machista e você
bate com toda fé no peito se achando o grandão.
Queria eu que tudo que hoje eu sei, não passasse de um simples pesadelo,
mas me ensinaram tudo isso à base de práticas.
Anota aí, eu faço parte dessas estatísticas.
Sorte a minha tá viva.
Mas quem sabe sobre amanhã?
É neste mundo caótico que existo, e eu penso e penso, logo analiso e me
limito.
Eu simplesmente nasci e, por nisso, me julgam, me abusam,
preterida sou... ameaçada, humilhada, ridicularizada é o de menos ruim,
mas quando morta, ninguém nem viu.

⁸ Trecho retirado da coluna “Direitos Humanos nas entrelinhas das crônicas de Carlos Drummond de Andrade”, em que José Geraldo de Sousa Júnior comenta a dissertação de mestrado de Luiza de Andrade Penido. Coluna disponível em <https://estadodeDireito.com.br/literatura-livros-folhasfonte-pixabay/>, acessada em 09.06.2024.

Querem que eu me acostume com a acidez do teor que julgam como amor.
E se eu gritar pedindo socorro e disser com todas as palavras que foi um pai, um marido, um tio, um amigo?
Das duas uma: mentirosa ou puta, eu sou.
Por favor!
Mais uma vez.
E sem gentileza.
Eu gritei PARA.
Eu disse NÃO!
E a culpa não é do meu batom, da minha saia, do meu short ou da minha calça.
Querem mesmo resiliência?!
Todos fedendo à prepotência.
E eu não deveria ser símbolo de resistência, mas diante do caos, quero que caia o patriarcado e que as minas se juntem com dois pés no peito dos folgados.
E a delicadeza é meu dedo do meio.
Eu não tô aqui pra brincar.
E como já dizia um poeta foda:
“Quem perdoa é Deus, ‘nóis tá’ aqui é pra cobrar!”

Sarah Benedita é cria e criada na Ceilândia, poeta marginal desde os 15 anos, produtora cultural, preta, lésbica e militante. Razão de vida é escrever, tornar a dor e o amor palavras de se sentir e ouvir. Guarda na memória o que nos toca. “Político é meu ser, resistente, cheio de axé... Levo ao mundo o que posso em algumas palavras pra mudar”. (Cio das Artes et al., 2024)
[instagram.com /beneditapoesia/](https://www.instagram.com/beneditapoesia/)

Menina Sem Cor

Cigana

Oi!
Bom dia, boa tarde, boa noite
ou boa vista
Fiu-fiu (assobio),
Boneca.

“Ó, morena lindinha,
Onde você vai com tanta pressinha?”
Marrenta, ou é braba ou é violenta.

Sou é chata.
Menina mulata, sem cor herdada.
Quando pequena, não fazia ideia da importância do meu tom de pele
ou da falta de pigmentação.
Nas brincadeiras, ou eu era café com leite
ou aquele leite com chocolate.

Assediada por onde passa,
mas não vou abaixar a cabeça pra nenhum filho da puta,
que me julga puta.
Não sabe da luta,
nem da força de vontade,
que é pra conquistar os espaços que vocês alcançam tão facilmente...

Depois que eu botei os dreads, as minas passaram a me respeitar.
E eu tive que passar a entender o que é peitar.
Toda essa situação de... sei lá... supervalorização de um padrão?!

Por muito tempo fui uma menina sem cor.

Hoje, eu sou preta pra você, né?
Dia desses, eu encontrei uma guria que falou: “nossa,
mas você não era mais
branca?”

Ok!
Talvez, eu esteja um pouco queimada por ter ficado trabalhando
no sol semana passada,
mas nada justifica essa jogada.
Aquela história do mano preto branco, que eu conversava
Com meu maninho na calçada...

É como Emicida e Baco, entre outros que já citaram.
A desunião dos pretos.
“Guerra de bairros, negros fazendo outros negros serem
cancelados”

Mas,
“Ô preta, ainda bem que cê existe,
Pra saber e me cuidar se aqui é triste”.
Porque por muito tempo chorei sozinha
Até encontrar minha irmã pretinha.
E depois com os moleques lá da favelinha.

Tigresa do olho marrom escuro,
nariz arredondado e olho puxado,
olhos de gato,
Sem toda aquela história de café com leite.
Hoje, eu sou só o azeite de dendê que eu tacho no meu padê
pra cigana.

Por muito tempo, fui uma menina sem cor,
aquela morena, parda, meio mulata...
Mas um dia me gritaram: Ô PRETA!!!
E eu respondi.

Sara Lisboa, conhecida como Cigana, é multiartista, natural de Ceilândia (DF) com raízes do interior de Minas Gerais, provinda de família afro-indígena, frequenta e contribui com o Sarau da Quarta desde abril de 2022. Escreve poesias com base em suas vivências pessoais, com alguns pitacos da visão política de uma mulher preta e periférica. (Cio das Artes et al., 2024)
[instagram.com /cigana.dacei/](https://www.instagram.com/cigana.dacei/)

Seguindo a proposta das feministas negras, Sarah Benedita destaca os impactos nocivos do machismo e do patriarcado sobre as mulheres, em especial mulheres negras, enquanto Cigana fala sobre racismo, sobre a busca por identidade e reconhecimento enquanto mulher preta.

Ambas dialogam com o conceito de interseccionalidade, cunhado pela teórica afro-americana Kimberlé Crenshaw (1989), que por primeira vez faz referência à interconexão entre raça e gênero. Segundo a autora:

As experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas as categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam (...) Parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e Direitos Humanos e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e Direitos Humanos. (Crenshaw, 1989)

Ampliando a reflexão, Carla Akotirene (2019) fala em avenidas identitárias que se cruzam e sobrepõem sobre mulheres negras, fazendo com que sejam atingidas pelos impactos nocivos do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado. A autora explica que não se trata de hierarquizar opressões, mas de decidir “o que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades”.

A resposta a parte dessa provocação, quem sabe, esteja nas poesias de Sarah Benedita e Cigana, e na força da luta que internas e coletivas ambas travam e propõem por meio de suas lutas e reflexões, expressas em suas poesias. No caminho de enfrentamento a essas opressões, é preciso se entender como mulher negra (“um dia me gritaram: Ô PRETA!!! E eu respondi”) e unir forças (“diante do caos, quero que caia o patriarcado e que as minas se juntem com dois pés no peito dos folgados”) para enfrentar o machismo, a misoginia, o racismo e a exclusão social, e lutar por Direitos.

5.2.3. Poesias para enfrentar o sistema

Por fim, trazendo a terceira perna do tripé da interseccionalidade, poetisas e poetas falam sobre a questão de classe e as opressões do sistema capitalista, mostrando como suas vidas são atravessadas por abismos que separam crianças, adolescentes e jovens que nascem em famílias periféricas de Direitos fundamentais, como o acesso à cidade e a oportunidades, em um sistema em que persistem as bases da meritocracia e da preservação dos Direitos da elite.

Para falar sobre essas violências, antes das poesias, trago a visão de Lyra Filho, em entrevista recuperada por Sousa Júnior e publicada no livro comemorativo de 30 anos de ODANR:

Lyra Filho: Todo domínio que sacrifica os Direitos de indivíduos, classes e grupos é, em si, uma violência, inerente à estrutura social, uma espoliação ou opressão ilegítima, determinando o conflito, na medida em que as classes e grupos espoliados e oprimidos conscientizam a sua posição de inferioridade social e lutam, em defesa de seus Direitos sacrificados, pressionando os dominadores. A dialética social do Direito começa na infraestrutura econômica. (Sousa Júnior, 2021)

Concordando com Lyra Filho, a poetisa Gabs e o poeta Zimma Um Pivas colocam em palavras como esse domínio sacrifica seus Direitos e como a infraestrutura econômica impacta suas trajetórias e baseia suas lutas:

Eu estou cheia de ódio

Gabs

Cansada desse sistema que prega meritocracia só pra poder explorar o próximo,
a gente não tem liberdade, a gente não tem Direitos,
mas tem desconto no salário, se não fizer tudo bem-feito,
tem multa, se atrasar,
não tem extra, se não correr.

A mais valia transbordando
e muita gente fingindo que não vê.

Sistema misógino, racista, nojento
fala que tem oportunidade pra todos, mas quem se beneficia
ele escolhe a dedo.

Mas não, vamos lá, é só você se esforçar,
se trabalhar muito, você vai conseguir chegar no meu lugar.
Por que você vai sair no sábado, se você pode ficar em casa e trabalhar?
Por que você vai descansar, se você pode fazer hora extra?
Sua conta com mais dinheirinho, olha só, pensa!

E é assim que a gente deixa de viver, deixando tudo pra depois.
Vive pra trabalhar e esquece que a gente deveria trabalhar pra viver.
Muito dinheiro pra gastar, mas sem tempo pra fazer.

Na verdade, nem deveria ser assim,
porque viver é um Direito nosso, não apenas se eu conseguir
pagar água e luz
ou se eu ficar a noite toda trancada no escritório,

fazendo extra atrás de extra,
lavando o chão, limpando a mesa,
mais trabalha que vive
mais trabalha que dorme
mais trabalha que respira
tanto trabalha que some.

E no final do mês aquela escolha novamente:
comprar a mistura ou pagar a luz pra tomar um banho quente?"
É que tudo isso me deixa indignada.
Eu estou cansada de ser explorada.

Não posso ir ao médico, não posso respirar, não posso fazer nada a não ser sentar todo dia na baia no mesmo lugar.

Mas eu entendi como funciona a treta:
O tempo é a moeda que determina esse sistema.
Então, do meu tempo vocês não vão ter mais.
Vou fugir pro litoral, procurar por um pouco de paz.

Enquanto isso, você pode ficar aqui,
com seu iphone 13 e seus ternos casos,
lucrando enquanto rouba do trabalhar o seu dinheiro suado.
E aí quando eu voltar, você me diz
se todo o seu dinheiro sujo serviu pra te fazer feliz.

Iara Gabrielle, conhecida como Gabs, começou a escrever com 12 anos de idade. Com a escrita, ela acredita que é na ausência que a gente se encontra e é na dor que a gente se expressa. (Cio das Artes et al., 2024)

Não te amo, Brasília Zimma Um Pivas

I
Eu não te amo, Brasília
Sigo sob tua superfície plana,
e passo as seis da matina
embaixo de grandes monumentos.
piso em concreto rústico,
que esconde os cadáveres
de antigos operários,
que te levantaram.
E agora dormem exaustos,
sonham os teus candangos.
Prazer, se não me conhece
eu sou teu vândalo.

Eu não te amo, Brasília.
Heróis do terceiro mundo
recolhessem nas esquinas.
Tu és mãe devota dos meninos
e das meninas ricas,
que antes de irem para a manifestação
na esplanada escolhem a melhor roupa,
só porque foi minha mãe
que limpou tua casa e lavou tua louça.
Vidas de caros cigarros e fúteis grandes ideias.
Cê tem parte da culpa de ser tudo tão injusto,
nem diz Oi pro porteiro do prédio e acha que vai mudar o mundo.
Teus guetos são fábricas de trabalhadores braçais
e empregadas domésticas,
mas que vão ficando fluentes em entender o próprio sofrer,
conforme as máquinas e a internet avançam as décadas.

Agora, posso ler os mesmos livros que você.
Baratas violentas se equilibram em fios de postes.
Ideias tortas não constroem pistas retas,
sapatos caros não refletem olhos pesarosos de engraxate na rodoviária.
Entregadores de comida processada
caminham sob a solidão
e o silêncio de teus bairros nobres.

Se ainda não ficou claro, Brasília,
prazer, sou teu filho mal-criado.

II

Brasília, tua beleza não engana,
Eu te vi por dentro,
você é feia.
Vai ver quando eu morrer,
jorrará ódio das minhas veias
abertas de uma América Latina,
consumida pelo ressentimento.
Na hora do almoço,
engano o tempo,
porque é grandioso ser pequeno.
Converso com teus mendigos,
coisas sobre a condição humana e teus assassinos.
Entre favelas, prédios, arcos e risos.
Amo meu gueto,
como nunca amei alguém,
a fome sempre se espreitou na janela
e sentado à mesa eu sabia
que ela já seguia a família há anos...
e anos...
e anos...
do Nordeste para a favela.

III

Gemidos sofridos boiam nas ondas
Emergem vindos da Vila Amaury.
Suas ruínas, seus barracos e suas casas
ainda estão lá esquecidas pelo tempo,
no fundo do Lago Paranoá
A favela submersa que não afogou nossas mágoas
dorme silenciosa e amargurada debaixo das águas
onde hoje passam lanchas de luxo e *jetskis*

IV

E no meu peito vadio,
Deslizei-me pelo ar cortante das suas noites de dezembro,
Perdido com o que tenho feito, desfeito e visto
e tenho dito:
Aprendi a jantar de cabeça erguida na mesa do inimigo.
Não te odeio, mas não te amo,
amo a minha quebrada e nela me misturo.
Na minha velha rua do Itapoã,
eu aprendi a ler estrelas nos olhos de mães solteiras,
ergui muralhas entre a minha ambição
e a má disposição do mundo,
gritando, cantando, rolezando, rimando, pixando,
sob a baixa luz dos postes,
com crias da minha rua torta,
mesmo em dias de chuva,
conhecida rua da morte,
mas nunca do luto, das lutas
ouvi e aprendi as histórias
que as ruas me contavam
sob todo mundo que um dia aqui já sorriu,
que na poeira dos dias partiu.

Desci de *jet* pelos muros

e conheci seus segredos,
ouvi a voz de Ed e Brown que ecoavam
pelos becos.
Vaguei, entre ruelas, igrejas, bares e terreiros.
As glórias de nossas amigas
e histórias de velhos pretos.
Encontrei nas janelas a pintura de um mundo
adoecido pelo ódio dos vermes
e curado pela ambição dos moleques.
Biscoitos de polvilho com gosto de madrugada antiga.
Eu conheci a cantiga, a batida,
que o funk da minha rua
ecoe nas bocas de crias
até chegar na tua.
Não te amo, Brasília,
avião de silenciosas praças
e barulhentas valas.
Que esses versos valham
quando todos os restos falham.

Escrevo porque o silêncio
da alma me consome,
mas não se engane,
isso não é poesia,
poesia é coisa de rico,
e isso que eu faço
ainda não tem nome.

Zimma Um Pivas, morador do Sol Nascente, crescido e criado no Itapoã. Começou a escrever aos 12 anos de idade, descobriu a poesia e encontrou nela uma forma de expressar o seu jeito de enxergar o mundo. Faz seu circuito por diversos saraus pelas quebradas espalhadas pelo Distrito Federal. “Aprendi a escrever falando sobre as coisas que a sociedade cospe e rejeita e encontrei na potência dos versos um jeito de impulsionar a minha realidade para lugares melhores”. (Cio das Artes et al., 2024)
[instagram.com/zimma.um.pivas/](https://www.instagram.com/zimma.um.pivas/)

A história de Brasília e da criação do território de Ceilândia, com todo um processo de exclusão que afastou as famílias que construíram a nova capital do centro e do acesso a Direitos, e consequências desse processo de exclusão – que descrevi no terceiro capítulo –, ganha força e concretude nas duas poesias.

A enorme discrepância de renda e de acesso a educação, lazer e cultura que separa moradores das periferias e do centro da capital, a sobrecarga que recai sobre as mulheres periféricas em trabalhos domésticos, a falta de acesso à cidade que impacta a vida das juventudes, estão expressas como gritos nos versos de Gabs e Zimma, e fazem parte da luta por Direitos. Como explica Lyra Filho, é nessa luta constante que o Direito se dá:

A contradição entre a injustiça real das normas que apenas se dizem justas e a injustiça que nelas se encontra pertence ao processo, à dialética da realização do Direito, que é a luta constante entre progressistas e reacionários, entre grupos e classes espoliados e oprimidos e classes espoliadores e opressores. Esta luta faz

parte do Direito, porque o Direito não é uma “coisa” fixa, parada, definitiva e eterna, mas um processo de libertação permanente. (Lyra Filho, 1984)

5.3. A cura está em nós

Seguindo a estrutura do livro, e pensando nesse processo de libertação que Lyra Filho fala – e que reproduzi ao final do tópico anterior – o segundo capítulo traz a força das juventudes, em sua busca por identidade, valorizando as próprias trajetórias, lutas, amores e o território em que vivem.

5.3.1. Poesias para pertencer, reconhecer e se fortalecer

Pensando na força das juventudes e relembrando o que a jovem Bruna Paz coloca, ao ressaltar que “a cura está em nós”, retomo aqui a visão *sentipensante* de Fals Borda (1979). O autor defende essa interconexão entre sentimento e pensamento, valorizando os sentimentos e vivências, em práticas que conectam o coração e a cabeça.

Em uma visão semelhante, ODANR, por meio de seu humanismo dialético, reforça a importância desse fortalecimento do sujeito, capaz de lutar e transformar o próprio destino. Não se trata aqui de uma luta apenas individual, uma ode ao individualismo, mas de uma luta conjunta. Trazendo as palavras de Lyra Filho, recuperadas por Sousa Júnior:

O Direito achado na rua, como salienta o Professor Roberto Lyra Filho (1982; 1983 e 1986), formulador dos seus princípios, longe de se constituir numa idolatria do homem por si mesmo, procura restituir a confiança de seu poder em quebrar as algemas que o aprisionam nas opressões e espoliações que o alienam na História, para se fazer sujeito ativo, capaz de transformar o seu destino e conduzir sua própria esperança na direção de novos espaços libertadores. Mas a liberdade, ele acrescenta, “não é um dom, é tarefa, que se realiza na História, porque não nos libertamos isoladamente, mas em conjunto. (Sousa Júnior, 2011)

As palavras de Lyra Filho se alinham ao título do capítulo da Antologia Poética. “A cura somos nós”, colocam os poetas e poetisas. E, dentro desse “nós” está a cura de cada uma e cada um, e a cura coletiva, trazidas nas poesias de João, Zahir e da própria Bruna Paz:

Marcas de Batalha

João

A batalha foi longa e intensa,
deixou marcas de sangue para trás,
traumas na minha cabeça e cicatrizes pelo corpo,
mas o que mais ficou visível após a batalha foi a minha
maior evolução contra o meu maior inimigo,

eu mesmo.

João Amorim, natural de Ceilândia, é conhecido como Jão, é um admirador da arte que começou a fazer arte por influência do Sarau da Quarta e que tem como principal foco de suas poesias o “sentir”, uma vez que o foco principal sempre foi o sentimento e como se entender, entendendo o que está sentindo.

Selva

Zahir

Minha família tentando sobreviver nesta selva.
Meus irmãos, tudo com fome.
Meu pai, querendo salvar a terra.
Minha mãe querendo viver o mundo,
pagando tanta conta que o dinheiro some.
É tanto problema que “nois” têm sonhado acordado.
Sonhado dormir, levantar e ter tudo mudado.
Meus mestres e minhas referências estão todos cansados.
Quanto tempo no Rap, quem tem nos valorizado?
Minhas irmãs são todas Leoas,
Por dia, matando vários Leões.
Felinas recuperando coroas.
As verdadeiras rainhas dessas nações.
Ser de lata,
procurando o coração.
Acendi um palheiro
pra fugir do desespero.
Somos brasas
da fogueira da revolução.
Sou guerreiro
De ogum sou herdeiro. (Ogunhê)

Vitor Miguel Mendes Dias, conhecido como Zahir, começou a escrever poesia aos 13 anos influenciado pelos livros de poesia e literatura brasileira que li no ensino fundamental e pela mãe, Walquiria Mendes Pereira, mas foi somente aos 16 anos que começou a recitar para o público. Além de poeta, Zahir também é produtor cultural do Cio das Artes e co fundador do movimento Sarau da Quarta. As narrativas de suas poesias dialogam com temas como saúde mental, o cotidiano e os romances do jovem negro periférico. Gritando em seus versos para mostrar que estamos vivos e resistimos. (Cio das Artes et al., 2024)
[instagram.com/zahiro poeta/](https://www.instagram.com/zahiro poeta/)

No meio da mata

Paz

Sensibilidade à flor da pele.
Sinto minha pele em chamas.
Intuição aponta caminhos.
No meio da mata da vida me perco.
Me acho.
Me desperto.
Caminho em direção a algo que vai me despertar.
Falhas humanas me envolvem em me puxam.
Como sobreviver?
Mais um coração abatido pelos pecados capitais.
Não conseguem diferenciar admiração de inveja
nem ganância e ambição de sede pela vida eterna.

Antes de sair de casa,
São três voltas de incenso pela minha cabeça e pelo meu corpo,
para que mais nada externo a mim
me leve para o fundo do poço.
Meu ori é de vencedora.
Oh minha mãe, me ensine cada vez mais a ter foco.
Eu sou vida!
Eu sou água!
Alguns mergulham, outros se afundam.

Bruna Paz é historiadora pela Universidade de Brasília, multiartista, arte-educadora, mestra de cerimônia do Sarau da Quarta, produtora cultural e uma das organizadoras do espaço cultural Cio das Artes. Paz enxerga a arte e o poder da palavra como uma forma de ativismo político, uma prática de autoconhecimento e de resistência cultural e histórica. (Cio das Artes et al., 2024)
[instagram.com /slvvpaz/](https://www.instagram.com/slvvpaz/)

Olhando o livro por uma lente *sentipensante*, destacar a poesia como cura – e abrir espaço para que poetas e poetisas expressem não apenas os desafios que vivenciam, mas também seus processos internos de fortalecimento – é também uma escolha política de lutar por Direitos Humanos.

Lendo as poesias e olhando para ODANR, entendo que o fortalecimento e autoidentificação de cada poeta e poetisa como alguém potente, que faz parte desse Sujeito Coletivo de Direito chamado Sarau da Quarta, contribuiu para a luta coletiva das juventudes periféricas por seus Direitos.

5.4. Somos a revolução

Por fim, o último capítulo do livro “Sarau da Quarta: Antologia Poética”, e também último tópico desta dissertação, é uma ode à força desse Direito Achado na Poesia, nas vozes dos jovens poetas e poetisas que frequentam, semanalmente, o Sarau da Quarta. Em 16 poesias, cada uma e cada um apresenta a Arte como instrumento de transformação pessoal e coletiva, demonstrando a força revolucionária que emana ao escrever e declamar.

O capítulo dialoga e exemplifica essa força da Arte defendida por Tiaraju D'Andrea, ao relacionar a forma de pensar que a Arte impulsiona e a busca por soluções políticas, voltadas a um novo mundo possível. Diz ele:

(...) a própria forma de pensar impulsionada pela arte, ao incitar a criatividade e diferentes perspectivas de observação do mundo, pode também contribuir para a visualização de soluções políticas, que passam ao largo da política institucional, a qual é justamente incapaz de apreender e elaborar o que pode estar se processando nesses lugares. (D'Andrea, 2013)

Concordando com esse papel disruptivo que vem atrelado ao Direito Achado na Poesia, acredito que o capítulo fecha de forma brilhante a Antologia. Dialogando com Lyra Filho – que afirma a poesia nos ajuda a entender um pouco mais a realidade em suas múltiplas complexidades, e a compor saberes para aprender sobre cada momento e realidade, e construir conhecimento a partir deles (Lyra Filho, 1972) –, o último capítulo do livro contribui para compreender a Arte e o Direito como caminhos que se conectam para uma legítima organização social da liberdade.

5.4.1. A força do Direito Achado na Poesia

Como afirmamos no início desta dissertação, existem muitas linguagens para lutar por Direitos e para garantir os Direitos Humanos. Ao longo dos capítulos, entendendo melhor a história de Ceilândia, do Cio das Artes e do Sarau da Quarta, ouvindo o que dizem, pensam e sentem jovens poetas e poetisas que fazem parte desse movimento e se reúnem, semanalmente, para lutar por direitos.

Foi ficando implícito, ao longo da dissertação, que a poesia é um caminho – um espaço ou uma “rua” – em que a luta por Direitos Humanos acontece. Ao se legitimar como poetas e poetisas, e publicar seu grito de emancipação, as juventudes periféricas que frequentam o Sarau da Quarta afirmam: “somos a revolução”. Essa revolução acontece por meio da poesia, entendida como instrumento potente de busca por identidade, de fortalecimento, de aprendizado e de luta conjunta.

Para falar desse Direito Achado na Poesia, trago Dora Revolusie, que a(o) leitor(a) já conhece, Nobre e LD Chefe:

Propaganda Artística

Dora Revolusie

Aviso: A arte está à vista.
Tem gente que pechinha.
Tem gente que valoriza.
Independentemente da recepção.
O que é real não se leva em brisa.

O critério da eternidade desqualifica a vida.
Mania feia de achar que é bonito só o que fica.
Para isso, teríamos que ressignificar a raridade.
Ela não seria tão bela se a sentíssemos o tempo todo.
É estar perto de si mesmo que te faz ir além do outro.

Um brinde aos poetas, foda-se a sobriedade.
À noite, a gente encena o que sonhamos em ser antes do fim da tarde.

Pra fugir do sistema, só uma boa dose de poesia, euforia e verdade.
Por aqui, os assombramentos acontecem de dia.
Ver as manchetes no jornal e os anúncios no Instagram.
Falsa realidade.
Volta pra cá ou vai no divã.

Pra ver o limbo do mundo real.
De noite, só a arte e ela se vai logo pela manhã.
Convertendo os maus.
E é por isso que querem criminalizar nossa vivência noturna.
Porque enquanto eles matam no sol,
Nos curamos sob a luz da lua.

Dora Revolusie, nasceu em Samambaia Norte e atua de forma consistente nos movimentos culturais na Periferia do Cerrado, Ceilândia. Poetisa e MC, produtora teatral, roteirista, atriz, empreendedora sustentável e idealizadora do Teatro Indevido, Companhia Teatral no qual promove a imaginação como meio de arte e conhecimento à comunidade, oferecendo oficinas gratuitas de teatro livre para crianças e jovens. (Cio das Artes et al., 2024)

[instagram.com/dora.revolusie/](https://www.instagram.com/dora.revolusie/)

Poetas Marginais

Nobre

Dizem que poetas marginais não falam de amor,
apenas de tristeza e terror,
mas não entendem que na margem também nasce flor.

Eu gosto como transforma o que sou,
esconde o terror do vento de um quarto vazio,
acende no escuro o fogo do pavio,
que dá aquela sensação de...
ufa...
uouu....

Digo que poetas marginais não falam de dor,
apenas de vida sem ardor,
eles não entendem que na margem
também se sente amor.

Douglas Nóbrega de Sousa, vindo de Sobradinho, entorno da capital federal do país, é conhecido como Nobre, inspirado pelos mestres contemporâneos da periferia, tenta expressar sempre sobre a vivência do seu cotidiano e a visibilidade para as comunidades e o povo negro, busca em sua arte a reflexão da vida de um jovem de sua cor na sociedade atual, acreditando que é possível uma mudança de consciência através da arte e do sentimento que ela transmite. (Cio das Artes et al., 2024)

Grito

LD Chefe

Grito
Gritei, mas esta noite
por ter e não ter.
Gritei, mas esta noite
pra tentar ter o que nunca tive,
mas me encabula
perceber que esse silêncio grita mais algo que tudo que já ouvi nesse mundo.
Grito endurecedor,

que culmina na minha alma,
que me faz duvidar do certo e acreditar no improvável.
Gritos capazes de libertarem nossa alma,
mas não foi suficiente
em outras épocas.
Gritos que muitas vezes são de dor,
mas hoje são gritos
que libertam a alma
dessa libertinagem sub-humana...
Suburbana.
Passa a semana
e vários gritos de sextou
Já vem à tona.
Mas hoje é quarta e eu grito,
hoje é quarta e eu grito,
mas hoje é quarta e eu grito,
pois eu sou mais um poeta
que acreditava estar no século errado,
mas através de sentimentos lindos de doces pessoas e carinhos,
graças a versos infinitos,
cânticos e vozes que vêm me mantendo vivo,
amores que sussurram no fundo dos meus ouvidos
eu estudo o grito.
Eu escuto seus gritos.
Eu escuto seus gritos quando você me pede pra te mandar mais viva.
Quando você se torna aquela minha dose de dopamina.
Tornei minhas dores num grito.
Eu grito
até não conseguir
e se minha voz falhar,
a minha poesia será o infinito.
E ir até além
E há até quem desdém quando eu digo, sim,
Eu grito...
Eu grito...
Pra que minha poesia conforte muitos não somente no ouvido
e que possa tornar realidade todos os sonhos que temos mantido.
E por isso eu grito,
pois não apenas minha realidade mudará com isso.
Então, eu grito,
mais poesias,
mais livros,
mais chamadas para o nosso espírito continuar vivo.

Lander da Silva Lima, conhecido como LD Chefe, é escritor e poeta há 2 anos. Nascido e criado na Ceilândia, sempre foi espectador da cena do rap e da poesia, até descobrir o seu lado artístico no Sarau da Quarta. (Cio das Artes et al., 2024)

Creio que as poesias, poetas e poetisas falam por si. Sendo assim, neste final, peço licença apenas para destacar alguns versos das três poesias, que acredito contribuirão para comprovar a existência de um Direito Achado na Poesia, capaz de estabelecer novas categorias jurídicas para estruturar as relações solidárias de uma sociedade alternativa na

qual o Direito possa realizar-se como projeto de uma legítima organização social da liberdade (Sousa Júnior, 1993). Destaco:

(...) Dizem que poetas marginais não falam de amor,
apenas de tristeza e terror,
mas não entendem que na margem também nasce flor

(...) À noite, a gente encena o que sonhamos em ser antes do fim da tarde.
Pra fugir do sistema, só uma boa dose de poesia, euforia e verdade.
(...) E é por isso que querem criminalizar nossa vivência noturna.
Porque enquanto eles matam no sol,
Nos curamos sob a luz da lua

(...)
E por isso eu grito,
pois não apenas minha realidade mudará com isso.
Então, eu grito,
mais poesias,
mais livros,
mais chamadas para o nosso espírito continuar vivo

Ao declarar que na margem também nascem flores, mesmo que a sociedade nem sempre as enxergue; que é preciso uma boa dose de poesia, euforia e verdade para fugir do sistema e, enquanto eles matam no sol, usar a poesia como meio de curar a juventude sob a luz da lua; e ao gritar, não apenas buscando a liberdade para si, mas também para mudar a realidade dos outros à sua volta, os três poetas mostram como a poesia achada na rua é uma estratégia de revolução.

Retomando Miranda e Veras (2006) – ao dizerem que a Arte é o fio condutor para uma apurada reflexão sobre política, Direito, ciência e vida, uma reflexão vinculada à luta contra todas as formas de opressão e injustiça –, entendo que o fazer poético dos jovens que frequentam o Sarau da Quarta consegue alcançar esse grau de reflexão política, promovendo a autoidentificação de cada poeta e poetisa como um agente de transformação e o entendimento que fazer Arte é também falar sobre Direitos Humanos e lutar por eles.

A cada quarta-feira, esse compromisso se renova no palco do Sarau. Quando as luzes se acendem e o silêncio se instala, é possível sentir de forma potente, na voz, na entonação, na expressão corporal, o que cada poeta e poetisa tem a dizer. Não são gritos isolados ou palavras ao vento, mas um grito coletivo e diverso por Direitos Humanos, que coloca verso o que poucos textos teóricos conseguem dizer.

Concluo, assim, reafirmando a força emancipatória do Direito Achado na Poesia, marcado por sua capacidade de expressar o indizível, de colocar em palavras a dor extrema, a força do coletivo, as desigualdades do mundo, a força das juventudes periféricas e seu lugar legítimo nessa luta. Nas palavras de Bruna Paz: “A galera está falando de revolução, a construção de uma nova narrativa, de um novo mundo. Então eu acho isso: que a gente realmente é revolucionário”.

Eu, como jornalista, pesquisadora e admiradora do Sarau da Quarta, concordo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das bases de ODANR, esta dissertação teve como objetivo apresentar e discutir as contribuições do Sarau da Quarta, que acontece toda semana no espaço cultural Cio das Artes, em Ceilândia (DF), com seus jovens poetas e poetisas, para a luta por Direitos Humanos.

Seguindo uma proposta *sentipensante*, baseada na Pesquisa-Ação Participativa, proposta por Fals Borda (2007), a pesquisa foi desenvolvida por meio de um processo ativo de observação, participação, escuta, entrevistas, trocas e análise do livro “Sarau da Quarta: Antologia Poética”, produzido pelos jovens poetas e poetisas que participam do Sarau da Quarta.

Sempre de forma colaborativa, e seguindo a estrutura de pesquisa proposta por Sousa Júnior (1993), aqui chamada de “três mediadores de ingresso no real”, a dissertação partiu da contextualização desse espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais que enunciam Direitos. O Sarau da Quarta não surgiu do nada, mas é parte de uma história maior de resistência protagonizada pelo espaço cultural Cio das Artes, que se mantém funcionando há mais de 40 anos no território de Ceilândia. A trajetória do Sarau se conecta, também, à história do território de Ceilândia, à história do movimento hip-hop e do rap nacional, à emergência das batalhas de rima em Ceilândia e às contribuições dos movimentos artísticos periféricos para a construção dos conceitos de periferia, sujeito periférico e juventudes periféricas.

Entendendo de onde vem o Sarau, e reconhecendo a importância das pesquisas que vieram antes e trouxeram os impactos do movimento hip-hop no território – e sabendo da impossibilidade de dissociar rap e poesia nas periferias –, esta dissertação optou por colocar uma lupa específica sobre o fazer poético, olhando para a poesia em si, declamada semanalmente no Sarau da Quarta, e a identificação de seus poetas e poetisas como autores que ocupam um espaço importante do fazer poético, muitas vezes entendido como lugar reservado apenas às elites.

Seguindo o segundo mediador de ingresso no real, ouvindo jovens poetas e poetisas que coordenam o coletivo Sarau da Quarta, foi possível caracterizá-lo como um Sujeito Coletivo de Direito. Partindo do entendimento do Sarau como essa experiência de ação coletiva de novos sujeitos sociais defendida por ODANR e realizada por meio de

uma cidadania ativa, foi possível estabelecer, na perspectiva jurídica, esse movimento como um espaço social a partir do qual se enunciam Direitos novos (Sousa Júnior, 1991).

Por fim, seguindo o terceiro mediador de ingresso no real, a dissertação apresentou os derivados dessas práticas sociais, trazendo as contribuições do Sarau da Quarta, por meio de suas poesias, poetas e poetisas, para o debate acadêmico sobre Direitos Humanos. Utilizando como base as poesias produzidas no Sarau da Quarta, e colocando-as em diálogo com referências acadêmicas relacionadas aos Direitos Humanos, foi possível caracterizar o Sarau da Quarta como uma experiência de Direito Achado na Poesia, realizada de maneira potente e intencional, com vistas à emancipação das juventudes que o frequentam e à luta por Direitos Humanos.

Analisando as poesias, juntamente com a história do espaço, e as entrevistas, foi possível comprovar que temas relevantes ao debate teórico sobre Direitos Humanos, incluindo raça, gênero e classe – olhados pelas lentes da interseccionalidade –, e O Direito Achado na Rua, estão presentes nas poesias e nas conversas com jovens poetas e poetisas que participam do Sarau da Quarta, sendo fonte de reflexão, escrita e produção de conhecimento.

Ao utilizar a poesia como forma de expressão e trazer para dentro delas conceitos essenciais à luta por Direitos, jovens poetas e poetisas não apenas impactam a luta das juventudes com quem convivem, mas apresentam contribuições importantes ao debate.

Acredito que meu próprio aprendizado, ao longo deste processo de pesquisa, é prova disso. Ouvir, escutar, aprender e vivenciar a potência das vozes que ecoam toda quarta-feira no Cio das Artes me transformou como pesquisadora, como pessoa e como ativista pelos Direitos Humanos. O Sarau da Quarta me ensinou, com toda sua generosidade, que a luta pela emancipação e pelos Direitos das juventudes acontece ali, na rua, na noite, quando as portas do Cio das Artes se abrem, e cada poeta e poetisa pode subir ao palco e declamar, em versos potentes, um grande grito de liberdade.

Dentro dessa perspectiva, espero que esta dissertação possa contribuir para aproximar as poesias e as vozes desses jovens poetas e poetisas da Academia, construindo pontes entre o fazer acadêmico e O Direito Achado na Poesia.

7. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Corpo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984. p. 125.
- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos Narcísicos no Racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- BRINGEL, B., & FALERO, A. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. *Caderno CRH*, 21, 267-286. 2008.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Editora Loyola, 2011.
- CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas. *Novos Estudos CEBRAP*, 2017.
- CIO DAS ARTES; ASSOCIAÇÃO FUZUÊ DE ARTE E CULTURA; MINISTÉRIO DA CULTURA (Orgs.). *Sarau da Quarta: Antologia Poética*. Curadoria: Isadora Maria. Ilustração: Drop. Ceilândia, DF: Cio das Artes, 2024.
- COLLINS, P. H. On violence, intersectionality and transversal politics. *Journal of Ethnic and Racial Studies*. 2017.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum, 1989.
- D'ANDREA, Tiaraju Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ESCRIVÃO FILHO, Antonio S.; SOUSA JÚNIOR., José Geraldo. *Para um debate teórico- conceitual e político sobre os Direitos Humanos*. Belo Horizonte: D' Plácido, 2016.
- FALS BORDA, Orlando. *El Hombre y la Tierra en Boyacá. Desarrollo Histórico de una Sociedad Minifundista*. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo, 1979.

FALS BORDA, Orlando. La investigación acción en convergencias disciplinares. Latin American Studies Association (LASA) Oxfam/Diskin Lectureship Award. Montreal, Canadá, 2007.

FILICE, Renísia Cristina Garcia. Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília: Brasília, 2011.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil. 2024. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil-2021-2023>>. Acesso em: 05 de julho de 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil. 2024. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-multidimensional-na-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2017-2023>>. Acesso em: 13 de julho de 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. Enfrentamento da Cultura do Fracasso Escolar. 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf>>. Acesso em: 05 de julho de 2025.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. Caderno CRH, 21, 439-455. 2008.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, 1988.

HERRERA FLORES, Joaquin. La reinención de los derechos humanos. Andalucía: Atrapasueños, 2008.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021. Brasília, DF: CODEPLAN,

2022. Disponível em: <<https://www.codeplan.df.gov.br>>. Acesso em: 15 de julho de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Rio de Janeiro, 2024.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação. Episódios de racismo cotidiano. Orfeu Negro. 2019.

LYRA FILHO, Roberto. A Concepção Do Mundo Na Obra De Castro Alves. Editora Borsoi, 1972.

LYRA FILHO, Roberto. Entrevista com Roberto Lyra Filho sobre a criação da Nova Escola Jurídica Brasileira (Nair), seguida do Programa por ele organizado para o Centro de Estudos Dialéticos: O Direito Achado Na Rua. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo (Org.). O Direito Achado na Rua – volume 10 – Introdução Crítica ao Direito como Liberdade. 1. ed. Brasília: Editora UnB, 2021. p. 35-44.

LYRA FILHO, Roberto. O que é Direito? Brasília: Edições Nair Ltda, 1984.

LYRA FILHO, Roberto. Para um Direito sem Dogmas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1980.

LYRA FILHO, Roberto. Humanismo dialético (I). Em: Direito e avesso: boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira. Brasília: Nair, ano II, n. 3, 1983, p. 15-103.

MACHADO, Maria Salete Kern; SOUSA, Nair Heloisa Bicalho. Ceilândia: Mapa da Cidadania. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Direito, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Marx-Engels-Werke. Berlim: Dietz Verlag, 1968. v. 40, p. 608.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. Public Culture, vol. 15, no. 1 (43), Winter. Duke University Press, 2003.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 1989.

MIRANDA, Adriana Andrade; GÓES JUNIOR, José Humberto de; VIEIRA, Lília S. Rodrigues da Costa; SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. Educação em Direitos Humanos Achada na Rua: construção histórica e desafios atuais da EDH. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (org.) O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica ao Direito como Liberdade. Vol. 10. Brasília: [s.n.], 2021. p. 403–418.

MIRANDA, Adriana Andrade. Associação Mulheres Coralinas: saberes das mãos, literatura e Direitos Humanos. 2025. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2025.

MIRANDA, Adriana Andrade; VERAS, Mariana. Roberto Lyra Filho: o jurista e o artista. O direito como obra literária. In: Os novos Caminhos da Arte e do Direito. Jornal Constituição & Democracia. Brasília: Sindijus/UnB, outubro de 2006. P. 10/11.

https://issuu.com/prenass/docs/c_d_08_-_arte_leitura_fr=sMmVkNzM2NDE5NzE

Acesso em: 15 de abril de 2025.

MOURA, Willy da Cruz. Cultura e Vida Noturna em Brasília: Poder, espaço, coletividade e o Direito achado na noite. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania. CEAM/Universidade de Brasília, 2022.

NUNES, Cristina. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até a atualidade. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 75, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. Estimativas globais da escravidão moderna: trabalho forçado e casamento forçado. Genebra, 2022. Disponível em: <<https://www.ilo.org>>. Acesso em: 05 de julho de 2025.

ORTS, Adela Cortina. Aporofobia, el rechazo al pobre: Un desafío para la democracia. Barcelona: Paidós, 2017.

PENIDO, Luiza de Andrade. Direitos Humanos nas Entrelinhas das Crônicas de Carlos Drummond de Andrade. Brasília: Universidade de Brasília/CEAM/PPGDH-Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, 2020.

PERES, Janaina Lopes Pereira. Reinterpretando o fluxo das políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao hip hop da Ceilândia / DF. Universidade Federal do Cariri, 2022.

PEREZ, Olívia Cristina; SILVA FILHO, Alberto Luís Araújo. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. Latitude, 11(1), 2017.

PHILLIPS, Anne. Da desigualdade à diferença: um caso grave de deslocamento? Revista Brasileira de Ciência Política, (2), 223-240. 2009.

RAMOS, Luciana de Souza. O Direito Achado na Encruzilhada: territórios de luta, (re)construção da justiça e reconhecimento de uma epistemologia jurídica afro-diaspórica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970–1980). 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Universidade de São Paulo, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21(1), 109-121. 2006.

SOUSA, Ranielle Caroline de. O Direito achado no campo: a construção da liberdade e da igualdade na experiência da turma Evandro Lins e Silva. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. Direito como liberdade: O Direito achado na rua. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2011.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. Movimento Social – Emergência de Novos Sujeitos: O Sujeito Coletivo de Direito. *Anais*, Brasília: Conselho Federal da OAB, 1990, p. 307-315.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. Entrevista com Roberto Lyra Filho Sobre a criação da Nova Escola Jurídica Brasileira (Nair), seguida do Programa por ele organizado para o Centro de Estudos Dialéticos: O Direito Achado Na Rua. Rascunhos Inéditos. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de (org.). O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica ao Direito como Liberdade. Vol. 10. Brasília: [s.n.], 2021. p. 35–40.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. O Direito Achado na Rua: concepção e prática. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de (org.). O Direito Achado na Rua – volume 1 - Introdução Crítica ao Direito. Editora Universidade de Brasília, 1993.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. Movimentos Sociais - Emergência de Novos Sujeitos o Sujeito Coletivo de Direito. In ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima. Lições de Direito Alternativo. São Paulo Acadêmica, 1991. p. 137.

TAVARES, Breitner Luiz. Na quebrada, a parceria é mais forte: juventude hip-hop: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal. 2009.

323 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, Brasília, 2009.

TAVARES, Breitner. Geração hip-hop e a construção do imaginário na periferia do Distrito Federal. *Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, p. 309-327, 2010.

THEODORO, Mário. *A Sociedade Desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2022.

VAZ, Sérgio. *Flores de alvenaria*. 1. ed. São Paulo: Global Editora, 2016.

APÊNDICE

Entrevista completa com Reginaldo Dias da Silva

Cio das Artes, Ceilândia, DF – 30 de março de 2024.

“Eu sou filho de quebradeiras de coco, sobrevivente do Sarney. Cheguei aqui 1979, meu pai conseguiu uma casa, e eu consegui um emprego público em 1980. Eu tive uma sorte. Muita gente estava na ralação e não teve sorte assim.

Com 22 anos eu tinha um emprego público, eu morava em um apartamento da ditadura lá no Cruzeiro – que depois eu comprei e eu mandei meus pais pra lá, pra morar nesse apartamento – e eu fiquei aqui.

Eu quebrei a casa toda e montei no fundo da casa, no conjunto N na 26 do P-Norte, aquilo que seria o Cio das Artes de hoje – que naquele momento nasceu com o nome de Viva a Voz.

Eu construía as mesinhas de madeira que nem essa aqui, verde. Eu construía com um facão. As primeiras saíram tortas, e depois elas foram tomando forma. Uns banquinhos estranhos, mas era do outro mundo.

Em torno desse biombozinho, se formou uma geração inteira de pessoas militantes. Hoje, eles se manifestam sempre. Quando eu vejo essas manifestações daquela época, daqueles meninos... uma iniciativa tão pequena, a gente nem tinha noção do que aquilo era. A gente só queria estar ali. Brincar ali.

Às vezes, a gente faz as coisas e não tem noção do que você está fazendo. A gente não sabe a importância disso pro teu contexto, para as coisas que estão em volta, para as pessoas que estão vivendo, para as pessoas que estão te vendo e tal. A gente não sabe muito disso.

Então, foi lá que nasceu o Cio, em agosto de 1984. Eu estou tentando agora saber o mês. Eu não sei se é de 84 ou se é 85. Eu acho que é de 84, pela minha memória.

E começou com um esporte. Quando eu saí do Maranhão, lá eu dirigia um timezinho da Vila, que a gente jogava na cidade. A ditadura pegando fogo e nós, inocentemente, vivendo num assentamento da ditadura, num assentamento da ditadura chamado Agrovila dos Currais. Eram 100 famílias lá em Barra do Corda, Maranhão.

Aí meu pai vendeu aquilo lá, colocou a gente num pau-de-arara e nós viemos parar aqui. A família veio um pouco antes, em 78, no início do ano. Eu vim seis meses depois porque estudava no CNEC - Centro Nacional de Educação Comunitária. Era um projeto também da ditadura, e inclusive nossas vestimentas eram farda do exército. Era um verde, a calça verde e a blusa aquele verdezinho.

Então a minha família veio primeiro, e eu vim seis meses depois. E aconteceu que a gente foi para 26 da Ceilândia, fomos para lá, pro P-Norte. Era agosto de 79. E aí, quatro anos depois, nessa circunstância que eu te falei, de quebrar a casa do meu pai e colocar uma britazinha, aí nasceu o Cio – naquele momento com o nome de Viva a Voz.

Depois, aí eu passei nessa vidinha lá, tocando nas coisas lá até 90... porque, em 1988, eu já tinha oito anos de serviço público. Aí, com a falência da ditadura, explodiu o acesso do movimento operário no país. E culminou com a fundação da CUT [Central Única dos Trabalhadores], a fundação do PT [Partido dos Trabalhadores], o MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra] e a maioria das organizações que hoje estão atuando no país.

Eu cheguei daquele posto lá, trabalhando no órgão militar, servi um ano lá, aprendendo a manejar o fuzil, a metralhadora. Não me serviram nada, do ponto de vista da disciplina – porque nós viemos de uma família evangélica, da Assembleia de Deus. Hoje ainda minha família é uma parte está rachada, 90%.

Eu não me adaptei ao sistema e a gente trilhou esse caminho aí. Rompi com a igreja. Na verdade, eu já não queria saber da igreja no Maranhão. Já cheguei aqui “desviado”, que nem falava a minha mãe. Ela morreu orando, morreu uns 4 anos atrás, orando toda a noite de joelho para me converter de novo porque ela achava que a gente ia pro inferno. Eu não sei..ahaha.

Me tornei simpatizante marxista, a partir do movimento de 1988, e me tornei marxista. Tive a felicidade de entrar no PT, dentro de uma organização revolucionária que eu acho, e hoje eu sou filiado ao PT. Mas eu também sou fundador do PCO [Partido da Causa Operária]. Durante 10 anos, eu fui do Comitê Central. Depois, tive umas divergências que eu não consegui superar. Nessas divergências, o Partido estava certo e eu era errado. Só que hoje eu ainda sou parte. Eu me considero mais marxista do que nunca, mais do que naquela época. Mas, ainda hoje, sou partidário. Me considero mais marxista do que nunca, mais

trotskista do que nunca, dando a minha contribuição à organização da classe trabalhadora dessa forma.

Mas então... O Cio nasceu lá nessa época, em 84, com o nome de Viva a Voz. Depois, quando eu entrei mesmo para o movimento, em 88, eu passei o bar para frente. Aí, uns colegas meus – que eu espero, no 1º de maio próximo, no Sarau Itinerante, reunir lá na Praça Ferrock, onde a porra toda começou... Porque aquela rua lá é abençoada. Lá nasceu o Ferrock, lá nasceu o Cio das Artes, nasceu outros movimentos que hoje atuam na cidade. O Ferrock nasceu na 5, mas tem uma briga se nasceu na 5 ou na 13. Aí o importante é que a gente tem o Ferrock, o Cio das Artes nasceu por ali, naquele meio. Mas para a gente coloca a referência que nós temos lá, a gente coloca que foi ali.

Então, em 88 eu conheci o movimento, aí eu deixei tudo isso para cá, vendi no bar. E fui para o movimento. Aí, me aproximei da esquerda, me aproximei do marxismo. O marxismo me deu respostas que nenhuma religião me deu, para entender o mundo, as coisas, a nossa posição social, porque de nossos conflitos, para entender o sistema de produção, essas coisas. Eu não vou dar uma aula, né?

Quando eu conheci o movimento, eu me afastei daqui durante quase uma década. Nem vinha aqui. Aí a família vendeu a casa lá, meus pais vieram morar aqui no P-Sul. Nesse tempo eu fiquei sem morada também. Eu fiquei no Cruzeiro, eles estavam morando lá, mas eu uma hora estava na casa da namorada, a outra estava por aí, pela vida. Foi quase uma década.

Em 1996, eu voltei e retomei o Cio das Artes, lá no P-Norte. Porque eu briguei... na minha ignorância, o meu desejo das minhas coisas andar, acabei confundindo muita coisa e acabei rompendo com o Partido. O Partido, para mim, era assim, digamos, algo sagrado.

Quando esse rompimento, se deu eu fiquei meu eu desnortado. Aí, pensei, caralho, o que vou fazer agora? Depois de chegar aqui e voltar? Aí eu tomei uma decisão e falei: eu vou para a periferia, retomar as minhas atividades culturais, fazer aqui uma frente com PT, com o PCO e com toda a esquerda.

Aí foi a hora que voltei e retomei o Cio. Já não era mais no conjunto N, eu voltei para o conjunto.... Aí nós passamos nesse local cerca de 2 anos. Inclusive agora recentemente, 2 ou 3 anos atrás, a gente viu um bloco, lá na 13, e a gente conseguiu pela primeira vez trazer o pacotão lá no Cio.

Eu tento sobreviver fazendo isso lá, mas não estava ainda bem deliberado o que era. Era um negócio que tinha um boteco, uma boa adega de cachaça e vinho, para mais de 200 cachaças, só cachaças especiais. A gente só quer fazer a cultura mesmo, sabe? A gente tinha aquele sonho de classe média, de querer, querer. Não é um sonho na merda. Mas é uma coisa assim de querer algo que não era muito a nossa realidade. Isso é o mais importante. Hoje, olhando desse ponto de vista, a gente viu que é tudo bobagem. Tudo é, não é?

Enfim... está todo mundo aí, imprensado pelo regime. Todo mundo repete a forma de reprodução do regime cru, tudo gira em torno, teu modo de acordar, levantar, viver, comer, beber. É tudo determinado pela super estrutura. Você acha que está pensando, mas está só repetindo. Essa é a minha compreensão. Eu sou adepto e eu fui convencido disso. E luto contra isso. Mas tenho uma noção muito precisa, o marxismo me deu uma noção muito precisa da minha realidade, enquanto classe.

Nós passamos um tempo lá. Aí depois nós mudamos por conjunto para 17, que é uma quadra acima. Eu vendi o apartamento, que na verdade eu deixei e as contas não foram pagas, e tive que vender para não perder. Aí eu consegui uma grana.

Lá, nessa casa, foi muito importante porque lá foi a fase de rock do Cio. Me mandaram um convite esses dias que vão fazer uma homenagem na Câmara Legislativa ao rock e às pessoas que contribuíram para a evolução do rock. Disseram que irão entrar em contato comigo para saber se eu se eu aceito ser homenageado. Eu vou avaliar aqui com os meninos se nós vamos. Mas nós vamos, sim. Ahahaha.

Lá é a parte do rock. Foi uma parte assim, que tem poucos registros dessa época. Não tinha celular, era polaroide na Kodak. Estou buscando nos grupos sociais, desesperadamente, alguém que tenha uma imagem do meu banquinho, que eu construí com um facão lá onde a gente começou. Essa foi a fase do rock. Ontem mesmo eu peguei o ônibus, é o motorista, todo cabeludo, perguntou: “e o rock?”. Falou com aquela intimidade e perguntou: “E o barzinho tal?” É assim.

Foi o melhor momento nosso, a época do rock, das bandas de rock. Depois a gente houve um problema lá, eu tive que mudar. Aí eu me organizei aqui no P-Norte, aqui... é... 1988 a 1996.... Aí 2006. É, 2008, já tinha quase mais de 2 anos

de retorno. Mudamos para a 5. Foi uma fase muito boa porque a gente conseguiu fazer uma estrutura, um espaço. Eu sou maluco, né? Cheguei lá, aluguei lá quase o quarteirão inteiro.

O meu problema é que a gente pode estar com o pé na merda, mas eu só vejo o Sol. Veio aqui o projetinho, amanhã vai ser o projeto 10 também.... aí veio o golpe, destituíram a Dilma ainda. A gente sem renda, sem dinheiro. Para complementar, a administração derrubou o nosso espaço. Porque lá começou um movimento muito bacana naquele espaço, a gente conseguiu construir um espaço permanente de tendas que com um palco permanente, som, salas alugadas, espaço para até 2 mil pessoas.

Começou a crescer demais, aí o administrador, agora um nome legal para esse nome, ficou enciumado, colocou Ministério Público e os moradores, e demoliram nosso espaço. Eu estava trabalhando, ainda não estava aposentado. Um parceiro me ligou, “Reginaldo, estão derrubando o teu espaço, o nosso espaço”. Cheguei lá, não tinha mais nenhuma tenda, a AGEFIS tinha levado tudo, o todo o espaço. Até recuperar as tendas foram mais de 3 anos. Aí, a essa altura fiquei muito chateado, vim parar aqui no P-Sul.

Aí recomeçamos das cinzas como fênix.

Começamos na loja ao lado. Aí depois também estávamos com muita dificuldade, estava sendo despejado... tem sempre essas histórias... isso aqui não é essa coisa.. Isso aqui, minha filha, é uma guerra. Aqui, a gente paga, nossas despesas mensais, aqui é quase 5 mil reais. Eu consegui manter muito tempo com meu salário, depois aposentei, perdi renda. O mais difícil, eu também sou uma pessoa, um cara muito incompetente. Eu sou uma tragédia. Para construir, eu sou ótimo. Para administrar eu sou caótico, eu não tenho regra, eu não tenho um limite. Eu acho que isso aqui está aqui para todo mundo, está à disposição de todos. Isso só é assim quando você tem algo que banque, quando você banca com o teu salário e mais algumas manobras que você faz, velho, é difícil. Mas foi uma fase muito importante do Cio, que se encerrou.

Acho que a gente não passou nem 2 anos lá. De forma que em 2012 a gente caiu aqui. Aí nos instalamos ao lado, depois também nós entramos em outra dificuldade, fomos despejados. Nós não saiu porque quis, não. O dono mandou nós embora.

Doeu a história, convidado a sair por uma questão simples: porque nós não estava conseguindo pagar o aluguel. E veio o meu amigo Edson, que, aliás, tem 4 meses de aluguel atrasado. Se esse espaço não chega, eu não sei o que seria possível. Se esse projeto não chega. Porque tem muitas formas de se manter, mas como eu estou muito cansado, tem uns meses que eu estou esperando o mundo passar. Esperando as coisas se decidirem, não faço nada, e acumulou as dívidas. Mas agora parece que a gente vai retomar as coisas e vai dar uma possibilidade de a gente retomar as coisas direitinho.

E o Sarau surgiu já aqui.

Aí é o seguinte, eu vou voltar. Eu te falei do ponto de vista da estrutura, como nós veio cair nesse espaço. Isso aqui é uma lojinha bem pequenininha. Era 50, 40, m². Isso aqui não tinha nada disso. Isso aqui ninguém nem alugava, essa loja. Aí é o seguinte: eu tive a oportunidade porque eu não tinha crédito, não tinha não, não tinha crédito. Meu CPF, se colocar no Serasa, eu estou preso na hora. Quando o pessoal quer um empréstimo, quer fazer um crédito... digo meu filho, deixa eu ir me embora... meu score é lá embaixo. Vocês vão ter que mergulhar, e colocar mergulhadores nesse computador para ver onde ele está.

Quando eu cheguei aqui, o Edson me permitiu vir pra cá. “Vai lá para loja, velho, essa loja é minha fica. E me paga um aluguelzinho..”. Aí ligaram para mim um dia e falaram: “Reginaldo, nós temos aqui um empréstimo para você de 60 mil reais”. Então eu falei assim: “60 mil? 20 mil para construção, 20 mil para o capital de giro, 20 mil para a gente comprar um veículo para a gente se movimentar e tal levar som, trazer som, levar papo, fazer palco. E eu fiz um projeto para implementar, minha irmã. Aí primeiro nascimento bem pequenininho, era aqui ó, só ia até ali. terminava aqui. A gente começou a crescer o Cio.

A necessidade da favela começou a se manifestar aqui. Aí nós começamos a produzir, aí vem essa proposta de empréstimo. Eu digo: é nós. Agora é nós, caralho, agora nós vamos. Já não quis nem saber. Peguei! Dali umas 2 semanas, tinha lá 60 mil reais. Eu tinha mais um colega meu, mandou mais 10. Sei que é assim, meu irmão. Vou ampliar, para frente, para trás, para cima. Aí foi essa obrinha aqui com 20 mil, os 10 mil que o cara mandou, o carro, o capital de giro e meu juízo, que eu comecei a ficar doido. Bom, mas está aí a porra, está aqui assim até hoje. Essa do ponto de vista estrutural.

Aí, do ponto de vista, é isso que eu queria te falar. Ainda, a gente começou as atividades aqui porque... como funciona isso aqui? Isso aqui é um ponto de encontro. Aqui, todos os projetos que a gente apronta, que a gente vai e nossa pontuação não é nunca menos de 90, entendeu? Por que a gente explica o que acontece aqui, qual é a questão, qual é o grande problema da cultura na periferia? Estrutura.

Porque não tem aparelho de cultura. Aqui, por exemplo, você junta Recanto, Riacho, Samambaia, Ceilândia, Sol Nascente e Pôr do Sol. Essa área aqui, se você somar os dados, são quase 1.200.000 habitantes. Agora, imagina uma cidade com um milhão e 200 mil habitantes. E quais são os aparelhos públicos que a gente tem? A Casa do Cantador, Complexo Cultural de Samambaia, praças, escolas que não deixam a gente participar – sede para alguns, as igrejas fazem até culto nas escolas, mas para a gente não é aberta.

E essa cidade toda tem esses aparelhos só de cultura. Tem o centro cultural aqui de Ceilândia, aqui, mas nunca terminou, né? Não funciona lá uma biblioteca em uma em salinha. A gente não sabe mais nem o que é uma política de acesso à comunidade.

Então, esse aqui, imagine: qual é o problema do produtor cultural e do artista para mostrar a arte dele? Ele se defronta como um problema estrutural muito agudo. Que é a falta de instrumentos públicos para isso, de incentivo.

Aí é o seguinte, eu consegui com essas maluquices todas, com esse endividamento – tem outras coisas que não vou contar por que você vai ficar sabendo, eu não vou nem falar porque é tão chato sobre isso... vou lhe poupar.

Qual é o sonho do Cio? Era ter um espaço onde o artista entrasse com a arte, e todas as coisas estivesse garantido. Nós, com grande sacrifício, conseguimos montar esse espaço de equilíbrio que é feito para evento de 150 pessoas. Aqui o artista chega, ele acha o palco armado, o som, a estrutura de bar vendendo, e uma estrutura para ele se movimentar. Então ele vai só divulgar um evento dele. Se o evento der bom, aí nós divide a bilheteria, o cara leva 70% e nós leva 30%, porque nós é de barro. Às vezes, é muita gente para tão pouco dinheiro. Nós fica com tanto dó, que nós liberamos nossos 30%. E nós vai que se lasca nesses 30%...

Nos anos 80, 90, 2000, nós, produtores da cidade, quantas vezes a gente fazia um evento e dava errado? E tem tudo para dar porque não tem uma estrutura

de propaganda, experiência.

Quantas vezes a gente fazia um evento e passava um ano correndo atrás de cheque sem fundo na praça, pagando pelo evento que fez. Aí o evento não dava dinheiro para a gente, todo mundo saía falando mal, e o produtor ficava só com a má fama e o prejuízo. Dolorido. Eu digo: um dia eu vou construir algo em que as pessoas vão começar a arte e vão se ver livres disso.

E essa é a experiência que a gente tem aqui. O artista chega aqui, ele tem essa estrutura, são vários. Nós vamos parar um pouco dos eventos agora, vamos ficar mais na parte de cursos, mais de formação, e nós vamos manter muito pouco custos também. Nós vamos sair daquela parte de aventureiras, porque chega um bocado de gente aqui e dizia “tenho uma produtora, eu sou produtora”. Ai nós tem que fazer tudo e tal...

Mas, em torno dessa iniciativa, surgiu muitas coisas bacana. Por exemplo, Filha dos Sonhos, Filhos do Quilomba, e outros tantos agrupamentos surgiram nesse espaço aqui. Esse espaço produziu a Pérola Negra, que se formou no Jovem de Expressão, mas suas primeiras experiências foram aqui.

Então daqui surgiram, desde 2015, uns 20 agrupamentos de produtores e que tiveram a sua primeira questão aqui. Tem uma grande parte dos artistas das cidades que tiveram no Cio o seu primeiro palco e ganharam aqui o seu primeiro real. Então nós lutamos muito para atingir essa condição, né? A gente faz isso.

Por exemplo, só o Sarau da Quarta são quase 100 edições. Tudo independente, sem entrar 1 real de de verba do governo. Parte dessa telha aqui de cima e do último andar, ainda é resquício das tendas, que nós complementou em 100 mil que eu gastei nessa estrutura. Em tudo aqui está presente aquelas tendas, daquela experiência que vem se arrastando. O palco é produto das tendas que a gente transformou e tal. Então tem tudo, toda uma construção do ponto de vista da estrutura.

E vamos para o Sarau. Antes da pandemia, a gente os meninos começaram a frequentar e eles tomaram uma iniciativa. Aa gente fez, em 2018, o primeiro número do Sarau da Quarta. Foi um Sarau em que eu peguei o Nego Índio, que inclusive eu estou fazendo uma referência no livro que vai sair. Aí, nós convidamos para dar esse aspecto internacional a esse Sarau, que já vinha com essa finalidade, o Samuel, o embaixador de Cuba, da Venezuela. Como não tinha artistas continentais

aqui, nós fomos aqui na rua e achamos um monte de malabares e trouxemos. Os malabares, meninos que hoje também nem estão mais aqui, né? Arrumamos um argentino, que é o Alê, que hoje é casado com uma menina daqui.

Fizemos um teste de um ato Internacional no Sarau da Quarta, e daí surgiu o Sarau da Quarta, o primeiro. Quando foi em 2019... logicamente, depois você tem que checar essa data, que às vezes eu me perco pelo lance da pandemia. Um pouquinho antes da pandemia, nós começamos a fazer essas coisas. E o Cio funcionava: Sarau da Quarta nas quartas e, no final de semana, as produtoras. Uma vez por mês, nós fazia uma artilharia sonora, que a gente acabou de aprovar pela Lei Paulo Gustavo, um projeto de 65 mil que vai permitir nós pagar nosso mês e renumerar um monte de gente.

Aí o Sarau começou, aí os meninos iam fazer o Sarau toda quarta-feira. Aí começou, daqui a pouco, às quartas-feiras aqui começou a ser o principal evento público da cidade, que é a partir de onde eu acho que você começou a aparecer mais.

Já tinha a ideia do Sarau de 2018, e eles retomaram a ideia. Essa não é uma ideia nova. Aqui já tinha um Sarau, o Sarauvã, por exemplo. O Sarauvã nasceu um pouco antes do nosso, no nosso contexto. Ainda não estava bem definido, eu brigava muito com a Rafinha sobre a questão política...

Aí os meninos falaram: “Olha, vamos fazer o Sarau da Quarta. Vamos fazer na quarta-feira e vamos dar esse contexto?”. Aí eles tomaram de conta mesmo. Eu fiquei responsável pela estrutura e eles ficaram responsáveis pela arte. Pensa numa experiência que deu certo? O Cio cuidava da estrutura e eles, da arte.

Cara, e é maravilhoso! Tem dia que tem 40 poetas aqui, às 8 horas começa a se aglomerar gente na rua, lá atrás. Aí daqui um pouco a listinha na mesa, vai chegando, a gente acha que não vem ninguém... E aí o nosso grande problema é acabar, porque acabar é a hora mais triste, porque é 2 da manhã e ninguém quer ir embora. Aí é essa a ideia do sarau, e se consolidou esse negócio. A Erika [Kokay] veio aqui e falou que ia ajudar a gente nesse contexto. E aí nós conseguimos aprovar essa emenda do Sarau e está essa maravilha.

Foi os meninos foi que comandaram. Começou com uma batalha de rima. Depois, a gente tirou esse aspecto da Batalha de Rima, competitiva, de que todo dia tinha um ganhador. Eu digo, não, pô, mas eu ficava sempre chateado... alguém

perde sempre... Por que que a gente não pode fazer algo que todo mundo ganha?

Aí eu tive a ideia de a gente fazer o Sarau com esse formato que ele é hoje, que não tem o slam. Eu digo: ó a moçada, vamos fazer uma vez por mês o slam. Porque a ideia do Sarau da Quarta é a seguinte, todo campeão do slam... o Sarau Continental vai ser como se todos os campeões dos filósofos.

Aí, na ideia do Sarau, isso ficou diluído, porque as pessoas começaram a perceber que o mais importante não era a concorrência. Era o moleque chegar aqui, pessoas que nunca tinham subido no palco, pegar o microfone, subir ali e dizer um sentimento. Como fala a Bruna e as pessoas que definiram muito bem isso aí, isso aqui transformou se num local de cura em que a juventude da periferia vem respirar. Tantas amarras, tantas cercas. Então eles chegam aqui, velho, diz do seu sentimento, diz da sua angústia em casa, da sua dificuldade, da sua tristeza de não ter o dinheiro do ônibus, de não poder fazer um rolê.

Aí chega aqui, você vê que o bar funciona, mas a gente nunca tira o mérito de que a pessoa possa comprar a caixinha dela, tomar aqui assistindo o Sarau, o vinho dela. O pessoal chega “tu é um imbecil, pagando aluguel caro...”. Mas eu vou fazer o que? Se eu vou vender minha cerveja ali a 5 reais, e o cara só tem 5.. Aí ele junta 2, chega aqui, compra o vinho ali, 18... Aí vai na brincadeira, junta ali 5, compra 1 litro de cantinão, e toma uns 5 aí todo mundo bebe e sai todo mundo feliz. E eu vou, por conta de 5 reais de lucro, tirar essa felicidade da favela? E o Sarau se transformou nisso e é isso que vai estar registrado nesse livro, nos depoimentos, nas poesias.

Aí, quando passou a escrever, veio a contradição, porque eu pedi para Bruna escrever o prefácio. Ela escreveu, do ponto de vista do que ela viveu. Eu digo, não, minha filha, mas nós temos que falar das raízes do sarau. Aí veio o professor Edson, está ficando uma coisa maravilhosa... porque nós resgatamos, na verdade, nós aí numa pesquisa e pensando bem as coisas...

O precursor do Sarau aqui não foi a gente. O cara que primeiro fez Sarau, aqui no Cio das Artes em particular, que era o palco preferido dele, era no tempo em que tinha o cantoria lá em Taguatinga e outros bares famosos, que existiram sobre um breve tempo qualquer. Impressionante como os caras conseguem demolir esses espaços. Da nossa época, não sobreviveu nenhum. Só o Cio das Artes sobreviveu. Sobreviveram projetos, mais espaços nenhum. Projeto que o cara fica

em casa, que é o caso da Arte CEI, que não tem uma sede, que é o caso do Ferrock também. Somos companheiros, nós fundamos e participamos. O Menino de Ceilândia, que é que nem nós, sobreviveu. Mas é um projeto e eles são mais articulados lá com o PT, conseguiram montar lá e ter uma sobrevivência. Mas os outros, os espaços culturais com essa característica, ninguém sobreviveu. A gente sobreviveu primeiro por conta do salário que eu tinha. Estou endividado por mais 3 anos por conta disso... acho que 4 talvez. Além do aluguel, que é 2.500, ainda pago mais 1600 de empréstimo. É um desespero, mas a gente sobreviveu com essa história, entendeu?

Eu descobri que o primeiro cara que fez o palco, que iniciou o Sarau da Quarta, chama-se Francisco Morojó, o Pezão. Não sei se você chegou a conhecer, era um poeta marginal, das ruas. Ele chegava lá e descascava poesia. Eu não entendia muito... era tanta coisa para absorver que eu não compreendia a natureza artística do Pezão. E ele me amava, cara. Entendeu? Ele tem vários poemas dedicados para mim, porque eu tinha era zangado com ele, que eu era muito chato no orelhão, sabe? Eu doido para dar um telefonema e o Pezão, com aquele shortzinho dele azul, aquele bigodinho ridículo, aquela carinha de índio, não é? Porque ele é filho de Paraíba... Para entender a dona Carmen que, quando ela me vê hoje, ela se desmancha porque ela fala que eu era a única pessoa que protegia o filho dela. E o Pezão foi o precursor disso. Ele inventou uns livrinhos que ele só trocava a capa, provavelmente fazia um lançamento. Aí eu te mostro.

Aí eu digo, não, filho, nós vamos resgatar a história do Sarau. O Sarau não chegou aqui por um acaso, não se construiu numa quarta-feira de 2020. Para estar aqui, ele teve uma longa história. E essa história nós vamos resgatar um pouquinho dela em cada lançamento do livro do Sarau.

Agora, neste livro, nós estamos lançando essa memória do Pezão. O Edson fez um poema que nós vamos lançar no livro, que é uma homenagem ao Pezão, do dia em que ele soube que o Pezão morreu, que ele ficou muito triste. E colocamos três poemas do Pezão. Aí eu expliquei para Bruna, eu fiz, mudei o prefácio dela, pedi licença, mudei. Nós vamos dedicar o primeiro parágrafo da história da poesia nessa cidade.

E aí nós resgata, do próximo período, já sei quem são os poetas, são Margot, o Nego Índio, e eu tenho que resgatar a questão da Academia Direta de Ceilândia,

das pessoas, os poetas. Eu estou organizando os livros, já tem uns 10 aí de poetas de Ceilândia. Nós vamos montar uma biblioteca aqui dos poetas de Ceilândia. E eu espero que em 2026, em vez da coletânea com 20 poetas, a gente possamos lançar aqui – para rolar mesmo porque a gente não sabe se o governo volta... Acho que o Lula, do jeito que o PT está encaminhando as coisas, a direita vai retomar. Eu gostaria muito que fosse diferente, mas se não houver uma mudança de rumo, e eu estou lutando por essa mudança na favela. Mas a situação é muito complicada. Mas que em 2026 nós vamos lançar, de uma vez só, 20 poetas dessa cidade nesse projeto. Eis aí a história do Sarau da Quarta. Aí se faltou detalhes, você vê o que a gente falou, tá?”.